



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Julho de 2018

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE A CONSULTA DE 2018 AO ABRIGO DO ARTIGO IV, QUINTA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO, PEDIDO DE DISPENSA PELA NÃO OBSERVÂNCIA DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO — COMUNICADO DE IMPRENSA, RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO E DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR PARA A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

No contexto da Consulta de 2018 ao abrigo do Artigo IV, Quinta Avaliação no Âmbito da Facilidade de Crédito Alargado, Pedido de Dispensa pela não Observância de Critérios de Desempenho e Avaliação das Garantias e Financiamento, os seguintes documentos foram liberados para publicação e estão incluídos neste pacote:

- **Comunicado de Imprensa**, que inclui uma declaração do Presidente do Conselho e resume as opiniões do Conselho de Administração conforme expressas durante as deliberações de 23 de julho de 2018 sobre o relatório do corpo técnico e temas relacionados à consulta ao abrigo do Artigo IV e ao acordo com o FMI.
- **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa de especialistas do FMI para a consideração do Conselho de Administração em 23 de julho de 2018, após as discussões concluídas em 12 de junho de 2018 com as autoridades da República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre a evolução da economia e as políticas económicas. O relatório do corpo técnico foi concluído em 9 de julho de 2018, com base na informação disponível à altura das discussões.
- **Anexo Informativo** elaborado pelo corpo técnico do FMI.
- **Análise de Sustentabilidade da Dívida** elaborada pelos corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial.
- **Declaração do Administrador** para a República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Os documentos relacionados a seguir foram ou serão publicados separadamente.

- Carta de Intenções enviada ao FMI pelas autoridades da República Democrática de São Tomé e Príncipe*

- Memorando de Políticas Económicas e Financeiras das autoridades da República Democrática de São Tomé e Príncipe*
- Memorando Técnico de Entendimento*

*Também incluídos no Relatório do Corpo Técnico

A política de transparência do FMI permite a supressão de informações suscetíveis de influenciar os mercados ou que constituam uma divulgação prematura das intenções de política das autoridades nos relatórios do corpo técnico e outros documentos publicados.

Para adquirir exemplares impressos deste relatório, entre em contato com:

International Monetary Fund • Publication Services
PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090
Telefone: +1 202 623-7430 • Fax: +1 202 623-7201
E-mail: publications@imf.org • Web: <http://www.imf.org>
Preço unitário: USD 18,00

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.



Comunicado de Imprensa n.º 18/303 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
23 de julho de 2018

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

Conselho de Administração do FMI conclui a Quinta Avaliação ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado, aprova desembolso de USD 0,9 milhões e conclui a consulta de 2018 à República Democrática de São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu hoje a quinta avaliação do acordo ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF) para São Tomé e Príncipe. A decisão do Conselho permite o desembolso imediato de DSE 634.285 (cerca de USD 0,9 milhões), perfazendo um total aproximado de DSE 3,81 milhões (cerca de USD 5,3 milhões) em desembolsos ao abrigo do acordo ECF.

O acordo ECF para São Tomé e Príncipe no montante de DSE 4,44 milhões (cerca de USD 6,2 milhões ou 60% da quota do país na época da aprovação) foi aprovado em 13 de julho de 2015 (ver [Comunicado de Imprensa n.º 15/336](#)) para apoiar o programa de reforma económica do governo visando o crescimento mais forte e mais inclusivo.

O Conselho de Administração também concluiu no dia de hoje a consulta de 2018 com São Tomé e Príncipe nos termos do Artigo IV. Um comunicado de imprensa será emitido separadamente.

Após a decisão do Conselho de Administração, o Subdiretor-Geral e Presidente em Exercício, Sr. Mitsuhiro Furusawa, fez o seguinte pronunciamento:

“A economia de São Tomé e Príncipe continuou a crescer de forma estável em 2017 e a perspectiva de médio prazo é favorável. Contudo, reformas estruturais contínuas e uma política orçamental prudente são cruciais para manter a estabilidade macroeconómica e estimular o crescimento para reduzir a pobreza e gerar empregos.

“As autoridades estão a tomar providências encorajadoras para corrigir as anteriores derrapagens de políticas. A cobrança de impostos atrasados de grandes contribuintes não só ajudará a salvaguardar o cumprimento das metas orçamentais, mas também a fortalecer a integridade do sistema de cobrança de impostos. São necessários esforços adicionais para resolver as quebras de receitas, enquanto as medidas de controlo de despesas deverão ser

aplicadas para evitar a recorrência de atrasados internos. A ratificação da lei do IVA pela Assembleia Nacional assim que possível será essencial para preparar o terreno para a introdução deste imposto em 2019, que junto com o controlo estreito de grandes contribuintes, ajudará na mobilização de receita. A consolidação orçamental adicional e a contratação de empréstimos apenas em condições concessionais e a um ritmo cadenciado serão cruciais para reduzir o peso da dívida com o tempo.

“As autoridades avançaram em outras reformas estruturais – nomeadamente, a aprovação da lei das parcerias público-privadas e a adoção duma Estratégia de Desenvolvimento do Turismo para promover o crescimento inclusivo. As medidas aplicadas para conter os prejuízos financeiros na empresa pública de distribuição de eletricidade e água (EMAE) minimizarão os passivos contingentes orçamentais e reduzirão a dependência das importações de petróleo, o que, em conjunto com a consolidação orçamental contínua, ajudará a reconstituir as margens de reservas”.



Comunicado de Imprensa n.º 18/314 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
27 de julho de 2018

Fundo Monetário Internacional
700 19th Street, NW
Washington, D.C. 20431 EUA

Conselho de Administração do FMI conclui a consulta de 2018 à República Democrática de São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu, em 23 de julho de 2018, a consulta¹ à República Democrática de São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV.

Estima-se que crescimento do PIB em 2017 tenha sido de cerca de 4%, à semelhança dos últimos dois anos. A inflação anual, porém, subiu para 7,7% no final de 2017, devido a condições meteorológicas desfavoráveis e ao aumento dos impostos sobre a importação de bens selecionados. A consolidação orçamental prosseguiu, porém a um ritmo mais lento do que se esperava, em parte devido ao aumento dos gastos com educação e saúde para dar resposta a necessidades urgentes, entre elas um surto viral. As receitas fiscais continuaram abaixo das expectativas, e as autoridades compensaram parte da insuficiência de receitas com a contenção dos gastos. O défice da conta corrente aumentou, sobretudo em razão das importações financiadas por investimentos estrangeiros ligados à exploração petrolífera em águas profundas. Embora os bancos tenham apresentado níveis adequados de capitalização e provisionamento, o elevado volume de crédito malparado limitou o crescimento do crédito bancário, que não ultrapassou os 2,5%.

As perspetivas macroeconómicas são favoráveis. A economia deverá crescer os mesmos 4% em 2018 e acelerar para 5% no médio prazo, à medida que os novos projetos financiados com recursos externos forem iniciados — nomeadamente, a expansão do aeroporto, a construção e restauração de estradas e a reabilitação do sistema elétrico. A inflação deverá baixar para 6% em 2018. Esta previsão está subordinada à manutenção da disciplina orçamental e às reformas estruturais para alargar as receitas fiscais, reduzir os riscos orçamentais da empresa de serviços de utilidade pública (EMAE) e aliviar a carga da dívida ao longo do tempo. Entre os riscos para as perspetivas figuram derrapagens orçamentais antes das eleições legislativas deste ano, a demora na resolução bancária e a persistência do volume elevado de crédito malparado, que poderia impedir a expansão do crédito e, assim, prejudicar o crescimento. Além disso, os atrasos nos desembolsos da ajuda dos doadores poderiam também comprometer as perspetivas de

¹ Ao abrigo do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI realiza discussões bilaterais com os seus países membros, normalmente todos os anos. Uma equipa de especialistas visita o país, recolhe informações de natureza económica e financeira e discute com as autoridades a evolução da economia e as políticas económicas do país. Ao regressar à sede, a equipa elabora um relatório, que constitui a base para as discussões do Conselho de Administração.

crescimento. No lado positivo, a aceleração dos grandes projetos financiados com recursos externos poderá estimular o crescimento.

As autoridades continuam empenhadas em prosseguir no programa de reforma económica apoiado pelo acordo ECF para restaurar a sustentabilidade orçamental e promover o crescimento inclusivo liderado pelo setor privado. Em especial, estão comprometidas com as melhorias na arrecadação de receitas e a introdução do IVA em 2019. Irão igualmente melhorar a monitorização dos projetos com financiamento externo. Para equilibrar a necessidade de realizar investimentos e, em simultâneo, reduzir a carga da dívida, as autoridades pretendem contrair empréstimos apenas em condições concessionais e a um ritmo moderado. Continuarão também a implementar a estratégia de redução do stock de crédito malparado e a salvaguardar a estabilidade financeira.

Avaliação do Conselho de Administração²

Os Administradores louvaram os progressos na consolidação orçamental e nas reformas estruturais, que contribuíram para fortalecer a estabilidade macroeconómica e as perspetivas favoráveis a médio prazo. Observaram, porém, que o desempenho do programa havia sido desigual, e que subsistiam riscos descendentes. Salientaram que o compromisso contínuo com reformas estruturais e com uma política orçamental prudente são cruciais para manter a estabilidade macroeconómica e estimular o crescimento, de modo a reduzir a pobreza e gerar empregos para uma população jovem.

Os Administradores saudaram a determinação das autoridades em levar adiante a consolidação das finanças públicas para melhorar a posição orçamental e reduzir a dívida pública. Salientaram que o fraco desempenho da receita fiscal exige a aplicação de medidas firmes para aumentar a arrecadação, com destaque para a cobrança de impostos atrasados e a introdução do IVA no próximo ano. Exaltaram o compromisso das autoridades em evitar a contratação de empréstimos não concessionais e em limitar o volume de empréstimos externos em condições concessionais e incentivaram-nas a fortalecer a capacidade de gestão da dívida ao adotar as recomendações da Avaliação do Desempenho da Gestão da Dívida (DeMPA) e concluir a estratégia de médio prazo de gestão da dívida.

Os Administradores realçaram a importância de reformar as empresas públicas, especialmente a empresa de distribuição de eletricidade e água, EMAE. Referiram que melhorar a viabilidade comercial da EMAE não apenas diminuirá os riscos para as contas públicas, mas também reforçará a posição externa, ao reduzir as importações de petróleo, e apoiará o crescimento, ao melhorar o fornecimento de eletricidade. Contribuirá também para a acumulação de reservas e a remoção das restrições cambiais no médio prazo.

Os progressos obtidos no reforço da supervisão bancária são bem-vindos. Os Administradores incentivaram as autoridades a prosseguir na aplicação da estratégia de redução do stock de créditos malparados, através de esforços concertados para reformar o sistema jurídico para

² Concluídas as discussões, a Diretora-Geral, na qualidade de Presidente do Conselho, resume os pontos de vista dos Administradores, e este resumo é transmitido às autoridades do país. A ligação a seguir contém uma explicação dos principais qualificadores empregados nos resumos: <http://www.imf.org/external/np/sec/misc/qualifiers.htm>.

facilitar a recuperação de empréstimos. As recomendações da última avaliação de salvaguardas devem ser aplicadas sem demora.

Os Administradores vincaram a importância de reformas estruturais para promover o crescimento inclusivo. Nesse contexto, acolheram positivamente a adoção recente da estratégia de desenvolvimento do turismo e incentivaram as autoridades a manter o foco em projetos de infraestrutura de alto retorno em apoio ao turismo e a outros setores chaves da economia.

Espera-se que a próxima consulta à República Democrática de São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV seja realizada em conformidade com a decisão do Conselho de Administração sobre os ciclos de consulta para países membros com acordos com o FMI.

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Principais Indicadores Económicos, 2015–20 (Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)									
	2015	2016	2017		2018		2019		2020
			EBS/17/119		EBS/17/119		EBS/17/119		
	Efetivo	Efetivo	4º aval.	Prel.	4º aval.	Proj.	4º aval.	Proj.	Proj.
Rendimento nacional e preços									
PIB a preços constantes	3,8	4,2	4,0	3,9	5,0	4,0	5,5	4,5	5,0
Deflator do PIB	4,2	8,1	2,7	4,7	3,5	3,9	4,0	6,2	5,0
Preços no consumidor									
Fim do período	4,0	5,1	6,0	7,7	5,0	6,0	4,5	5,0	4,0
Média do período	5,3	5,4	5,6	5,7	5,5	6,8	4,7	5,5	4,5
Comércio externo									
Exportações de bens e serviços não fatoriais	1,7	7,4	2,7	9,6	7,6	5,4	7,3	10,1	8,5
Importações de bens e serviços não fatoriais	-18,2	-0,2	8,4	2,9	5,6	13,1	6,5	13,8	5,4
Taxa de câmbio (novas dobras por USD; fim do período) ¹	22	23	...	21
Taxa de câmbio efetiva real (média do período, depr. = -)	1,8	5,6	...	-0,6
Moeda e crédito									
Base monetária	37,5	5,0	1,5	-9,6	5,1	9,3	3,5	5,3	5,0
Massa monetária (M3)	13,1	-4,8	-0,2	-0,4	8,7	12,6	9,7	10,9	10,3
Crédito à economia	5,4	6,6	3,4	2,5	5,8	5,8	9,2	10,2	9,7
Velocidade (PIB/M3; fim do período)	2,5	2,9	3,1	3,2	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1
Taxa de juro de referência do banco central (%)	10,0	10,0	...	9,0
Taxa média dos empréstimos bancários (percentagem)	23,3	19,6	...	19,6
Taxa média dos depósitos bancários (percentagem)	6,9	4,1	...	4,2
Finanças públicas (em percentagem do PIB)									
Total de receita, donativos e bónus de assin. do petróleo	28,2	27,6	24,6	23,8	28,3	27,5	28,2	25,7	26,0
D/q: receitas fiscais	14,4	12,1	13,0	12,1	13,4	11,8	13,7	12,5	12,9
Receitas não fiscais	1,5	2,3	1,5	1,6	1,6	2,9	1,6	1,0	1,0
Donativos	11,5	13,2	10,1	10,1	13,3	12,8	12,9	12,2	12,2
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	34,5	31,8	29,5	26,4	30,8	27,3	31,1	29,2	28,9
Despesas com pessoal	8,9	8,7	8,5	8,0	8,3	7,7	8,2	7,8	7,9
Juros devidos	0,8	0,4	0,7	0,5	0,5	0,6	0,7	0,6	0,4
Despesa corrente excl. juros e salários	8,6	7,8	7,0	6,6	6,8	5,9	6,8	5,7	5,7
Despesas de investimento financiadas pelo Tesouro	0,7	0,6	0,3	0,7	0,3	0,1	0,6	0,3	0,4
Despesas de investimento financiadas por doadores	14,9	13,9	12,8	10,5	14,6	12,8	14,3	14,6	14,1
Despesas de invest. relacionadas à Iniciativa HIPC	0,6	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,7	0,2	0,4
Saldo primário interno ²	-3,0	-4,0	-1,8	-2,3	-1,0	-1,3	-1,0	-1,2	-1,2
Saldo global (base de compromissos)	-6,3	-4,2	-4,9	-2,6	-2,4	0,3	-2,7	-3,5	-2,9
Setor externo									
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)									
Incl. transferências oficiais	-13,0	-6,5	-12,2	-8,2	-7,2	-6,8	-7,0	-9,8	-8,6
Excl. transferências oficiais	-25,7	-20,2	-22,3	-18,8	-20,5	-20,0	-19,9	-22,0	-20,8
VA da dívida externa (percentagem do PIB)	39,7	31,5	30,5	28,4	31,2	26,9	30,7	26,9	26,8
Serviço da dívida externa (% das exportações) ³	3,8	3,3	4,7	3,1	4,7	4,6	5,5	5,3	5,0
Export. de bens e serv. não fatoriais (milhões de USD)	89,9	96,5	99,2	105,8	106,7	111,5	114,5	122,8	133,2
Reservas internacionais brutas ⁴									
Milhões de USD	61,9	55,9	58,7	51,3	64,4	58,2	67,1	62,2	64,8
Meses de import. de bens e serv. não fatoriais ⁵	5,3	5,1	4,0	4,2	4,2	4,4	4,1	4,5	4,6
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	10,3	11,5	11,7	11,3	10,6	11,4	9,0	11,4	9,1
Por memória									
Produto interno bruto									
Milhões de novas dobras	6.970	7.846	8.300	8.535	9.019	9.222	9.891	10.231	11.285
Milhões de USD	315,5	354,2	375,0	392,5	417,7	466,1	459,8	523,1	583,8
Per capita (em USD)	1.556	1.706	1.764	1.847	1.921	2.143	2.068	2.353	2.570
Taxa de desemprego (percentagem)	13,0	12,6	...	12,2	...	11,7	...	11,3	10,8

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹O ponto médio da taxa do BCSTP.

²Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de investimento financiadas com recursos externos.

³ Em percentagem das exportações de bens e serviços não fatoriais.

⁴ As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as RMC, para fins de apresentação de pedidos de licenciamento e para cumprir as exigências de capital.

⁵ Importações de bens e serviços não fatoriais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE A CONSULTA DE 2018 AO ABRIGO DO ARTIGO IV, QUINTA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO, PEDIDO DE DISPENSA PELA NÃO OBSERVÂNCIA DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO

PRINCIPAIS TEMAS

Contexto: No último ano houve avanços na consolidação orçamental e na reforma estrutural. Contudo, o país ainda enfrenta um nível de dívida elevado, tem um rácio receita fiscal/PIB baixo e depende fortemente de apoio externo. Apesar do crescimento sólido da economia, de cerca de 4% nos últimos três anos, acelerar este crescimento com a consolidação da estabilidade macroeconómica e reformas estruturais contínuas será essencial para a redução da pobreza num país com uma população jovem.

Avaliação do programa: O desempenho não foi uniforme, em circunstâncias atenuantes. Não foram cumpridos 3 dos 5 critérios de desempenho (CD) para o final de 2017. O CD do défice primário interno (DPI) não foi cumprido por 0,5% do PIB, tal como o CD sobre o crédito líquido ao governo, apesar do DPI ter sido reduzido em 1,75% do PIB em relação a 2016. Entretanto, as reservas internacionais líquidas ficaram aquém da meta, devido principalmente ao apoio externo inferior às previsões. O CD contínuo que proíbe a introdução ou intensificação de restrições cambiais não foi cumprido, ainda que inadvertidamente. No geral, as reformas estruturais foram bem encaminhadas. O corpo técnico recomenda a conclusão da quinta avaliação e a modificação de metas indicativas e indicadores estruturais para o restante de 2018, e apoia o pedido das autoridades de dispensa pela não observância de CD, com base em ações prévias e medidas corretivas.

Recomendações: Em 2018, melhorar a cobrança de impostos atrasados e limitar as despesas aos recursos disponíveis para salvaguardar as metas orçamentais e evitar novos atrasados internos. Intensificar os preparativos da transição para o IVA em 2019 de modo a aumentar a mobilização de receita. Prosseguir com a reforma da EMAE (empresa pública de eletricidade) para conter os seus prejuízos e os respetivos riscos orçamentais. Agilizar as reformas estruturais e a execução de projetos para desobstruir o potencial de crescimento e evitar atrasos na entrada de apoio externo. Manter a aplicação da estratégia para a redução do crédito malparado e fortalecer supervisão baseada no risco. No médio prazo, reduzir o nível da dívida mediante a consolidação orçamental contínua e a contração de empréstimos apenas em condições concessionais e a um ritmo moderado. Aplicar a estratégia de desenvolvimento do turismo para promover o crescimento que reduza a pobreza.

Perspetivas e riscos: O crescimento do PIB deverá ficar em 4% em 2018 e aumentar para 5% no médio prazo. Os principais riscos incluem a pressão das despesas antes das eleições legislativas de outubro. O dado positivo é que a construção antecipada de grandes projetos de infraestrutura poderá acelerar o crescimento.

**Aprovado por
David Owen (AFR) e
Kevin Fletcher (SPR)**

As discussões decorreram em São Tomé de 28 de março a 12 de abril e de 6 a 12 de junho de 2018. A equipa inicial do corpo técnico foi composta por Xiangming Li (chefe), Marlon E. Francisco, Jehann Jack, Gabriel Srour, Torsten Wezel e Yunhui Zhao (todos do AFR). A preparação da missão contou com o amplo apoio de Luiza Antoun de Almeida (EUR) e o apoio administrativo de María Inés Canales Munoz (AFR), enquanto Yun Liu (AFR) forneceu apoio investigativo (todas da sede). Kelvio Carvalho da Silveira (OED) juntou-se à missão. A missão reuniu-se com o Primeiro-ministro Patrice Trovoada, o Ministro das Finanças Américo Ramos, a Ministra da Justiça Ilza Vaz, o Ministro dos Agricultura Teodorico Campos, o Governador do Banco Central Hélio Almeida, outros quadros superiores do governo e representantes do setor privado e de parceiros de desenvolvimento. A equipa da missão de acompanhamento foi composta pela Sra. Li (chefe) e o Sr. Srour (ambos do AFR) e Djaima Costa (STA); a ela juntou-se Audrey Yíadom e Gabriela Rosenberg (ambas do LEG) e Svetlana Popova (MCM), para trabalhar sobre questões relacionadas ao Artigo VIII. A missão de acompanhamento teve o apoio da Sra. Jack e do Sr. Zhao (ambos do AFR) a partir da sede.

ÍNDICE

CONTEXTO: REFORMA PARA ACELERAR O CRESCIMENTO	4
DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES	6
DESEMPENHO DO PROGRAMA	9
PERSPETIVAS E RISCOS ECONÓMICOS	10
DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICAS	13
A. Abordar a quebra de receitas e os passivos contingentes e reduzir o peso da dívida no médio prazo	13
B. Reforçar a margem de proteção das reservas internacionais	17
C. Salvaguardar a estabilidade financeira	18
D. Acelerar projetos e reformas estruturais promotores de crescimento	19
QUESTÕES RELATIVAS AO PROGRAMA, SALVAGUARDAS E RISCOS	21
OUTRAS QUESTÕES RELACIONADAS À SUPERVISÃO	23

AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO _____ **24****CAIXAS**

1. Principais recomendações da consulta de 2016 ao abrigo do Artigo IV e ponto da situação	5
2. Matriz de Avaliação de Riscos 2018	12
3. Introdução do IVA	39
4. Diversificação económica em São Tomé e Príncipe	40

FIGURAS

1. Evolução Macroeconómica Recente, 2009–18	37
2. Evolução do Setor Financeiro, 2011–18	38

TABELAS

1. Principais Indicadores Económicos, 2015–20	26
2a. Operações Financeiras do Governo Central, 2015–20 (milhões de novas dobras)	27
2b. Operações Financeiras do Governo Central, 2015–20 (percentagem do PIB)	28
3. Síntese das Contas do Banco Central, 2015–20	29
4. Síntese Monetária, 2015–20	30
5. Indicadores de Solidez Financeira, Dez/2012 – Mar/2018	31
6a. Balança de Pagamentos, 2015–20 (milhões de USD)	32
6b. Balança de Pagamentos, 2015–20 (percentagem do PIB)	33
7. Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2015–20	34
8. Indicadores da Capacidade de Reembolso ao FMI, 2018–32	35
9. Calendário de Desembolsos ao Abrigo do Acordo ECF, 2015–18	36

ANEXOS

I. Estratégia de Desenvolvimento de Capacidades 2018–20	41
II. Avaliação do Setor Externo	44

APÊNDICE

I. Carta de Intenções	51
Anexo I. Memorando de políticas económicas e financeiras complementar para 2018	54
Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento, Julho de 2018	74

CONTEXTO: REFORMA PARA ACELERAR O CRESCIMENTO

1. São Tomé e Príncipe é um estado insular frágil, pequeno e remoto que enfrenta recursos e capacidades limitados. A economia é baseada sobretudo na agricultura e na pesca de subsistência e depende muito de donativos externos, que ultrapassaram 10% do PIB nos últimos anos. O principal produto de exportação é o cacau; o país tem um setor de turismo incipiente e importa uma vasta gama de bens, incluindo, entre outros, produtos manufaturados e alimentos como arroz, trigo e muitos legumes. A grande expectativa para a produção comercial de petróleo dissipou-se em 2013 devido os custos proibitivos da extração em águas profundas¹, deixando para trás uma dívida pública elevada e um setor bancário vulnerável. Entretanto, as receitas fracas limitam os programas de desenvolvimento social e contribuem para o acúmulo de atrasados de governo a fornecedores. Ademais, a fraca governação do passado criou empresas públicas (EP) deficitárias e atrasados mútuos em todo o sistema, obstando o funcionamento da economia. A baixa capacidade e as instituições relativamente fracas do país impediram os esforços de reformas, sublinhando a necessidade de apoio contínuo em desenvolvimento de capacidades.

2. Avançou-se bastante no sentido de fortalecer a estabilidade macroeconómica; contudo, será essencial aplicar reformas sustentadas para libertar o potencial total de crescimento. O progresso na aplicação das recomendações da consulta de 2016 ao abrigo do Artigo IV foi irregular (Caixa 1). Registou-se algum progresso louvável, sobretudo no apoio a setores tradicionais, o que reduziu o nível da dívida e o défice orçamental após derrapagens às vésperas das eleições presidenciais em 2016. Contudo, são essenciais esforços contínuos em mobilização de receitas, acúmulo de reservas de proteção e reformas estruturais. Nos últimos três anos, o PIB cresceu 4% ao ano e a média da inflação foi de apenas 5,5%. No entanto, o crescimento foi demasiado lento para reduzir a pobreza de forma significativa. Com 40% da população com menos de 14 anos, é preciso acelerar o crescimento para absorver o grande número de jovens que estão a entrar no mercado de trabalho a cada ano. Ademais, o rendimento per capita do país e outros indicadores sociais são consideravelmente inferiores aos de outros pequenos estados insulares em África (cf. Documento sobre Temas Seleccionados, Capítulo 1). O nível da dívida pública continuam elevado e o país está classificado como em situação de sobre-endividamento porque as negociações de reescalonamento de atrasados em curso foram adiadas enquanto se aguardam as respostas dos credores. Contudo, a perspetiva melhorou e a dívida é sustentável no médio prazo.

3. Reconhecendo os desafios para aplicar reformas sustentadas, as autoridades comprometeram-se a continuar a desenvolver capacidades. Sublinharam a necessidade de assistência técnica (AT) prática, sobretudo peritos residentes de longo prazo, conforme destacado na estratégia de desenvolvimento de capacidade de médio prazo (Anexo I). De acordo com as agenda de reformas, as prioridades de AT incluem a administração tributária (nomeadamente a introdução do IVA), a gestão das finanças públicas (GFP) para melhorar preparação e a execução do orçamento e a regulamentação e a supervisão bancárias. Dado o âmbito alargado das reformas projetado num ambiente frágil, o apoio sustentado de parceiros de desenvolvimento bilaterais e multilaterais também é essencial para desenvolver capacidade no país.

¹ Ainda há atividades de exploração de petróleo na Zona de Desenvolvimento Conjunto mas nenhuma confirmação de que existam quantidades viáveis em termos comerciais.

Caixa 1. Principais recomendações da consulta de 2016 ao abrigo do Artigo IV e ponto da situação

Recomendação	Ponto da situação
Orçamentais	
Ancorar a política orçamental de médio prazo para colocar a dívida numa trajetória descendente, no sentido dum risco moderado de sobre-endividamento.	Cumprido parcialmente. A dívida do governo central caiu em 8% do PIB e a perspetiva para a dívida melhorou. Contudo, alguns atrasados externos ainda não foram saldados.
Reduzir o défice primário interno (DPI) mediante o aumento das receitas fiscais e a contenção da despesa discricionária.	Cumprido parcialmente. O DPI declinou com a moderação da despesa. Contudo, a receita fiscal continua abaixo das previsões e praticamente inalterada em relação ao PIB.
Monetárias	
Aperfeiçoar as ferramentas de previsão e gestão de liquidez para abordar o excesso de liquidez e melhorar a gestão monetária.	Em curso. O BCSTP, em articulação com o Tesouro, introduziu melhorias na previsão de liquidez. Os recentes aditivos aos regulamentos permitem ao governo emitir Bilhetes do Tesouro, cujas maturidades podem se estender por vários anos.
Financeiras	
Melhorar o papel das ligações macrofinanceiras mediante a aplicação das medidas necessárias para eliminar o grande stock e o rápido crescimento de créditos malparados.	Em curso. Atualmente o BCSTP está a executar a estratégia de redução de créditos malparados através de esforços concertados de aumento de recuperações e remissões pelos bancos com a aplicação de diretrizes sobre garantias e a supervisão rigorosa dos quadros de gestão do risco de crédito e das políticas de crédito dos bancos.
Fortalecer a estabilidade do setor financeiro com a aplicação dos requisitos de capital e a realização de avaliações regulares de qualidade para identificar bancos problemáticos, o que exigirá medidas corretivas céleres.	Em curso. Bancos anteriormente subcapitalizados aumentaram o seu capital ou foram forçados a sair do mercado. O BCSTP realizou avaliações de qualidade dos ativos internos e está a ser negociado um exercício externo (financiado pelo Banco Mundial).
Continuar a desenvolver o mercado de Bilhetes do Tesouro, garantindo a sua coerência com o setor orçamental.	Em curso. Estão em curso planos para permitir instrumentos de prazo mais longo (para os quais já existem projetos de legislação) e um mercado secundário com o tempo.
Promover a inclusão e a literacia financeiras.	Em curso. A abrangência e a utilidade do sistema de registo de crédito continuaram a melhorar. As reformas judiciais contínuas abriram caminho para acordos extrajudiciais e levaram à redução das custas judiciais. Os operadores do sistema financeiro têm viabilizado as iniciativas de literacia financeira, lideradas pelo BCSTP.
Externas e estruturais	
Apesar da cobertura das reservas internacionais ter ficado no nível de referência recomendado, poderá ser desejável criar margem de proteção adicional.	Ainda não cumprido, com desafios consideráveis adiante. A queda das entradas de divisas e o aumento das importações provocou uma quebra de 4,6 milhões de USD nas reservas internacionais brutas entre o final de 2016 e o final de 2017.
Resolver a ligeira sobrevalorização da taxa de câmbio efetiva real (TCER) e o baixo nível de competitividade através da maior diversificação da economia e medidas específicas para melhorar o ambiente de negócios. Foco em atividades de turismo de elevado valor acrescentado, maior diversificação de mercados de origem e ligações de transporte aéreo mais abertas e competitivas.	Em curso. A estratégia de desenvolvimento do turismo (como componente principal da diversificação de exportações) foi lançada em janeiro de 2018. A expansão do aeroporto e a recuperação de estradas financiadas por donativos deverão começar no final de 2018 ou início de 2019. Além disso, o governo também está a desenvolver estratégias para abordar a falta de fiabilidade do fornecimento de eletricidade e os elevados custos da produção energética, nomeadamente através do desenvolvimento de fontes de energia mais baratas.
Apoio a setores tradicionais (agricultura e pescas) para fomentar a criação de emprego e reduzir a pobreza.	Em curso. São Tomé e Príncipe está a trabalhar estreitamente com a China e outros parceiros de desenvolvimento sobre agricultura e pescas sustentáveis e resilientes, incluindo a construção de estufas e a melhoria das práticas de agropecuária. Em colaboração com parceiros de desenvolvimento, o governo também fomentou a formação de cooperativas agrícolas e de pescas para beneficiar de economias de escala. Também está a conceder direitos de propriedade aos agricultores para facilitar o acesso ao crédito.

Fonte: Avaliação do corpo técnico do FMI.

DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES

4. A atividade económica desacelerou ligeiramente em 2017, em grande medida devido à queda do apoio externo. O crescimento do PIB real abrandou de 4,2% em 2016 para 3,9% em 2017, em meio a restrições orçamentais, atrasos em projetos com financiamento externo e a redução da atividade de construção. O turismo continua forte, com voos mais frequentes, exigências de entrada simplificadas e o aumento da publicidade, que continua a atrair turistas. Entretanto, a excelente produção de cacau – a principal cultura comercial – sofreu os efeitos da baixa dos preços internacionais. A inflação anual, porém, subiu para 7,7% no final de 2017, devido ao aumento dos impostos sobre a importação de bens selecionados e uma escassez temporária de alimentos produzidos no país devido a condições meteorológicas desfavoráveis. A inflação apresentou sinais de abrandamento, com a inflação mensal a cair de 11% em dezembro de 2017 para 0% em abril de 2018 após o ajustamento sazonal. Os programas agrícolas executados recentemente aumentaram a oferta local de legumes e peixe, tornando a produção menos vulnerável à chuva excessiva. Prevvia-se que o déficit da conta corrente aumentasse para 8,2% do PIB, motivado sobretudo por um aumento substancial das importações de bens de investimento relacionados ao petróleo (de até 67,3%), financiado pelo IDE neste setor.

5. O declínio nas entradas de divisas e a contaminação das pressões cambiais de países vizinhos agravaram a falta de moeda estrangeira, e as autoridades responderam com regras cambiais mais restritivas. As transferências líquidas oficiais caíram de 13,7% do PIB em 2016 para 10,6% em 2017. As autoridades observaram que havia evidências dum aumento da saída de divisas do país para atender a procura por parte de exportadores de petróleo vizinhos sob pressão. Explicaram que isto ocorreu através de contratos de comércio externo que não resultaram em importações efetivas de bens para o país. As reservas internacionais brutas (RIB), a valores de mercado, caíram cerca de 4,6 milhões de USD para 51 milhões de USD (ou 4,2 meses de cobertura das importações) devido sobretudo à quebra na entrada de recursos externos. Houve uma redução de 6,1 milhões de USD nas reservas internacionais líquidas (RIL), uma meta do programa, para 44 milhões de USD. No final de março de 2018, as RIL aumentaram 2 milhões de USD, para 46 milhões de USD. Apesar do nível de reservas não ter cumprido a meta indicativa não ajustada de 52 milhões de USD, o acúmulo foi superior à projeção de 1 milhão de USD. Em resposta à crescente falta de divisas e para evitar uma maior redução das reservas internacionais e proteger a paridade fixa, as autoridades intensificaram as restrições cambiais existentes que antecedem o programa atual, mediante a implementação dum novo regulamento (NAP 05/2017) em 1 de março de 2017 (MPEF, §§37-39). Esta restrição infringiu inadvertidamente o critério de desempenho contínuo que proíbe a intensificação das restrições cambiais existentes.

6. Em 2017 foi introduzido um conjunto de medidas de receita e despesa para reduzir o DPI (Tabela 1 do texto). As medidas fiscais introduzidas em 2017 incluíram um novo imposto de consumo sobre as bebidas alcoólicas importadas, direitos aduaneiros mais elevados sobre certas mercadorias importadas a partir de julho, sobretudo bebidas alcoólicas, e a cobrança de impostos atrasados de grandes contribuintes. Apesar destas medidas terem compensado a perda de receitas com a correção da fórmula da declaração do imposto sobre os rendimentos, o desempenho das receitas ficou 0,9% do PIB abaixo do

previsto. Houve uma queda das importações de bens afetadas pela subida dos direitos aduaneiros, e alguns grandes contribuintes não honraram os acordos com o governo para saldar impostos atrasados. As autoridades compensaram a quebra de receitas com a subexecução orçamental de transferências e custos de pessoal, enquanto as despesas de investimento e correntes em saúde e educação ficaram 0,5% do PIB acima do previsto, em parte devido ao surto viral que causou uma emergência de saúde pública. Portanto, o corte da despesa discricionária total foi de quase 2% do PIB em relação a 2016 e o DPI excedeu a meta em 0,5% do PIB.

7. Dados orçamentais preliminares para o primeiro trimestre de 2018 são, em linhas gerais, coerentes com o desempenho dos últimos anos. O

mau desempenho contínuo da receita resultante da elevação dos direitos aduaneiros em 2017 foi agravado com o atraso nos pagamentos de impostos por grandes empresas (em particular os impostos de importação devidos pela ENCO, que em maio chegavam a 0,5% do PIB). Isto foi compensado em parte pela alta das receitas do imposto de importação de petróleo, reflexo do aumento dos preços internacionais do produto, e a subexecução orçamental. Como resultado, o não cumprimento das metas indicativas orçamentais do final de março para o DPI, a receita fiscal e novos atrasados internos foi de cerca de 0,3, 0,5 e 0,07% do PIB, respetivamente. Contudo, foi cumprida a meta indicativa sobre a variação no crédito bancário líquido ao governo central.

8. A dívida pública e com garantia pública (PGP) diminuiu. A dívida externa caiu de 52,5% do PIB em 2016 para 45,7% do PIB em 2017, denotando o crescimento económico, a apreciação da taxa de câmbio euro/dólar e a redução dos empréstimos (0,5% do PIB).² O governo acumulou um pequeno montante de atrasados internos a fornecedores (0,1% do PIB) e não conseguiu saldar atrasados anteriores conforme programado (0,1% do PIB), em parte porque o apoio ao orçamento concedido pela UE foi reduzido em €1 milhão (0,3% do PIB) em 2017 devido à falta de avanços na reforma da GFP. Entretanto, a elevação do preço do petróleo na bomba, em relação aos preços de

Tabela 1 do Texto. Desempenho orçamental de 2017
(Porcentagem do PIB)

	2017		
	Efetivo	4º aval.	Prel.
Total da receita interna	14.4	14.5	13.8
Total da receita interna (exc. petr.)	13.5	14.2	13.2
Receitas fiscais	12.1	13.0	12.1
Direitos aduaneiros	4.7	4.9	4.6
Impostos sobre o consumo	1.2	1.7	1.6
IRC	1.3	1.9	1.7
IRS	3.4	3.0	2.9
Outros impostos	1.5	1.4	1.4
Receitas não fiscais	2.3	1.5	1.6
D/q: receita do petróleo	0.9	0.4	0.6
Total da despesa interna	17.9	16.7	15.9
Despesa primária interna	17.5	16.0	15.4
Despesas correntes	17.0	16.2	15.1
Despesas com pessoal	8.7	8.5	8.0
Bens e serviços	3.2	2.7	3.0
Pagamentos de juros	0.4	0.7	0.5
Transferências	3.6	3.4	2.7
Outras despesas	1.1	0.9	0.9
Desp. de invest. fin. pelo Tesouro	0.6	0.3	0.7
Desp. de invest., rel. à HIPC	0.2	0.2	0.2
Saldo primário interno	-4.0	-1.8	-2.3

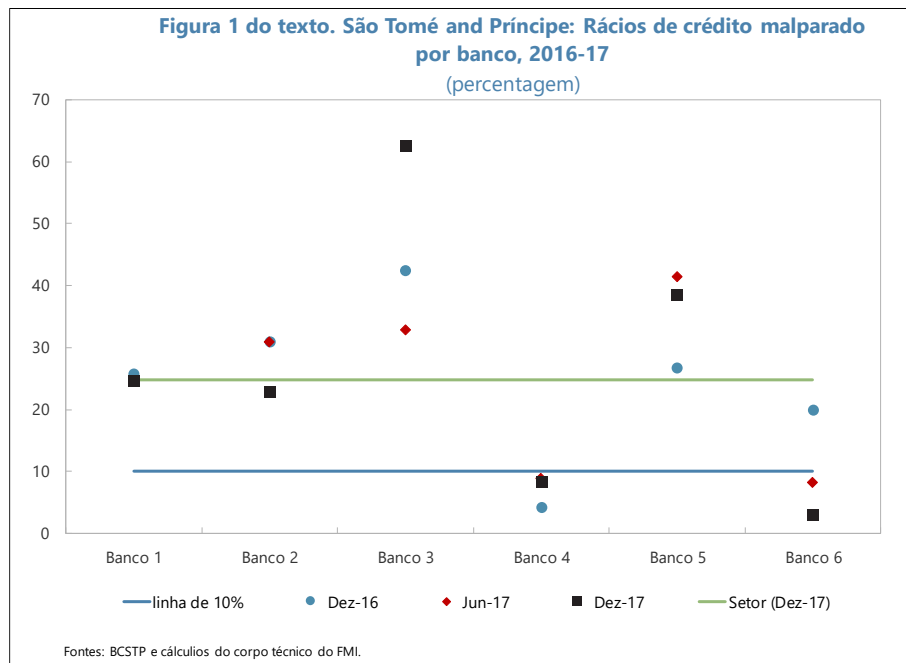
Fontes: Ministério das Finanças e estimativas do corpo técnico do FMI.

² Os números da dívida mencionados excluem os atrasados pré-HIPC e a dívida contestada.

importação, gerou ganhos que foram usados para reduzir a dívida à ENCO, que caiu de 67,6% do PIB em 2016 para 64,4% em 2017.

9. Os indicadores de solidez financeira (ISF) melhoraram um pouco, mas continuam a dar sinais de vulnerabilidade (Tabela 5). A partir de agosto de 2016, com a saída do Banco Equador,

todos os bancos dispõem de capital regulamentar/ativos ponderados pelo risco superior ou igual a 10%. O rácio global de crédito malparado diminuiu 2,2 pontos percentuais, para 24,9% no final de 2017 em relação ao final de 2016. O rácio de adequação dos fundos próprios do sistema subiu para 33,6% dos ativos ponderados pelo risco porque os bancos transferiram recursos para títulos públicos.



Ademais, o provisionamento dos créditos malparados é bastante alto, acima de 80% destes créditos. As análises de sensibilidade sugerem que o capital do sistema é amplo e o rácio de adequação de capital só será insuficiente se o rácio de crédito malparado aumentar mais 22 pontos percentuais (para 47%). Contudo, subsistem focos de vulnerabilidade que requerem atenção. No conjunto do sistema, a taxa de incumprimento em empréstimos novos e reestruturados contraídos desde o final de 2016 duplicou para 6,7%. Os ISF permaneceram quase inalterados no primeiro trimestre de 2018. Houve uma intervenção no banco mais pequeno (Banco Privado), que foi colocado à venda pelo BCSTP em fevereiro de 2018 após ter incorrido grandes perdas de empréstimos e ficado subcapitalizado. Em meados de junho, o BCSTP decidiu pura e simplesmente fechá-lo e transferiu a sua carteira para outras instituições bancárias do país. As análises de sensibilidade dos bancos individuais mostram que um banco pode não ter fundos próprios suficientes se o seu crédito malparado aumentar 5,5 pontos percentuais. Ademais, a maioria dos bancos ainda é deficitária devido ao alto custo operacional, inclusivamente o da energia. Entretanto, a liquidação do Banco Equador ainda aguarda aprovação dos procedimentos necessários pelo tribunal, apesar de o liquidatário ter assumido o seu cargo em outubro de 2017.

10. O BCSTP procedeu com êxito à redenominação da moeda nacional a partir de 1 de janeiro de 2018. Após cortar três zeros, a moeda passou a valer 24,50 novas dobras por euro e manteve a paridade fixa instituída em 2010. Informações e dados pontuais sugerem que a redenominação correu relativamente bem e teve um impacto insignificante sobre a inflação.

11. O crescimento do crédito abrandou. O crescimento do crédito à economia baixou para 2,5% em 2017 face a 6,6% em 2016. Os bancos reduziram o crédito a alguns segmentos, nomeadamente ao setor comercial, o que reflete a lenta atividade económica e a aversão contínua ao risco. Ao mesmo tempo, investiram parte do excesso de liquidez em Bilhetes do Tesouro, cuja procura foi superior à oferta. Consequentemente, o rácio de liquidez médio caiu de 58% para 50% mas continuou elevado. Entretanto, a geração de crédito pela nova facilidade dum grande banco para pequenas e médias empresas (PME) — financiada pela Sociedade Financeira Internacional — tem sido lenta.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

12. O desempenho do programa até ao final de 2017 foi desigual (Tabela 1 do MPEF). Os critérios de desempenho (CD) sobre o DPI e crédito bancário líquido ao governo central (CLG) não foram cumpridos em 0,5% do PIB, devido à considerável quebra das receitas e à elevação das despesas com saúde e educação. As autoridades observaram que gastaram mais em saúde e educação porque previam mais apoio externo ao orçamento que não se concretizou e porque foi preciso conter o surto do vírus de celulite necrotizante. Mesmo assim, a redução do DPI em 2017 ainda foi significativa, 1,7% do PIB. O CD para as reservas internacionais líquidas (RIL) não foi cumprido em parte devido à quebra pontual do financiamento externo, sobretudo de instituições financeiras internacionais, que foi apenas parcialmente acomodada pelo uso de fatores de ajustamento do programa. Dois outros CD, sobre atrasados e empréstimos externos, foram cumpridos. O CD contínuo que proíbe a introdução ou a intensificação de restrições cambiais foi infringido, ainda que inadvertidamente. As metas indicativas (MI) orçamentais para a receita fiscal e novos atrasados internos não foram cumpridas em cerca de 0,5% e 0,07% do PIB, respetivamente, mas a meta para a despesa pró-pobre foi cumprida. Foram tomadas medidas corretivas para abordar o fraco desempenho das receitas fiscais (§§19-21 e MPEF, §§20-22).

13. O BCSTP adotou um regulamento cambial (NAP 05/2017), em vigor desde 1 de março de 2017, para ampliar a atual restrição cambial. Esta restrição é anterior ao acordo ECF. Durante a visita do corpo técnico em junho de 2018, os agentes do mercado — tanto bancos como importadores — relataram que há muito que enfrentam dificuldades para atender a procura por divisas e que estas se agravaram com a adoção da NAP de março de 2017. O corpo técnico também recebeu uma cópia do regulamento e concluiu que ele intensificou as restrições ao acesso a divisas. Portanto, até à data da conclusão da terceira e da quarta avaliações ao abrigo da ECF, em dezembro passado, o PC contínuo contra a intensificação de restrições cambiais não tinha sido cumprido. Contudo, não se trata de um caso de prestação de dados incorretos, uma vez que as autoridades informaram o corpo técnico do FMI durante a discussão da terceira avaliação que tinham aumentado o rigor do regulamento cambial. O corpo técnico deveria ter procurado obter uma cópia do regulamento para permitir uma avaliação sobre a sua compatibilidade com o CD.

14. O governo avançou na aplicação de reformas estruturais (MPEF, Tabela 2). O projeto de lei das Parcerias Público-Privadas (PPP) foi submetido à Assembleia Nacional em outubro de 2017 e foi aprovado, e foram implementadas medidas imediatas (MPEF, §22) que visam a contenção das

perdas financeiras da EMAE, cumprindo assim os indicadores estruturais do final de dezembro de 2017. Além disso, alguns indicadores estruturais do final de junho de 2018 foram cumpridos (MPEF Tabela 4) — a lei do IVA foi submetida à Assembleia Nacional em 24 de maio e em janeiro de 2018 foi lançada a Estratégia de Desenvolvimento do Turismo (o ponto fulcral da Estratégia Nacional de Diversificação das Exportações). A meta do final de junho sobre a adoção do plano de gestão financeira e do plano de produção energética a custos reduzidos para a EMAE e a meta do final de junho sobre a conclusão duma avaliação independente da qualidade dos ativos foram adiadas porque o respetivo concurso público demorou mais que o previsto (§33, §42, MPEF §15 e MPEF §29).

PERSPETIVAS E RISCOS ECONÓMICOS

15. No geral, a perspetiva económica continua a ser positiva. A economia deverá crescer 4% em 2018 e acelerar para 5% no médio prazo à medida que novos projetos financiados com recursos externos — incluindo a expansão do aeroporto, a construção e a restauração de estradas, para além da reabilitação do sistema elétrico — forem iniciados. O crescimento mais rápido, acompanhado de reformas estruturais adequadas, lançará as bases para o aumento do emprego e a redução da pobreza. A inflação deverá cair para 6% em 2018 com a dissipação dos efeitos pontuais da oferta e dos impostos de 2017 e ficar abaixo de 5% no médio prazo.

16. A perspetiva está eivada de riscos (Caixa 2). Os riscos de deterioração incluem as pressões pré-eleitorais que poderão atrasar as reformas estruturais, impedir a mobilização de receita, sobretudo a cobrança de impostos atrasados de grandes contribuintes, e aumentar a despesa extraorçamental. Estas derrapagens potenciais poderão comprometer a consolidação e a disciplina orçamental arduamente conquistadas. Ademais, adiar as reformas da EMAE poderá gerar prejuízos contínuos e o aumento dos encargos orçamentais. Entretanto, uma resolução bancária prolongada e a persistência do crédito malparado poderão impedir a expansão do crédito, em particular para pequenas empresas, e prejudicar o crescimento. No plano externo, atrasos nos desembolsos de doadores comprometerão as perspetivas de crescimento e afetarão o acúmulo de reservas, além de que o fraco crescimento de economias desenvolvidas importantes, em especial Portugal, poderá dificultar as exportações do país, sobretudo no setor do turismo. No lado positivo, a aceleração dos grandes projetos financiados com recursos externos poderá promover o crescimento. Ademais, a baixa dos preços internacionais da energia poderá reduzir as importações.

17. O país está classificado como em situação de sobre-endividamento devido à existência de atrasados externos de longa data, embora a Análise de Sustentabilidade da Dívida (ASD) atualizada mostre que a perspetiva melhorou e a dívida é sustentável no médio prazo. O governo procurou firmar acordos de reescalonamento da dívida com Angola, o Brasil e a Guiné Equatorial para saldar atrasados externos. Foi alcançado um acordo com o governo do Brasil, pendente de ratificação pelo senado brasileiro. O governo aguarda ainda as respostas dos outros dois países para prosseguir com as negociações, assim como da Nigéria para discutir o empréstimo contestado. Entretanto, conforme observado acima, em 2017 a dívida externa PGP diminuiu, uma tendência que deverá manter-se. No cenário de base, o rácio entre o valor atual (VA) da dívida externa PGP e o PIB está abaixo do limiar de risco elevado de sobre-endividamento durante todo o período da projeção.

Não obstante, os rácios do VA da dívida externa PGP face às exportações e às receitas ainda ultrapassam os seus limiares no cenário de base, apesar de descerem abaixo desses limiares com o tempo. A ASD sublinha a importância da consolidação orçamental contínua, evitando empréstimos não concessionais, limitando empréstimos externos em condições concessionais e expandindo a base das exportações. Desde que estas políticas sejam seguidas como previsto no programa e a economia e a base de exportações continuem a crescer de forma regular, o corpo técnico avalia que a dívida é sustentável no médio prazo e que todos os indicadores acabarão por ficar abaixo dos seus cenários de base.

Caixa 2. São Tomé e Príncipe: Matriz de Avaliação de Riscos 2018¹

Fonte de Riscos	Probabilidade Relativa	Prazo	Impacto Potencial	Resposta de Políticas
Riscos internos				
Capacidade de execução limitada	Alta	Curto a médio prazo	Alto. Poderá afetar a cobrança de impostos e os controlos de despesas, bem como abrandar as reformas estruturais e o respetivo financiamento externo.	Medida prévia para cobrança de atrasados e nomeação do Tesouro para coordenar projetos financiados com recursos externos e evitar atrasos.
Risco político associado às próximas eleições legislativas em outubro de 2018	Média	Curto prazo	Alto. Pressão para gastar poderá aumentar antes das eleições.	Identificação de medidas concretas na reunião de metas orçamentais de 2018.
Fragilidade persistente da banca	Média	Curto a médio prazo	Baixo. A persistência dos créditos malparados poderá agravar o anémico crescimento do crédito.	Permanecer vigilante e fortalecer a supervisão baseada em risco. Reformar o sistema jurídico para reduzir o risco de crédito. Promover a AQA.
Riscos externos				
Atrasos nos desembolsos de doadores	Média	Curto a médio prazo	Alto. O país depende muito de apoio externo e atrasos nos desembolsos prejudicariam o crescimento e o acúmulo de reservas internacionais.	Nomeação do Tesouro para coordenar projetos financiados com recursos externos e evitar atrasos.
Condições financeiras mundiais mais restritivas	Alta	Curto a médio prazo	Baixo. Poderá levar a menos disponibilidade de empréstimos concessionais e juros de novos empréstimos mais elevados.	Mobilizar receitas fiscais e prosseguir com a consolidação orçamental contínua para reduzir as necessidades de financiamento externo. Diversificar as fontes de financiamento.
Crescimento inferior ao previsto: <ul style="list-style-type: none"> • Crescimento nas principais economias desenvolvidas estruturalmente fraco • Abrandamento significativo nos EUA e as suas repercussões • Abrandamento significativo na China e as suas repercussões 	Alta Média Baixa/Média	Médio prazo Médio prazo Curto a médio prazo	Médio. A diminuição da procura externa pode prejudicar as exportações do país, sobretudo o seu setor do turismo, provocando a redução do crescimento do PIB real e do acúmulo de reservas. Baixo. As ligações económicas entre São Tomé e Príncipe e os Estados Unidos são limitadas e portanto o impacto potencial seria baixo. Baixo. O apoio da China, até hoje apenas na forma de donativos, não deverá ser afetado dado que o montante envolvido é muito baixo e a relação diplomática entre a China e São Tomé e Príncipe foi renovada recentemente.	Executar a estratégia de desenvolvimento do turismo e melhorar a produtividade agrícola.
Preços de energia mais baixos , motivados pelo enfraquecimento da coesão do cartel OPEP/Rússia e/ou da recuperação da produção de petróleo no continente africano.	Baixa	Curto a médio prazo	Médio. Como São Tomé e Príncipe é um país importador de petróleo, isto constitui um risco positivo para os custos de importação.	Aproveitar a oportunidade para acumular reservas e criar margens para se preparar para o aumento destes preços no futuro. Melhorar a eficiência da geração de eletricidade para reduzir as importações de petróleo.
Fonte: Avaliação do corpo técnico do FMI. ^{1/} A Matriz de Avaliação de Riscos (MAR) mostra acontecimentos que podem alterar de forma relevante a trajetória base (o cenário mais provável na opinião do corpo técnico do FMI). A probabilidade relativa refere-se à avaliação subjetiva do corpo técnico do FMI acerca dos riscos ao cenário de base ("baixa" = probabilidade abaixo dos 10%; "média" = probabilidade entre os 10% e 30% e "alta" = probabilidade entre os 30% e 50%). A MAR reflete a opinião do corpo técnico sobre a fonte de risco e o nível geral das preocupações no momento das discussões com as autoridades. Riscos não mutuamente exclusivos podem interagir e materializar-se conjuntamente. "Curto prazo" e "médio prazo" referem-se a riscos que se podem materializar em 1 ano e 3 anos, respetivamente.				

Opinião das autoridades

18. As autoridades concordaram com o teor geral da avaliação do corpo técnico da perspectiva de médio prazo e dos respetivos riscos, mas têm uma opinião mais otimista sobre as perspectivas de crescimento no curto prazo. Esperam uma aceleração do crescimento do PIB em 2018 por conta dos projetos de infraestrutura planeados. Concordam que sem medidas políticas, a dinâmica da dívida pública e os passivos orçamentais decorrentes dos grandes prejuízos da EMAE são insustentáveis. Reiteraram o seu compromisso com o programa, não obstante as eleições, e a intenção de levar avante a agenda de reformas estruturais, inclusivamente a adoção do IVA e a aplicação de vários planos de desenvolvimento setoriais. Sublinharam que o atraso na aplicação de reformas também se deve aos processos morosos dos seus parceiros de desenvolvimento. Ademais, estão a procurar ativamente celebrar acordos de reescalonamento da dívida com Angola, o Brasil e a Guiné Equatorial, através de correspondência e reuniões de alto nível.

DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICAS

As discussões sobre políticas centraram-se nas medidas imediatas para compensar a quebra de receitas e assim cumprir as metas orçamentais de 2018, a transição para um regime de IVA em 2019, as reformas da EMAE, o aumento das reservas internacionais para proteger a paridade fixa, a salvaguarda da estabilidade do setor financeiro perante a persistência de crédito malparado elevado e a promoção do crescimento liderado pelo setor privado, sobretudo do turismo.

A. Abordar a quebra de receitas e os passivos contingentes e reduzir o peso da dívida no médio prazo

19. O governo tomou medidas para aumentar as receitas e compensar em parte a quebra de receitas no curto prazo (MPEF, §20-22). A manterem-se as políticas atuais, a queda das importações devido ao aumento dos direitos aduaneiros sobre importações em 2017, o fraco desempenho fiscal no primeiro trimestre de 2018 e a baixa cobrança de impostos atrasados e o cancelamento, em janeiro de 2018, da decisão anterior de suspender o valor dedutível do IRS previsto na lei fiscal provocarão uma quebra da receita em 2018 de cerca de 1,8% do PIB em relação à avaliação anterior. Para compensar esta quebra e como medida prévia para a quinta avaliação, o governo cobrará cerca de 0,5% do PIB em impostos atrasados mais as penalidades cabíveis devidos pela Rosema, a fabricante local de cerveja, e outras firmas, que se referem sobretudo ao imposto sobre consumo e ao IRS que as empresas cobram dos empregados em nome do estado (MPEF, §21). O governo também tentará cobrar impostos atrasados doutros

Tabela 2 do Texto. Impacto das medidas orçamentais
(Porcentagem do PIB)

Medidas	2018
Total de ganhos de receitas	0.5
Cobrança de impostos atrasados	0.5
Total dos cortes de despesas internas	1.1
D/q: Cortes de bens e serviços	0.4
Cortes de transferências adotados em 2017	0.5
Cortes nas capex	0.2
Economia total	1.6

Fontes: Ministério das Finanças e estimativas do corpo técnico do FMI.

grandes contribuintes, inclusivamente da autoridade aeroportuária, a ENASA (cf. Documento sobre Temas Seleccionados, Capítulo 3).

20. Dados preliminares sugerem que o governo está no caminho certo para cumprir as metas orçamentais do final de junho

(Tabela 3 do texto). Como medida prévia, o governo comprometeu-se a cobrar impostos correntes de cerca de 0,7% do PIB antes do final de junho de grandes contribuintes que atrasaram os seus pagamentos no segundo trimestre de 2018 (MPEF, §20). Dados orçamentais preliminares indicam um DPI de cerca de 1,4% do PIB no final de maio. Os ganhos combinados da cobrança de impostos atrasados e de atrasos de pagamento de quase 1,1% do PIB deverão gerar um DPI inferior à meta do final de junho, de 95 milhões novas dobras (1% do PIB), com base na execução orçamental prevista para o mês de junho. Ademais, o governo irá controlar os pagamentos mensais dos 10 maiores contribuintes face às projeções de impostos devidos (novo indicador estrutural do final de novembro de 2018).

21. As medidas de despesas complementarão as medidas das receitas para se prosseguir com a consolidação orçamental em 2018.

A meta de DPI do final de dezembro de 2018 é de 1,3% do PIB, ligeiramente superior ao 1% definido na quarta avaliação, de modo a permitir um ajustamento moderado, mas ainda assim inferior à meta de 1,8% do PIB do ano anterior. O governo pretende poupar cerca de 1,1% do PIB em despesas primárias internas sobretudo com a manutenção dos cortes nas transferências e nos custos com o pessoal introduzidos em 2017 e a redução do consumo de eletricidade, água e combustíveis pelos organismos públicos (MPEF, §22). Conforme programado anteriormente, a massa salarial pública nominal registará um crescimento inferior ao crescimento do PIB mantendo os salários praticamente inalterados para libertar recursos para novas contratações em setores prioritários tais como a educação, a saúde e a segurança. As despesas de investimento financiadas com recursos internos serão reduzidas ligeiramente em relação a 2017 à luz do aumento esperado das despesas financiadas com recursos externos neste ano. Como não há certezas sobre a receita, o governo limitará as despesas em função dos recursos disponíveis para garantir o cumprimento da meta de DPI como medida preventiva. O Ministro das Finanças publicou uma resolução para limitar as despesas orçamentais em linha com o programa, atendendo a outra medida prévia para a conclusão da avaliação.

Tabela 3 do Texto. Desempenho orçamental 2018:S1		
<i>(Porcentagem do PIB)</i>		
	Jan-Mai	Jan-Jun
	Efetivo	Proj.
Total da receita interna (exc. petr.)	4.3	6.3
Receitas fiscais	4.1	6.0
Direitos aduaneiros	1.5	1.8
Outros impostos	2.6	3.1
Cobrança de impostos atrasados e receita não fiscal (exc. petr.)	...	1.1
	0.3	0.3
Total das despesas primárias	5.7	6.9
Despesas primárias correntes	5.6	6.7
Despesas com pessoal	2.9	3.4
Bens e serviços	1.1	1.4
Transferências	1.3	1.6
Outras despesas	0.3	0.3
Despesas de capital internas	0.1	0.1
Desp. social rel. à HIPC	0.1	0.1
Saldo primário interno	-1.4	-0.6
	em milhões de novas dobras	
Receitas fiscais	375	551
Meta do programa		535
Saldo primário interno	-126	-53
Meta do programa		-95

Fontes: Ministério das Finanças e estimativas do corpo técnico do FMI.

22. O governo também está empenhado em recolocar o plano de eliminação de atrasados no bom caminho no médio prazo (MPEF, §23). O governo concordou em priorizar a regularização dos atrasados se se materializarem recursos suplementares, incluindo apoio orçamental ou receita adicionais. Dado o desembolso esperado de donativos para apoio orçamental equivalentes a 2,1% do PIB, o governo afetaria à redução da dívida o equivalente a 0,7% do PIB em donativos não relacionados a projetos. Ademais, em 2019 será introduzida uma sobretaxa sobre o preço dos produtos petrolíferos em vez do atual diferencial entre os preços internos e os preços de importação para pagar a dívida à ENCO.

23. No médio prazo, a política orçamental continuará a ter como objetivo a redução da dívida para um nível mais sustentável e da dependência de ajuda externa. O DPI será mantido em cerca de 1% do PIB para que o país não seja tão dependente da ajuda externa, sem deixar de salvaguardar a despesa social. Para tal, a política continuará a lançar mão da racionalização das despesas no curto prazo enquanto se intensificam os esforços para a transição para o regime de IVA e o necessário realinhamento dos regulamentos (cf. §25). Os novos empréstimos evitarão condições não concessionais (inclusivamente para grandes projetos de infraestruturas).³ De modo a equilibrar as necessidades de redução do ónus da dívida e as grandes necessidades de investimento, os empréstimos concessionais serão mantidos abaixo dos 4% do PIB ao ano, o que manterá a dívida em relação ao PIB e à receita abaixo dos limiares de sobre-endividamento e levará gradualmente a dívida em relação às exportações para níveis inferiores ao limiar de risco.

24. A redução do risco orçamental gerado pelas empresas públicas (EP), sobretudo pela empresa de serviços públicos, EMAE, continua a ser uma prioridade. Os atrasados da EMAE à ENCO registaram um aumento de 16,6 milhões de USD (4,25% do PIB) em 2017, tendo atingido 77 milhões de USD, apesar das medidas imediatas para conter os custos operacionais e cobrar contas atrasadas. É provável que a EMAE continue deficitária até que os projetos de investimento de médio prazo apoiados por parceiros de desenvolvimento reduzam os seus custos operacionais. Há vários projetos de reforma em curso, nomeadamente a reabilitação da rede elétrica e a instalação de contadores, o Plano de Melhoria da Gestão Financeira (PMGF) e o Plano de Desenvolvimento do Menor Custo (PDMC). Duas outras empresas públicas frágeis do ponto de vista financeiro – as operadoras do porto e do aeroporto – acordaram planos com o governo para saldar gradualmente o enorme volume de impostos atrasados. Contudo, a sua aplicação atempada dependerá bastante do êxito dos seus planos de contenção de custos, incluindo a redução dos custos de pessoal e a cobrança de direitos. A este respeito, a pré-auditoria em curso em todas as EP realizada por uma firma internacional (com o apoio do Banco Mundial) é uma medida importante. Repor a recuperação de custos destas empresas também será essencial para destrinçar o novelo de atrasados internos, cujo valor bruto total é de cerca de 60% do PIB (em termos não consolidados), dos quais 14% do PIB são devidos pelo governo e 3% do PIB são devidos ao governo.

³ Incluindo a expansão do aeroporto, que será financiada apenas com donativos, conforme indicado pelas autoridades. A missão tem aconselhado as autoridades a utilizar meios que não gerem dívida e não exijam garantias públicas para o porto de águas profundas para as pescas, cujo plano ainda tem de ser totalmente desenvolvido.

25. O recente mau desempenho da receita põe em evidência a necessidade de mobilização de receita. Até à data, as receitas fiscais dependeram fortemente da alfândega e, portanto, ficaram vulneráveis à volatilidade das importações (inclusivamente em preços internacionais do petróleo) e à baixa regularidade fiscal. Está a ser preparada a introdução do regime de IVA no início de 2019, o que deverá gerar 2,1% do PIB em receitas no médio prazo (Caixa 3, MPEF, §25). Estes preparativos incluem o alinhamento dos regulamentos sobre o IVA e outros impostos, inclusivamente os recentes aumentos dos direitos de importação. Em linha com as recomendações da AT do FMI sobre administração tributária, o governo também está a trabalhar na instituição de inspeções mais sistemáticas de grandes contribuintes e numa supervisão informática mais ampla dos contribuintes. A este respeito, as autoridades começarão a controlar o pagamento de impostos por grandes contribuintes face à estimativa de impostos devidos e continua a trabalhar na criação duma unidade dedicada de grandes contribuintes (MPEF, §25). Também em linha com a AT do FMI, as autoridades planeiam reforçar as previsões de receita e o controlo do orçamento para evitar o acúmulo de atrasados, melhorar a coordenação e a gestão de projetos e fortalecer a coerência da programação financeira na preparação do orçamento. Em particular, foram criados controlos das despesas com energia e telecomunicações em colaboração com os fornecedores. O governo está empenhado em aplicar eficazmente o mecanismo de ajuste automático dos preços dos combustíveis e, assim, em junho aumentou esses preços para refletir os recentes aumentos dos preços internacionais do petróleo.

26. O governo está a aplicar algumas das principais recomendações da Avaliação do Desempenho de Gestão da Dívida (DeMPA). Em particular, as autoridades estão a desenvolver a estratégia de gestão da dívida a médio prazo, criando uma base de dados sobre a dívida e dando formação a técnicos sobre a gestão da dívida, incluindo emissões de Bilhetes do Tesouro (MPEF, §42).

Opinião das autoridades

27. As autoridades concordam com as avaliações do corpo técnico e as medidas propostas. Salientaram que foram iniciados os processos de cobrança de impostos atrasados devidos pela Rosema e para cobrar todos os atrasados até ao final de junho de 2018. Ademais, estão em conversações com o governo do Gana para ajudar a recuperar taxas devidas à ENASA e por conseguinte ao Tesouro. Também se comprometeram a conter as despesas discricionárias e a usar quaisquer recursos adicionais disponíveis para regularizar atrasados do Estado. Observaram ainda que embora os preparativos para a adoção do IVA tenham demorado mais que o previsto, isso se deve em parte ao cuidado para garantir uma transição tranquila e evitar as dificuldades que outros países enfrentaram no início, como um grande acúmulo de restituições. Salientaram que alguns dos atrasos nas reformas, inclusivamente em relação à EMAE, advêm de atrasos na assistência técnica e financeira prestada por parceiros de desenvolvimento. Além disso, no geral concordam com a recomendação do corpo técnico de que se identifiquem mais medidas de curto prazo para melhorar o desempenho operacional das empresas públicas, nomeadamente a redução dos custos com pessoal e a aceleração da cobrança de atrasados.

B. Reforçar a margem de proteção das reservas internacionais

28. A política monetária continuará a estar ancorada na paridade fixa com o euro. A taxa de câmbio fixa (introduzida em 2010) foi benéfica para o país, enquanto economia insular pequena que depende grandemente de importações. As taxas de inflação diminuíram dos dois dígitos antes da paridade fixa para cerca de 6%.⁴ Como os bancos continuam a deter grandes reservas excedentárias e o mercado interbancário permanece inativo, a transmissão monetária é pequena; isto é ilustrado pela reação limitada da taxa da facilidade de cedência à redução da taxa de referência do BCSTP em junho de 2017. Dada a baixa eficácia das ferramentas atuais, estão a ser envidados esforços para fortalecer o conjunto de ferramentas (MPEF, §33). Entretanto, políticas orçamentais sólidas e reformas estruturais para intensificar as exportações, reduzir as importações de energia e melhorar a execução de projetos financiados com recursos externos são as ferramentas mais importantes de apoio às reservas e à paridade fixa.

29. A avaliação EBA do setor externo sugere que a posição externa de São Tomé e Príncipe é ligeiramente mais frágil do que indicam os fundamentos e as políticas desejáveis, o que sugere uma taxa de câmbio efetiva real (TCER) moderadamente sobrevalorizada (Anexo II). O desequilíbrio externo sublinha a necessidade de reformas estruturais para fortalecer a competitividade, diversificar a economia, reduzir a dependência das importações de petróleo através das reformas do setor elétrico e melhorar a eficiência da execução de projetos financiados com recursos externos para evitar atrasos nos desembolsos. Para tal, o Tesouro publicará relatórios trimestrais sobre os progressos na execução dos projetos com financiamento externo. Também reverá os desembolsos externos projetados em articulação com o banco central, incluindo donativos e empréstimos para projetos e para apoio ao orçamento (MPEF, §32), o que aumentará a transparência da ajuda e viabilizará a gestão macroeconómica. Ademais, a consolidação orçamental continuará a ajudar a acumular reservas de proteção adicionais no curto prazo.

30. Foram envidados esforços para modernizar a infraestrutura de gestão monetária, inclusivamente o mercado de valores mobiliários. O BCSTP redigiu regulamentos revistos para criar um mercado secundário e instrumentos de longo prazo. O banco central também tomou medidas louváveis para aumentar a transparência e promover a atividade interbancária tornando a publicação das demonstrações financeiras dos bancos obrigatória.

Opinião das autoridades

31. As autoridades concordaram que a paridade fixa é útil para o país e reconheceram a necessidade de resolver os atuais desequilíbrios do setor externo. O banco central está

⁴ A análise dos dados trimestrais mostra que a introdução da paridade cambial em janeiro de 2010 baixou a inflação dos alimentos e não só (cf. Documento sobre Temas Seleccionados, Capítulo 2). Também mostra que as despesas orçamentais com financiamento interno, que estão refletidas no crescimento do M2, estão associadas à inflação mais elevada. No lado da oferta, a inflação dos alimentos acompanha a alta dos preços internacionais dos alimentos e sobe com o aumento da pluviosidade, que prejudica as colheitas e tem um efeito negativo nas pescas. Ademais, a inflação não alimentícia tem uma correlação positiva com o crescimento das chegadas de turistas, denotando estrangulamentos de infraestrutura.

empenhado em continuar a vigiar as variações da inflação e a restringir a política monetária se necessário. Concordaram que a diversificação da economia e a redução da sua dependência das importações para cobrir necessidades básicas reforçaria a competitividade e a posição das contas externas. Em particular, para diminuir a dependência das importações de petróleo e a respetiva procura por reservas de divisas, o governo está a desenvolver a capacidade hídrica do país e explorar as opções de centrais solares e de gás natural.

C. Salvar a estabilidade financeira

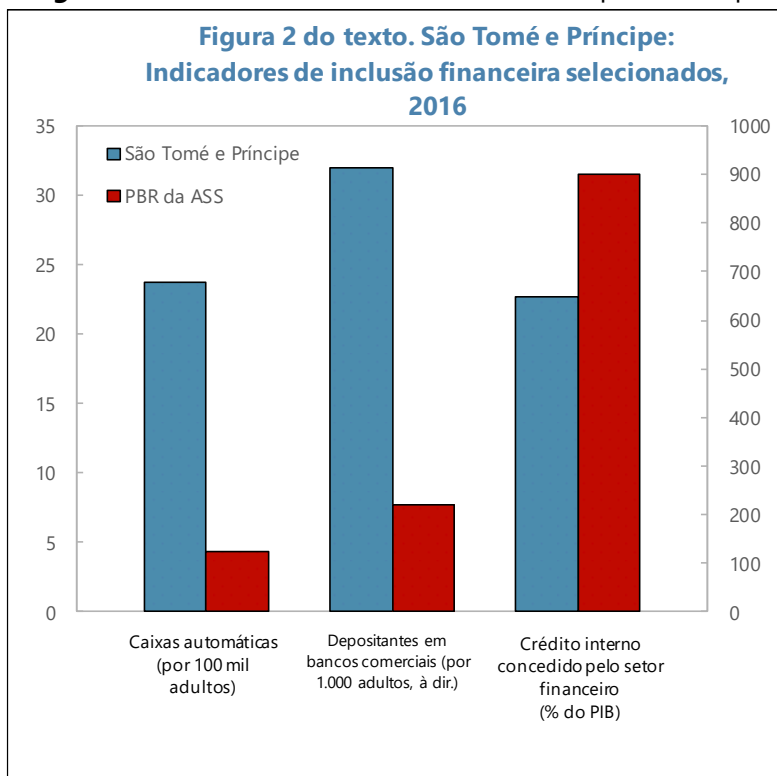
32. A resolução do crédito malparado está a avançar, embora a um ritmo lento.

A supervisão bancária rigorosa pelo BCSTP reforçou as classificações de ativos. O BCSTP concordou com a recomendação da missão de que seja introduzida uma exigência para que bancos cancelem um empréstimo quando está vencido após um certo período, dada a magra possibilidade de que seja recuperado no sistema judicial. Entretanto, as autoridades estão a procurar financiamento inicial para que os novos centros de arbitragem comecem a funcionar e a viabilizar acordos extrajudiciais.

33. **Ocorreu um atraso imprevisto da avaliação da qualidade dos ativos (AQA).** A AQA tem o apoio do Banco Mundial. A conclusão do processo de seleção internacional de consultores, que começou em outubro de 2017, demorou mais que o previsto, tal como as negociações sobre o preço e o alcance do projeto com a firma de consultoria selecionada. As previsões apontam para a preparação dum relatório inicial até ao final de setembro de 2018, dum projeto de relatório até ao final de outubro de 2018 e dos resultados finais da AQA até meados de 2019. O BCSTP contactará os bancos para viabilizar um processo de avaliação rápido e pretende aproveitar as conclusões da AQA para proceder à planeada reforma do seu regulamento prudencial.

34. **A infraestrutura e o regulamento do setor financeiro estão a ser modernizados.** Para atenuar o alto risco do crédito ao setor privado, o BCSTP atualizou recentemente a sua central de registo de crédito (MPEF, §9). Também está em curso uma atualização da infraestrutura dos sistemas de pagamento com o apoio do Banco Mundial e do BAfD. O Banco Mundial também está a auxiliar as autoridades para desenvolver um manual de resoluções. As normas contabilísticas internacionais (IFRS) estão a ser introduzidas ao longo dum período de três anos. A política macroprudencial está a dar os primeiros passos, embora o registo de crédito ofereça um substituto do rácio dívida/rendimento que pode ser utilizado para este fim. Por último, houve um atraso na aplicação de algumas recomendações da última avaliação de salvaguardas (§48 e MPEF, §30).

35. Os indicadores de inclusão financeira são melhores que os dos seus congéneres regionais, mas o desenvolvimento estagnou. O número de caixas automáticas e depositantes por adulto é o mais alto entre os países de baixo rendimento da África Subariana, enquanto o crédito interno em relação ao PIB é inferior à média (Figura 2 do texto). Contudo, estes rácios não melhoraram nos últimos anos. Os bancos enfrentam um desincentivo para a instalação de novas caixas automáticas porque por regulamento não podem cobrar taxas pela sua utilização dos clientes. O acesso ao financiamento pelas PME é dificultado pelo crescente risco de crédito, a escassez de garantias elegíveis e um grau elevado de informalidade, apesar de alguns bancos ajudarem clientes a recuperar a solvência (p. ex. formação de cooperativas, promover jovens empresários).



Opinião das autoridades

36. A equipa do BCSTP apontou para um inquérito recente no qual a estratégia de inclusão financeira se baseia a partir de agora. Além disso, o BCSTP redigiu uma lei de microfinanças e outra de sistemas de pagamento que preenchem o vazio jurídico nas áreas de microfinanças e banca móvel, respetivamente. Também promoveu a literacia financeira com recurso aos media. O BCSTP, porém, é de opinião que o objetivo de aumento da bancarização suplanta a necessidade dos bancos de recuperar o custo de operação das caixas automáticas, mesmo que parcialmente, conforme sugerido pela missão.

D. Acelerar projetos e reformas estruturais promotores de crescimento

37. Barreiras estruturais estão a limitar o crescimento e impedem a redução da pobreza e do desemprego, sobretudo entre mulheres e jovens. O crescimento a longo prazo tem sido relativamente estável, com uma média de 4%; contudo, as estatísticas de pobreza e desemprego são persistentemente altas e afetam desproporcionalmente os grupos da população feminina e jovem. As estatísticas laborais mostram que a taxa de desemprego caiu de 13,9% em 2008 para 13,0% em 2015 e mantém-se perto deste nível; no último ano, cerca de 60% dos desempregados são mulheres e quase 85% têm menos de 35 anos. A pobreza e o desemprego, sobretudo entre os jovens, podem não só perpetuar ciclos geracionais de pobreza, mas também romper a coesão social e gerar taxas

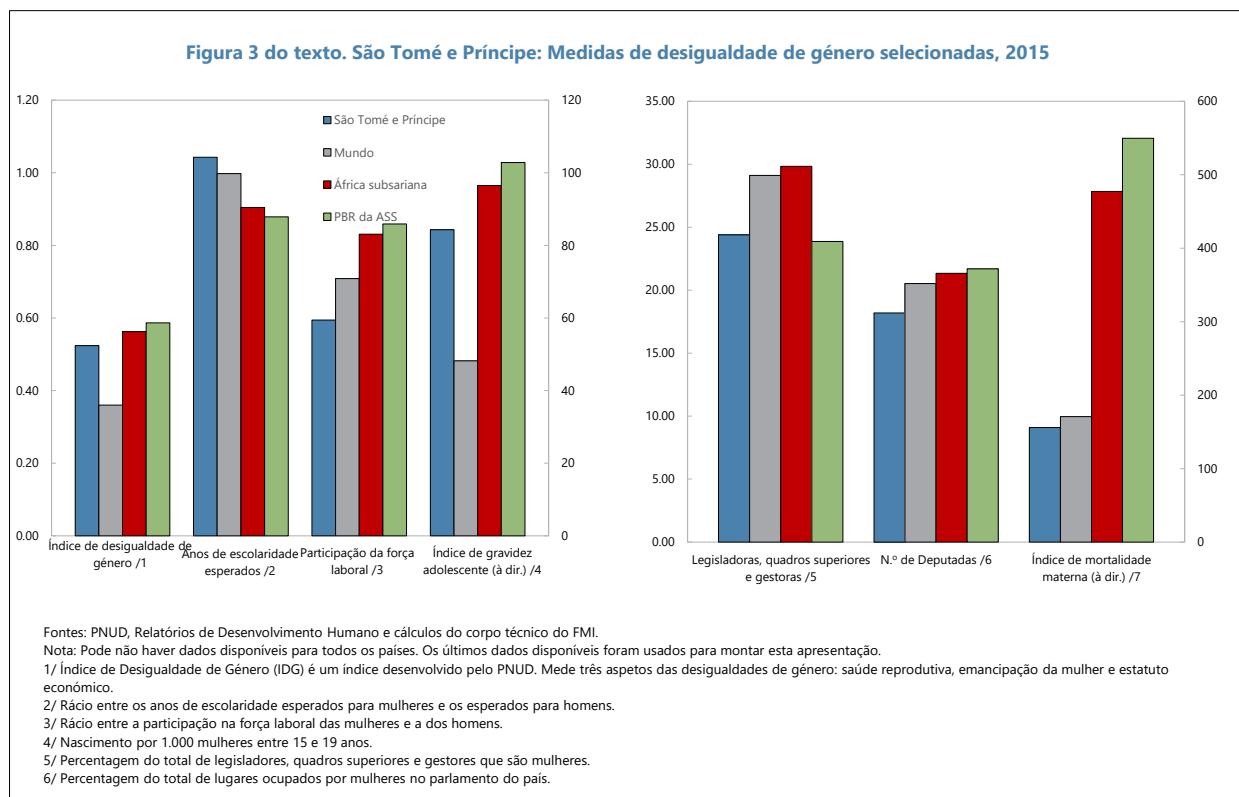
de criminalidade mais elevadas, comprometendo o potencial de crescimento económico e a estabilidade social. O turismo e a agricultura deverão ser os principais motores do crescimento (Caixa 4). Portanto, as reformas estruturais para viabilizar o crescimento nestes setores são essenciais. Neste contexto, as reformas judiciais em curso em áreas como o cumprimento de contratos, o registo de imóveis e a resolução da insolvência, irão melhorar o ambiente de negócios.

38. Para além do apoio a projetos de infraestruturas, as autoridades receberam assistência de parceiros de desenvolvimento para a conceção de estratégias dos principais setores. Foi adotada uma estratégia de desenvolvimento do turismo, formulada com o apoio do Banco Mundial; e está a ser executada uma estratégia para o setor privado (2015–24), preparada com a ajuda do BAfD. As autoridades também prepararam um Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2017-2021) para operacionalizar no médio prazo a sua agenda de desenvolvimento a longo prazo (MPEF, §33).

39. Enquanto Estado formado por duas ilhas, São Tomé e Príncipe está vulnerável às mudanças climáticas. Eventos recentes — episódios de erosão costeira e choques de preços relacionados ao clima — expuseram a vulnerabilidade do país e evidenciam a necessidade de se fortalecer a resiliência aos efeitos da mudança climática. Estão em curso iniciativas para atenuar o impacto dessa mudança. Em relação às questões ambientais, o governo está a trabalhar com ONGs para implantar, entre outras iniciativas, o plano nacional de saneamento e promover a biodiversidade sustentável (esta última centrada na ilha de Príncipe). Os desafios incluem falta de capacidade, associações e cooperativas pouco organizadas e falta de conscientização ambiental entre a população.

40. Os níveis de educação e de saúde reprodutiva das mulheres são superiores aos observados na África Subsariana (ASS); contudo, a sua participação na economia formal e a representação no governo estão abaixo da média regional. Conforme apresentado na Figura 3 do texto, São Tomé e Príncipe obteve melhores resultados que a ASS no Índice de Desigualdade de Género, no rácio de anos de escolaridade esperados (AEE), no índice de mortalidade materna (IMM) e no índice de gravidez adolescente. O AEE e o IMM do país também são melhores que a média mundial. Porém, o número de mulheres que são legisladoras, quadros superiores e gestoras e o número de deputadas são inferiores às médias da ASS em 5,4 e 3,1 pontos percentuais, respetivamente. Apesar do sistema jurídico garantir direitos iguais para ambos os géneros, as mulheres ainda têm um índice baixo de participação no mercado laboral formal. Normas sociais arraigadas e a violência doméstica⁵ contra a mulher criam disparidade de género tanto em oportunidades como em resultados, sobretudo em áreas rurais.

⁵ Apesar de aparentemente não haver dados sobre a violência doméstica, entrevistas com autoridades indicam que esta é uma área crucial a melhorar.



Opinião das autoridades

41. As autoridades concordam que as reformas estruturais são cruciais para alcançar um crescimento forte e sustentado. Em particular, o registo de imóveis, a concessão de direitos de propriedade aos agricultores e a geração de informações precisas sobre os registos de imóveis ajudariam a reduzir o risco de crédito. Também destacaram que reformas recentes para racionalizar as custas judiciais e reforçar a legislação de insolvência deverão reduzir estas custas e ajudar a tornar a justiça disponível para todos. Entretanto, os representantes do setor privado apontaram ineficiências no sistema judicial que geram atrasos e aumentam os custos da atividade empresarial. Em relação às questões de género, as autoridades destacaram as leis progressivas que dão às mulheres direitos iguais e observaram que estão a trabalhar com parceiros de desenvolvimento, como a UE e a ONU, para promover a igualdade de géneros.

QUESTÕES RELATIVAS AO PROGRAMA, SALVAGUARDAS E RISCOS

42. O corpo técnico propõe ajustar as metas indicativas do programa para 2018 em linha com as discussões sobre políticas (MPEF, Tabela 3). A meta de DPI para o final de setembro será revista para cima, de acordo com a revisão da meta do final de dezembro de 1% para 1,3% do PIB (\$21). As metas de RIL para o final de dezembro serão revistas para baixo em 4 milhões de USD, após a redução de 7 milhões de USD face à meta não ajustada no final de 2017, para permitir a

reconstrução moderada das reservas. Estas metas são compatíveis com a reposição das RIL perto do nível do final de 2016 e a cobertura das respetivas RIB de 4,6 meses de importações até ao final de 2018, acima das RIB ideais de 3,8 meses de importações conforme indicado pela métrica de reservas do FMI para países de baixos rendimentos. Dados os atrasos na contratação duma firma de pré-auditoria, o corpo técnico propõe alterar o indicador de conclusão da AQA para pedir à firma de consultoria externa que prepare um relatório inicial até ao final de setembro de 2018. Da mesma forma, propõe-se reprogramar a adoção do plano de gestão financeira e do plano de produção energética a custos reduzidos para a EMAE para o final de setembro de 2018.

43. A conclusão da quinta avaliação está condicionada à aplicação de três medidas prévias pelas autoridades (MPEF, Tabela 4). São elas, cobrar os impostos atrasados da Rosema, cobrar os passivos fiscais acumulados em 2018 de grandes contribuintes e publicar uma resolução que limite as despesas orçamentais em linha com o programa.

44. As autoridades estão a solicitar dispensas pela não observância de três CD periódicos — DPI, CLG e RIL — e um CD contínuo que proíbe a imposição ou intensificação de restrições cambiais. No caso do DPI e da CLG, os pedidos são baseados em medidas corretivas para garantir a consolidação orçamental contínua (§§19-21). No caso da meta de RIL para o final de 2017, que reflete em parte uma grande quebra pontual de apoio externo, o pedido baseia-se em medidas corretivas para melhorar a balança de pagamentos, inclusivamente a consolidação orçamental com base nas medidas descritas acima, a reforma contínua do setor elétrico para reduzir a importação de petróleo e a nomeação do Tesouro para coordenar projetos financiados com recursos externos e assim evitar atrasos nos desembolsos. As autoridades também estão empenhadas em eliminar restrições cambiais no futuro, assim que as pressões da balança de pagamento diminuam.

45. As autoridades também solicitaram a aprovação da manutenção das medidas que levaram às restrições cambiais e à prática de taxas de câmbio múltiplas sujeitas à jurisdição do FMI ao abrigo das Secções 2(a) e 3 do Artigo VIII, respetivamente. Estas medidas cambiais incluem: i) uma restrição cambial prevista nos Artigos 3(g) e 18 do Código de Investimento de 2016 devido às limitações sobre a transferibilidade do rendimento líquido de investimentos e ii) uma restrição cambial decorrente das limitações à disponibilidade de divisas para os pagamentos de transações correntes internacionais, devido ao racionamento de divisas pelo BCSTP. Estas restrições cambiais também geram uma prática de taxas de câmbio múltiplas, pois resultou no desvio de transações para o mercado paralelo, cuja taxa de câmbio apresenta um diferencial superior a 2% em relação à taxa do mercado formal. As autoridades solicitaram a aprovação destas medidas durante um período de 12 meses porque são temporárias, não discriminatórias e necessárias para efeitos da balança de pagamentos.

46. O programa está sujeito a riscos de deterioração. Em particular, a pressão sobre a despesa poderá ser acentuada antes das eleições legislativas em outubro de 2018. Ademais, a capacidade fraca poderá restringir a aplicação do programa; isto, por sua vez, poderá gerar atrasos no financiamento externo.

47. A capacidade do país para reembolsar o FMI é adequada (Tabela 8). Existem garantias de financiamento necessárias e o programa está totalmente financiado. Os pagamentos externos no âmbito do programa apoiado pela ECF continuarão abaixo de 0,3% das exportações de bens e serviços durante a vigência do programa e atingirão um pico de 0,8% das exportações de bens e serviços em 2024. Contudo, devido à imposição de controlos cambiais por São Tomé e Príncipe, subsistem atrasados externos não soberanos e o Conselho de Administração terá concluir uma avaliação das garantias de financiamento.

48. Várias recomendações-chave da anterior avaliação de salvaguardas continuam pendentes. O reforço da lei do BCSTP foi suspenso, na pendência do alinhamento com a lei das instituições financeiras, e a sua promulgação está prevista para 2018. O BCSTP celebrou um acordo com o Banco Central do Brasil (BCB) para a prestação de assistência técnica sobre a implementação das IFRS e o seu âmbito já começou a ser definido. Apesar dos regulamentos do Conselho de Auditoria do BCSTP terem sido revistos em linha com as recomendações do FMI, este Conselho não alterou significativamente as suas modalidades de supervisão de mecanismos e controlos de auditoria, aguardando a mudança da composição conforme previsto nos aditivos à lei do BCSTP. Além disso, o BCSTP não avançou muito no reforço da auditoria interna.

OUTRAS QUESTÕES RELACIONADAS À SUPERVISÃO

49. São necessários esforços adicionais para melhorar os dados económicos, apesar de no geral serem adequados para a supervisão. O fornecimento e o desenvolvimento de dados estão condicionados pela falta de capacidade. As autoridades publicaram uma série de contas nacionais rebasadas (ano base de 2008), em atendimento a um indicador estrutural do final de 2015, mas esta já precisa ser atualizada. As autoridades planeiam melhorar os principais indicadores das atividades económicas, inclusivamente dados sobre o turismo, e continuar a reforçar outras estatísticas macroeconómicas cruciais. As autoridades devem aproveitar a instituição do IVA para desenvolver dados seminais para as estatísticas das contas nacionais. Os dados do IVA são uma fonte relevante para compilar estimativas atuais do PIB (ou seja, dados trimestrais) e os planos de execução deverão prever a recolha de dados para fins estatísticos, o que apoiaria a compilação do PIB.

50. São Tomé e Príncipe continua a se valer do regime transitório previsto no Artigo XIV, mas não mantém restrições nos termos do referido Artigo. Contudo, o país mantém duas restrições cambiais sujeitas à aprovação do FMI nos termos do Artigo VIII (§45). As autoridades estão empenhadas em eliminar as atuais restrições no futuro e continuam a envidar esforços para viabilizar a regularização, por credores do setor privado, de atrasados externos decorrentes da imposição de controlos cambiais no passado. O regime cambial de facto do país é classificado, desde 2010, como de paridade fixa com o euro.

AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

51. A estabilidade macroeconómica foi reforçada, mas são precisos mais esforços.

O crescimento económico regular de 4% nos últimos anos tem de ser acelerado para reduzir a pobreza tendo em vista a população jovem. O pico da inflação de 2017 parece ter começado a diminuir à medida que efeitos pontuais se dissipam. A consolidação orçamental e a entrada de divisas deverão reforçar as reservas internacionais. Contudo, impõe-se uma maior vigilância para salvaguardar a paridade cambial fixa.

52. O corpo técnico saúda a determinação das autoridades na procura da consolidação orçamental para melhorar a posição fiscal e reduzir a dívida pública.

O contínuo fraco desempenho da receita fiscal exige a aplicação de medidas de melhoria das receitas, inclusivamente a cobrança de impostos atrasados de grandes empresas privadas e empresas públicas a curto prazo. A preparação para a adoção do IVA no próximo ano deve ser acelerada, em particular a harmonização do IVA com o resto do sistema fiscal. Os cortes nas despesas discricionárias estão corretos. Ademais, o compromisso de priorizar a regularização de atrasados se se materializarem recursos adicionais e a introdução planeada da sobretaxa do petróleo para ajudar a reduzir a dívida que resultou dos subsídios aos combustíveis são bem-vindos.

53. O cerne do programa de redução da dívida é o recurso contínuo a donativos e empréstimos em condições concessionais para o financiamento externo, em paralelo com o reforço da capacidade de gestão da dívida.

O corpo técnico saúda a decisão das autoridades de evitar empréstimos não concessionais, incluindo para financiar grandes projetos de infraestrutura, e de limitar os empréstimos externos concessionais a menos de 4% do PIB por ano. Dever-se-á manter o trabalho para aplicar recomendações no âmbito da DeMPA e concluir a estratégia de médio prazo de gestão da dívida. São precisos esforços continuados para regularizar os atrasados externos e a dívida em litígio com os credores.

54. É prioritário reformar a empresa de serviços públicos.

O alto custo da energia está a impedir o crescimento e os prolongados atrasos na reforma do setor energético representam um sério risco orçamental. As autoridades são incentivadas a trabalhar com parceiros de desenvolvimento para acelerar a aplicação de reformas e aumentar eficácia dos custos da geração da eletricidade, o que também ajudará a reduzir as importações de petróleo e o desequilíbrio externo. Neste contexto, a pré-auditoria de todas as empresas públicas, incluindo a EMAE, por uma firma internacional com o apoio do Banco Mundial, ajudará a melhorar a viabilidade comercial dessas empresas e a reduzir o risco orçamental.

55. O reforço da supervisão bancária é bem-vindo, embora seja essencial manter a vigilância.

É louvável que as autoridades tenham reforçado as classificações de ativos e atualizado as leis e as infraestruturas do setor financeiro, incluindo a lei de microfinanças e de registo de crédito. A tão adiada AQA deverá permitir um maior reforço do regulamento prudencial. Não obstante, será crucial envidar esforços concertados para reformar o sistema jurídico para auxiliar na recuperação de empréstimos – e assim reduzir o rácio de crédito malparado – e para que a banca

possa apoiar o crescimento económico. Apesar das autoridades terem progredido no sentido da criação de centros de arbitragem para viabilizar acordos extrajudiciais, são necessários mais esforços para operacionalizá-los. As recomendações da última avaliação de salvaguardas devem ser aplicadas sem demora.

56. A posição externa, considerada moderadamente mais fraca do que é demonstrado pelos fundamentos e políticas desejáveis, e a perda de reservas internacionais no último ano, exigem vigilância. O compromisso do banco central para desenvolver as ferramentas de política monetária disponíveis para apoiar o acúmulo de reservas é bem-vindo. Entretanto, a consolidação orçamental contínua e as reformas estruturais serão essenciais para reforçar a posição externa e melhorar a competitividade. Em particular, a melhoria do sistema elétrico para reduzir as importações de petróleo ajudará a reduzir o défice da conta corrente. Ademais, a melhor implementação de projetos financiados com recursos externos para viabilizar desembolsos atempados também apoiarão o acúmulo de reservas.

57. As reformas estruturais serão essenciais para promover o crescimento inclusivo e a redução da pobreza. A recém-adotada estratégia de desenvolvimento do turismo poderá criar as fundações para a promoção deste importante setor e oportunidades para a população jovem. São necessários muitos esforços para acelerar a construção de projetos de infraestrutura, incluindo a reabilitação de estradas, a expansão do aeroporto e projetos de saneamento, em apoio ao turismo bem como a outros setores-chave como agricultura e pescas.

58. O corpo técnico recomenda a conclusão da quinta avaliação ao abrigo do acordo ECF. As autoridades tomaram medidas corretivas para manter o programa no caminho certo após as derrapagens do último ano e as políticas económicas para 2018 são coerentes com os objetivos do programa. O corpo técnico também recomenda dispensas pela não observância dos CD sobre o piso do saldo primário interno, o teto sobre variações no crédito bancário líquido ao governo central, o piso das reservas internacionais líquidas e o CD contínuo sobre a introdução ou a intensificação de restrições cambiais com base nas medidas corretivas assumidas pelas autoridades (§§19-21 e §§28-30) e porque o programa ainda poderá ser executado com êxito apesar das derrapagens. O corpo técnico também apoia a criação e a modificação de metas indicativas e indicadores estruturais para o final de setembro até ao final de dezembro de 2018, assim como a conclusão da avaliação das garantias de financiamento. O corpo técnico também apoia o sexto desembolso, no montante de DSE 634.285.

59. O corpo técnico recomenda que a próxima consulta ao abrigo do Artigo IV para São Tomé e Príncipe seja realizada no ciclo de 24 meses.

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Principais Indicadores Económicos, 2015–20
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)

	2015	2016	2017		2018		2019		2020
			EBS/17/119		EBS/17/119		EBS/17/119		
			Efetivo	Efetivo	4.ª aval.	Prel.	4.ª aval.	Proj.	
Rendimento nacional e preços									
PIB a preços constantes	3.8	4.2	4.0	3.9	5.0	4.0	5.5	4.5	5.0
Deflador do PIB	4.2	8.1	2.7	4.7	3.5	3.9	4.0	6.2	5.0
Preços no consumidor									
Fim do período	4.0	5.1	6.0	7.7	5.0	6.0	4.5	5.0	4.0
Média do período	5.3	5.4	5.6	5.7	5.5	6.8	4.7	5.5	4.5
Comércio externo									
Exportações de bens e serviços não fatoriais	1.7	7.4	2.7	9.6	7.6	5.4	7.3	10.1	8.5
Importações de bens e serviços não fatoriais	-18.2	-0.2	8.4	2.9	5.6	13.1	6.5	13.8	5.4
Taxa de câmbio (novas dobras por USD; fim do período) ¹	22	23	...	21
Taxa de câmbio efetiva real (desvalorização = -)	1.8	5.6	...	-0.6
Moeda e crédito									
Base monetária	37.5	5.0	1.5	-9.6	5.1	9.3	3.5	5.3	5.0
Massa monetária (M3)	13.1	-4.8	-0.2	-0.4	8.7	12.6	9.7	10.9	10.3
Crédito à economia	5.4	6.6	3.4	2.5	5.8	5.8	9.2	10.2	9.7
Velocidade (PIB/M3; fim do período)	2.5	2.9	3.1	3.2	3.1	3.1	3.1	3.1	3.1
Taxa de juro de referência do banco central (%)	10.0	10.0	...	9.0
Taxa média dos empréstimos bancários (em %)	23.3	19.6	...	19.6
Taxa média dos depósitos bancários (em %)	6.9	4.1	...	4.2
Financiamento do governo (em % do PIB)									
Total de receita, donativos e bônus de assinatura do petróleo	28.2	27.6	24.6	23.8	28.3	27.5	28.2	25.7	26.0
<i>D/q</i> : receitas fiscais	14.4	12.1	13.0	12.1	13.4	11.8	13.7	12.5	12.9
Receitas não fiscais	1.5	2.3	1.5	1.6	1.6	2.9	1.6	1.0	1.0
Donativos	11.5	13.2	10.1	10.1	13.3	12.8	12.9	12.2	12.2
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	34.5	31.8	29.5	26.4	30.8	27.3	31.1	29.2	28.9
Despesas com pessoal	8.9	8.7	8.5	8.0	8.3	7.7	8.2	7.8	7.9
Juros devidos	0.8	0.4	0.7	0.5	0.5	0.6	0.7	0.6	0.4
Despesa corrente excl. juros e salários	8.6	7.8	7.0	6.6	6.8	5.9	6.8	5.7	5.7
Despesas de investimento financiadas pelo Tesouro	0.7	0.6	0.3	0.7	0.3	0.1	0.6	0.3	0.4
Despesas de investimento financiadas por doadores	14.9	13.9	12.8	10.5	14.6	12.8	14.3	14.6	14.1
Despesas sociais relacionadas à Iniciativa HIPC	0.6	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.7	0.2	0.4
Saldo primário interno ²	-3.0	-4.0	-1.8	-2.3	-1.0	-1.3	-1.0	-1.2	-1.2
Saldo global (base de compromissos)	-6.3	-4.2	-4.9	-2.6	-2.4	0.3	-2.7	-3.5	-2.9
Setor externo									
Saldo de conta corrente (% do PIB)									
Incluindo transferências oficiais	-13.0	-6.5	-12.2	-8.2	-7.2	-6.8	-7.0	-9.8	-8.6
Excluindo transferências oficiais	-25.7	-20.2	-22.3	-18.8	-20.5	-20.0	-19.9	-22.0	-20.8
VA da dívida externa (percentagem do PIB)	39.7	31.5	30.5	28.4	31.2	26.9	30.7	26.9	26.8
Serviço da dívida externa (% das exportações) ³	3.8	3.3	4.7	3.1	4.7	4.6	5.5	5.3	5.0
Export. de bens e serviços não fatoriais (milhões de USD)	89.9	96.5	99.2	105.8	106.7	111.5	114.5	122.8	133.2
Reservas internacionais brutas ⁴									
Milhões de USD	61.9	55.9	58.7	51.3	64.4	58.2	67.1	62.2	64.8
Meses de importações de bens e serviços não fatoriais ⁵	5.3	5.1	4.0	4.2	4.2	4.4	4.1	4.5	4.6
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	10.3	11.5	11.7	11.3	10.6	11.4	9.0	11.4	9.1
Por memória									
Produto Interno Bruto									
Milhões de novas dobras	6,970	7,846	8,300	8,535	9,019	9,222	9,891	10,231	11,285
Milhões de USD	315.5	354.2	375.0	392.5	417.7	466.1	459.8	523.1	583.8
Per capita (em USD)	1,556	1,706	1,764	1,847	1,921	2,143	2,068	2,353	2,570
Taxa de desemprego (%)	13.0	12.6	...	12.2	...	11.7	...	11.3	10.8

Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ O ponto médio da taxa do BCSTP.

² Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de capital financiadas com recursos externos.

³ Em percentagem das exportações de bens e serviços não fatoriais.

⁴ As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para fins de apresentação de pedidos de licenciamento e para cumprir as exigências de capital.

⁵ Importações de bens e serviços não fatoriais, excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 2a. São Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2015–20
(Milhões de novas dobras)

	2015	2016	2017		2018		2019		2020
	Efetivo	Efetivo	EBS/17/119		EBS/17/119		EBS/17/119		Proj.
			4.ª aval.	Prel.	4.ª aval.	Proj.	4.ª aval.	Proj.	
Total da receita e donativos	1965	2168	2042	2034	2556	2537	2788	2625	2931
Total da receita	1108	1130	1206	1174	1359	1353	1514	1373	1559
Receitas fiscais	1006	949	1077	1036	1213	1084	1354	1274	1450
<i>D/q: Direitos aduaneiros</i>	455	371	409	388	466	451	520	486	536
<i>Sobretaxa no petróleo</i>						0		40	45
<i>Outros impostos</i>	550	578	668	647	747	633	834	788	914
Receitas não fiscais	102	181	128	138	146	269	160	98	109
<i>D/q: receita do petróleo</i>	0	74	29	51	35	198	38	20	22
Donativos	804	1038	836	860	1197	1184	1274	1252	1372
Donativos para projetos	610	891	641	594	933	908	1023	1008	1112
Donativos não destinados a projetos ⁴	61	81	113	198	181	192	156	171	189
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	133	65	82	67	83	83	95	73	72
Total da despesa	2405	2494	2451	2253	2774	2508	3081	2987	3262
<i>D/q: Despesa primária interna</i>	1315	1370	1329	1316	1416	1279	1605	1440	1625
Despesas correntes	1274	1334	1343	1287	1411	1303	1550	1446	1591
Despesas com pessoal	623	684	702	681	749	706	807	802	895
Juros devidos	54	34	59	43	44	50	66	57	49
Bens e serviços	239	249	226	253	246	205	269	237	256
Transferências	248	282	280	234	295	278	324	282	316
Outras despesas correntes	110	84	76	76	77	64	84	68	74
Despesas de investimento	1087	1141	1090	952	1341	1191	1465	1520	1628
Financiadas pelo Tesouro	51	50	27	58	28	12	56	30	40
Financiadas por receitas de privatização	...	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiadas por fontes externas	1036	1090	1063	894	1314	1179	1410	1490	1588
Despesas de investimento relacionadas à Iniciativa HIPC	44	19	19	15	21	14	66	21	43
Saldo primário interno ¹	-207	-314	-152	-193	-92	-124	-100	-127	-133
Saldo orçamental global (base de compromissos)	-440	-326	-410	-219	-218	29	-263	-363	-331
Varição líquida nos atrasados, float e discrepâncias estatísticas (redução = -) ⁴	-85	296	-12	6	-36	-66	-86	-86	-86
Saldo orçamental global (base de caixa)	-524	-30	-422	-213	-254	-37	-349	-449	-417
Financiamento	524	30	422	213	254	37	294	449	417
Externo líquido	576	62	298	103	200	123	299	309	326
Desembolsos ²	742	143	422	160	381	200	387	482	477
Financiamento do programa (empréstimos) ³	20	32	0	37	0	37	0	0	0
Amortização programada	-187	-112	-124	-94	-181	-114	-88	-174	-151
Interno líquido	-51	-32	123	110	54	-86	-4	140	91
Crédito bancário líquido ao governo	-51	-32	123	110	54	-86	-4	140	91
Crédito do sistema bancário (líq., excl. Conta Nacional do Petróleo)	-42	-5	93	101	58	66	-49	115	70
Crédito do sistema bancário (excl. Conta Nacional do Petróleo)	-33	218	93	101	88	221	39	336	406
<i>D/q: Conta de privatização</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortização da dívida interna	-30	-155	-88	-221	-336
Conta Nacional do Petróleo	-10	-27	30	9	-4	-152	44	24	22
Financiamento não bancário	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>D/q: privatizações</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Défice de financiamento	0	0	0	0	0	0	-54	0	0
Por memória:									
Saldo da CNP (milhões de USD, excl. transferências ao orçamento)	10.3	11.5	11.7	11.3	10.6	11.4	9.0	11.4	9.1

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de capital financiadas com recursos externos.

² Inclui o empréstimo de Angola em 2016 e 2017.

³ Inclui o uso do apoio do FMI ao programa.

⁴ O banco central apresenta o recebimento de 5 milhões de USD em apoio ao orçamento do Banco Mundial no final de 2016 enquanto o Tesouro regista este montante em 2017, quando o recebeu.

⁵ A receita é medida em base de caixa.

Tabela 2b. São Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2015–20
(Porcentagem do PIB)

	2015	2016	2017		2018		2019		2020
	Efetivo	Efetivo	EBS/17/119		EBS/17/119		EBS/17/119		Proj.
			4.ª aval.	Prel.	4.ª aval.	Proj.	4.ª aval.	Proj.	
Total da receita e donativos	28.2	27.6	24.6	23.8	28.3	27.5	28.2	25.7	26.0
Total da receita	15.9	14.4	14.5	13.8	15.1	14.7	15.3	13.4	13.8
Receitas fiscais	14.4	12.1	13.0	12.1	13.4	11.8	13.7	12.5	12.9
<i>D/q: Direitos aduaneiros</i>	6.5	4.7	4.9	4.6	5.2	4.9	5.3	4.8	4.7
<i>Sobretaxa no petróleo</i>						0.0		0.4	0.4
<i>Outros impostos</i>	7.9	7.4	8.1	7.6	8.3	6.9	8.4	7.7	8.1
Receitas não fiscais	1.5	2.3	1.5	1.6	1.6	2.9	1.6	1.0	1.0
<i>D/q: receita do petróleo</i>	0.0	0.9	0.4	0.6	0.4	2.1	0.4	0.2	0.2
Donativos	11.5	13.2	10.1	10.1	13.3	12.8	12.9	12.2	12.2
Donativos para projetos	8.8	11.4	7.7	7.0	10.3	9.9	10.3	9.9	9.9
Donativos não destinados a projetos ⁴	0.9	1.0	1.4	2.3	2.0	2.1	1.6	1.7	1.7
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	1.9	0.8	1.0	0.8	0.9	0.9	1.0	0.7	0.6
Total da despesa	34.5	31.8	29.5	26.4	30.8	27.2	31.1	29.2	28.9
<i>D/q: Despesa primária interna</i>	18.9	17.5	16.0	15.4	15.7	13.9	16.2	14.1	14.4
Despesas correntes	18.3	17.0	16.2	15.1	15.6	14.1	15.7	14.1	14.1
Despesas com pessoal	8.9	8.7	8.5	8.0	8.3	7.7	8.2	7.8	7.9
Juros devidos	0.8	0.4	0.7	0.5	0.5	0.6	0.7	0.6	0.4
Bens e serviços	3.4	3.2	2.7	3.0	2.7	2.2	2.7	2.3	2.3
Transferências	3.6	3.6	3.4	2.7	3.3	3.0	3.3	2.8	2.8
Outras despesas correntes	1.6	1.1	0.9	0.9	0.9	0.7	0.9	0.7	0.7
Despesas de investimento	15.6	14.5	13.1	11.2	14.9	12.9	14.8	14.9	14.4
Financiadas pelo Tesouro	0.7	0.6	0.3	0.7	0.3	0.1	0.6	0.3	0.4
Financiadas por fontes externas	14.9	13.9	12.8	10.5	14.6	12.8	14.3	14.6	14.1
Despesas de investimento relacionadas à Iniciativa HIPC	0.6	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.7	0.2	0.4
Saldo primário interno ¹	-3.0	-4.0	-1.8	-2.3	-1.0	-1.3	-1.0	-1.2	-1.2
Saldo orçamental global (base de compromissos)	-6.3	-4.2	-4.9	-2.6	-2.4	0.3	-2.7	-3.5	-2.9
Varição líquida nos atrasados, float e discrepâncias estatísticas (redução = -) ⁴	-1.2	3.8	-0.1	0.1	-0.4	-0.7	-0.9	-0.8	-0.8
Saldo orçamental global (base de caixa)	-7.5	-0.4	-5.1	-2.5	-2.8	-0.4	-3.5	-4.4	-3.7
Financiamento	7.5	0.4	5.1	2.5	2.8	0.4	3.0	4.4	3.7
Externo líquido	8.3	0.8	3.6	1.2	2.2	1.3	3.0	3.0	2.9
Desembolsos ²	10.7	1.8	5.1	1.9	4.2	2.2	3.9	4.7	4.2
Financiamento do programa (empréstimos) ³	0.3	0.4	0.0	0.4	0.0	0.4	0.0	0.0	0.0
Amortização programada	-2.7	-1.4	-1.5	-1.1	-2.0	-1.2	-0.9	-1.7	-1.3
Interno líquido	-0.7	-0.4	1.5	1.3	0.6	-0.9	0.0	1.4	0.8
Crédito bancário líquido ao governo	-0.7	-0.4	1.5	1.3	0.6	-0.9	0.0	1.4	0.8
Crédito do sistema bancário (liq., excl. Conta Nacional do Petróleo)	-0.6	-0.1	1.1	1.2	0.6	0.7	-0.5	1.1	0.6
Conta Nacional do Petróleo	-0.1	-0.3	0.4	0.1	0.0	-1.7	0.4	0.2	0.2
Financiamento não bancário	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
<i>D/q: privatizações</i>	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Défice de financiamento	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.6	0.0	0.0
Por memória:									
Saldo da CNP (milhões de USD, excl. transferências ao orçamento)	10.3	11.5	11.7	11.3	10.6	11.4	9.0	11.4	9.1
PIB nominal (milhões de novas dobras)	6,970	7,846	8,300	8,535	9,019	9,222	9,891	10,231	11,285

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de capital financiadas com recursos externos.

² Inclui o empréstimo de Angola em 2016 e 2017.

³ Inclui o uso do apoio do FMI ao programa.

⁴ O banco central apresenta o recebimento de 5 milhões de USD em apoio ao orçamento do Banco Mundial no final de 2016 enquanto o Tesouro regista este montante em 2017, quando o recebeu.

⁵ A receita é medida em base de caixa.

Tabela 3. São Tomé e Príncipe: Síntese das Contas do Banco Central, 2015–20
(Milhões de novas dobras)

	2015	2016	2017		2018		2019		2020
	Efetivo	Efetivo	EBS/17/119 4.ª aval.	Prel.	EBS/17/119 4.ª aval.	Proj.	EBS/17/119 4.ª aval.	Proj.	Proj.
Ativos externos líquidos	1,903	1,775	1,717	1,474	1,709	1,590	1,740	1,636	1,651
Crédito a não residentes	2,243	2,144	2,072	1,840	2,092	1,958	2,115	1,993	2,006
Reservas internacionais oficiais	1,864	1,752	1,724	1,442	1,744	1,588	1,766	1,625	1,633
Outros ativos externos	379	392	348	398	348	370	349	368	373
Passivos com não residentes	-341	-368	-355	-366	-383	-368	-375	-357	-355
Passivos de curto prazo com não residentes	-120	-144	-156	-158	-185	-175	-176	-165	-161
Outros passivos externos	-221	-224	-199	-208	-199	-193	-199	-192	-195
Ativos internos líquidos	-341	-135	-52	9	41	31	70	71	140
Crédito interno líquido	130	259	251	172	251	93	252	239	335
Crédito a outras sociedades de depósitos	128	198	198	195	198	195	198	195	195
Crédito líquido ao governo central	-113	-69	-83	-157	-89	-244	-93	-104	-12
Crédito ao governo central	266	446	323	260	481	371	374	511	603
<i>D/q: uso de DSE/PRGF</i>	196	180	114	211	48	83	48	82	83
Passivos com o governo central	-380	-515	-406	-417	-569	-615	-466	-615	-615
Depósitos do governo central	-11	-33	-8	-41	-194	-262	-125	-262	-262
Recursos de contrapartida	-120	-82	-82	-60	-82	-60	-82	-60	-60
Depósitos em divisas	-249	-400	-316	-316	-294	-293	-260	-293	-293
<i>D/q: Conta Nacional do Petróleo</i>	-230	-271	-252	-232	-229	-224	-192	-221	-176
Crédito a outros setores	115	131	136	135	142	142	147	148	153
Outras rubricas (líquido)	-470	-394	-303	-163	-210	-62	-182	-168	-195
Base monetária	1,562	1,640	1,665	1,484	1,750	1,621	1,811	1,707	1,791
Emissão monetária	315	309	302	324	300	354	310	373	391
Reservas bancárias	1,247	1,332	1,364	1,160	1,450	1,267	1,501	1,334	1,400
<i>D/q: moeda nacional</i>	980	1,183	1,203	1,013	1,281	1,107	1,326	1,165	1,223
<i>D/q: moeda estrangeira</i>	266	149	161	147	169	160	175	169	177
Por memória:									
Reservas internacionais brutas (milhões de USD) ¹	61.9	55.9	58.7	51.3	64.4	58.2	67.1	62.2	64.8
Meses de importações de bens e serviços não fatoriais ²	5.3	5.1	4.0	4.2	4.2	4.4	4.1	4.5	4.6
Reservas internacionais líquidas (milhões de USD) ³	56.5	49.7	51.5	43.6	55.8	49.3	58.9	53.7	56.5
Meses de importações de bens e serviços não fatoriais ²	4.8	4.5	3.5	3.6	3.6	3.7	3.6	3.9	4.0
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	10.3	11.5	11.7	11.3	10.6	11.4	9.0	11.4	9.1
Reservas em divisas dos bancos comerciais (milhões de USD)	11.9	6.3	7.5	7.2	7.9	8.2	8.1	8.7	9.2
Depósitos garantidos (milhões de USD)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Base monetária (variação percentual anual)	37.5	5.0	1.5	-9.6	5.1	9.3	3.5	5.3	5.0

Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para a apresentação de pedidos de licenciamento e que se destinam a cumprir as exigências de capital.

² Importações de bens e serviços não fatoriais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

³ As reservas internacionais líquidas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para a apresentação de pedidos de licenciamento e para cumprir as exigências de capital.

Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Síntese Monetária, 2015–20
(Milhões de novas dobras)

	2015	2016	2017		2018		2019		2020
	Efetivo	Efetivo	EBS/17/119		EBS/17/119		EBS/17/119		Proj.
			4.ª aval.	Proj.	4.ª aval.	Proj.	4.ª aval.	Proj.	
Ativos externos líquidos	2,527	2,105	2,001	1,582	2,012	1,709	2,062	1,754	1,742
Ativos externos líquidos do BCSTP	1,903	1,775	1,717	1,474	1,709	1,590	1,740	1,636	1,651
Ativos externos líquidos das outras soc. de depósitos	624	330	283	108	303	119	322	118	91
Ativos internos líquidos	301	586	686	1,099	908	1,310	1,139	1,595	1,952
Crédito interno líquido	1,680	1,779	1,915	1,972	2,096	2,011	2,305	2,386	2,721
Crédito líquido ao governo central	-303	-336	-272	-196	-218	-283	-222	-143	-51
Crédito ao governo central	275	483	430	687	648	798	541	938	1,030
Passivos com o governo central	-578	-819	-703	-883	-866	-1,081	-763	-1,081	-1,081
Depósitos orçamentais	-11	-33	-8	-41	-194	-262	-125	-262	-262
Recursos de contrapartida	-120	-82	-82	-60	-82	-60	-82	-60	-60
Depósitos em divisas	-448	-704	-613	-782	-591	-759	-557	-759	-759
<i>D/q</i> : Conta Nacional do Petróleo	-230	-271	-252	-232	-229	-224	-192	-221	-176
Crédito a outros setores	1,984	2,115	2,187	2,168	2,314	2,293	2,527	2,528	2,773
<i>D/q</i> : crédito em moeda estrangeira (Em milhões de USD)	27	22	25	22	26	24	29	27	30
Outras rubricas (líquido)	-1,379	-1,193	-1,229	-873	-1,189	-700	-1,166	-790	-770
Massa monetária (M3)	2,828	2,691	2,687	2,681	2,919	3,019	3,202	3,349	3,694
Passivos em moeda nacional incl. na massa monetária (M2)	1,894	1,898	1,900	1,966	2,065	2,213	2,264	2,455	2,708
Moeda (M1)	1,431	1,522	1,435	1,578	1,560	1,777	1,711	1,971	2,174
Moeda fora das sociedades de depósitos	247	259	227	295	239	323	219	309	341
Depósitos transferíveis em dobras	1,184	1,264	1,208	1,283	1,321	1,454	1,491	1,662	1,833
Outros depósitos em dobras	463	375	465	388	505	436	554	484	534
Depósitos em divisas	934	794	787	716	855	806	937	894	986
Por memória:									
Velocidade (rácio PIB/M3; fim do período)	2.5	2.9	3.1	3.2	3.1	3.1	3.1	3.1	3.1
Multiplificador monetário (M3/M0)	1.8	1.6	1.6	1.8	1.7	1.9	1.8	2.0	2.1
Base monetária (taxa de crescimento em 12 meses)	37.5	5.0	1.5	-9.6	5.1	9.3	3.5	5.3	5.0
Créd. a outros setores residentes (tx. de cresc. em 12 meses)	5.4	6.6	3.4	2.5	5.8	5.8	9.2	10.2	9.7
M3 (taxa de crescimento em 12 meses)	13.1	-4.8	-0.2	-0.4	8.7	12.6	9.7	10.9	10.3
Rácio de eurorização	35.9	32.3	29.8	27.1	30.2	28.5	30.3	28.9	29.5

Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 5. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Solidez Financeira, Dez/2012 – Mar/2018¹
(Porcentagem)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.
Adequação dos fundos próprios							
Capital regulamentar/ativos ponderados pelo risco	20.3	22.7	22.6	24.1	27.8	33.6	34.9
% de bancos (do total) com capital regulamentar/ativos ponderados pelo risco							
... igual ou superior a 10%	87.5	75.0	75.0	85.7	100.0	100.0	100.0
... entre 6% e 10%	0.0	12.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
... inferior ao mínimo de 6%	12.5	12.5	25.0	14.3	0.0	0.0	0.0
Capital (património líquido)/ativos	22.7	18.4	20.3	15.5	22.5	24.0	23.8
Depósitos nos bancos com capital/ativos inferior a 6%							
... (em milhões de novas dobras)	83.2	59.0	325.1	455.3	0.0	0.0	0.0
... (percentagem dos depósitos)	4.6	2.9	13.7	17.5	0.0	0.0	0.0
... (percentagem do PIB)	1.7	1.1	5.1	6.5	0.0	0.0	0.0
Qualidade dos ativos							
Empréstimos em moeda estrangeira/total de empréstimos	57.9	53.9	46.5	42.1	27.5	17.2	16.5
Empréstimos vencidos/empréstimos brutos	66.7	30.4	36.2	35.0	30.7	27.6	28.3
Empréstimos mal parados/Crédito (Definição do IFRS)	15.4	16.9	19.1	29.8	27.0	24.9	25.4
Empréstimos sob supervisão	51.3	13.6	17.2	5.2	3.7	2.8	2.9
Provisão como percentagem dos empréstimos vencidos	15.4	56.3	45.1	68.7	71.2	80.0	80.8
Lucros e rentabilidade							
Rendibilidade dos ativos	-0.8	-2.1	-3.2	-5.2	0.0	-0.6	0.4
Rendibilidade do capital	-3.3	-9.3	-15.9	-27.1	0.2	-3.0	1.8
Despesas (incl. amortização e provisões)/rendimento	117.8	471.1	164.5	215.9	108.6	112.8	92.0
Liquidez							
Ativos líquidos/total do ativo	37.8	40.8	45.8	52.0	54.0	49.7	50.8
Ativos líquidos/passivo de curto prazo	61.5	39.6	72.7	72.5	84.6	69.1	68.2
Empréstimos/total do passivo	64.7	56.3	47.3	47.1	47.0	53.1	50.2
Passivos em moeda estrangeira/total do passivo	30.8	27.0	28.1	30.0	26.6	28.6	27.8
Empréstimo/depósitos	101.7	85.8	69.6	63.5	63.5	59.7	57.3
Sensibilidade ao risco de mercado							
Passivo em moeda estrangeira/capitais próprios	105.0	119.3	110.3	162.8	91.5	90.5	88.7

Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades são-tomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

Nota: A partir de junho de 2013, os dados baseiam-se na metodologia melhorada e não são rigorosamente comparáveis com os dados anteriores.

¹ Excluindo o Banco Equador (cuja licença bancária foi revogada em agosto de 2016).

Tabela 6a. São Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2015–20
 (Milhões de USD)

	2015	2016	2017		2018		2019		2020
	Efetivo	Efetivo	EBS/17/119		EBS/17/119		EBS/17/119		Proj.
			4.ª aval.	Prel.	4.ª aval.	Proj.	4.ª aval.	Proj.	
Balança comercial	-107.6	-105.5	-115.1	-112.1	-127.1	-141.3	-136.0	-164.3	-176.4
Exportações, FOB	11.3	13.6	11.6	15.6	13.3	14.0	14.9	15.5	15.7
Cacau	7.9	8.6	6.4	8.6	8.3	11.3	9.0	12.2	13.0
Reexportação	2.2	3.2	3.7	4.7	3.5	5.1	4.3	6.2	6.1
Importações, FOB	-118.9	-119.1	-126.7	-127.7	-140.4	-155.3	-151.0	-179.8	-192.1
Alimentos	-34.3	-36.1	-38.9	-35.1	-40.6	-38.4	-42.5	-40.6	-41.9
Produtos petrolíferos	-31.3	-21.7	-29.1	-27.6	-30.5	-39.2	-33.4	-41.2	-40.7
Bens de investimento	-27.9	-31.2	-28.0	-36.8	-36.9	-42.4	-39.4	-54.4	-59.4
Bens de investimento rel. ao setor petrolífero	-15.9	-12.7	0.0	-21.3	0.0	-25.9	0.0	-31.6	-34.8
Outras	-9.6	-17.4	-30.6	-6.9	-32.4	-9.4	-35.7	-12.0	-15.2
Serviços e rendimentos (líquido)	8.5	15.3	14.5	20.3	22.9	29.1	25.8	29.4	34.0
Exportações de serviços não faturiais	78.6	82.9	87.6	90.2	93.4	97.4	99.5	107.3	117.6
<i>D/q</i> : viagens e turismo	62.2	69.2	73.7	75.3	78.7	81.4	84.0	90.3	99.6
Importações de serviços não faturiais	-69.1	-68.5	-75.3	-65.5	-72.8	-63.1	-76.1	-68.6	-69.9
Serviços faturiais (líquido)	-1.0	1.0	2.2	-4.4	2.3	-5.2	2.4	-9.3	-13.7
<i>D/q</i> : relacionados ao petróleo	0.0	0.0	0.2	-1.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
Transferências privadas (líquido)	18.1	18.6	17.0	18.1	18.5	19.1	18.8	19.7	21.0
Transferências oficiais (líquido)	40.0	48.5	37.8	41.6	55.4	61.3	59.2	64.0	71.0
<i>D/q</i> : donativos para projetos	27.6	40.2	29.0	27.3	43.2	45.9	47.5	51.5	57.5
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	6.0	2.9	3.7	3.1	3.8	4.2	4.4	3.7	3.7
Saldo da conta corrente									
Incl. transferências oficiais	-41.0	-23.0	-45.8	-32.1	-30.3	-31.7	-32.2	-51.2	-50.4
Excl. transferências oficiais	-81.0	-71.5	-83.6	-73.7	-85.7	-93.0	-91.5	-115.2	-121.4
Conta de capital e financeira	57.2	-13.4	44.7	31.9	33.1	36.9	28.8	56.0	51.9
Conta financeira	57.2	-13.4	44.7	31.9	33.1	36.9	28.8	56.0	51.9
Investimento direto estrangeiro	25.8	20.7	42.9	41.4	11.2	50.0	12.4	59.9	66.3
<i>D/q</i> : bônus de assinatura do petróleo	2.4	3.3	0.0	2.3	0.0	10.0	0.0	1.0	1.1
Investimento relacionado ao petróleo	24.2	19.3	43.6	32.3	0.0	39.3	0.0	47.8	52.7
Investimento de carteira (líquido)	0.3	0.6	0.0	0.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Outros investimentos (líquido)	31.1	-34.8	1.8	-10.1	21.9	-13.1	16.4	-3.9	-14.3
Ativo	9.5	-19.5	0.0	2.2	0.0	-9.5	0.0	-9.7	-9.9
Setor público (líquido)	26.0	3.3	15.2	0.4	13.7	3.5	13.9	17.5	17.1
Empréstimos para projetos	33.6	6.4	19.1	7.3	17.6	10.1	17.6	24.7	24.7
Empréstimos para programas	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Amortização	-7.5	-4.1	-2.4	-4.2	-2.6	-6.0	-4.1	-7.5	-7.8
Outros investimentos	-6.1	-2.9	...	-2.5	...	-3.3	...	-3.3	-3.3
<i>D/q</i> : transferências para a ADC	-0.2	-0.4	-0.2	-0.2	-0.4	-0.5	-0.4	-0.5	-0.5
Setor privado (líquido)	-4.3	-18.6	-13.4	-12.8	8.2	-7.1	2.5	-11.6	-21.6
Bancos comerciais	9.7	13.8	-0.9	8.8	1.4	-0.8	1.0	0.0	1.3
Capital privado de curto prazo	-14.0	-32.3	-12.4	-21.6	6.8	-6.3	1.5	-11.6	-22.9
Erros e omissões	-3.8	31.9	0.0	-9.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Saldo global	18.5	-4.6	-1.1	-9.6	2.8	4.4	-3.4	4.8	1.6
Financiamento	-18.5	4.6	1.1	9.6	-2.8	-4.4	-1.9	-4.8	-1.6
Variação nas reservas oficiais, excl. CNP (aumento = -)	-18.2	5.0	1.0	6.6	-5.1	-5.7	-4.3	-4.5	-3.5
Uso dos recursos do FMI (líquido)	0.0	0.9	1.6	2.8	1.4	1.4	-0.3	-0.3	-0.3
Compras	0.9	1.8	1.8	2.8	1.8	1.8	0.0	0.0	0.0
Recompras (incl. reembolso MDRI)	-0.9	-0.9	-0.2	0.0	-0.4	-0.4	-0.3	-0.3	-0.3
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	-0.4	-1.3	-1.4	0.2	0.9	-0.1	2.7	0.0	2.2
Déficit de financiamento	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-5.3	0.0	0.0
Por memória:									
Saldo de conta corrente (% do PIB)									
Antes das transferências oficiais	-25.7	-20.2	-22.3	-18.8	-20.5	-20.0	-19.9	-22.0	-20.8
Depois das transferências oficiais	-13.0	-6.5	-12.2	-8.2	-7.2	-6.8	-7.0	-9.8	-8.6
Rácio do serviço da dívida (% das exportações) ¹	3.8	3.3	4.5	3.1	4.5	4.6	5.5	5.3	5.0
Reservas internacionais brutas ²									
Milhões de USD	61.9	55.9	58.7	51.3	64.4	58.2	67.1	62.2	64.8
Meses de importações de bens e serviços não faturiais ³	5.3	5.1	4.0	4.2	4.2	4.4	4.1	4.5	4.6

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Em percentagem das exportações de bens e serviços não faturiais.

² As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para a apresentação de pedidos de licenciamento e para as exigências de capital.

³ Importações de bens e serviços não faturiais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 6b. São Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2015–20
(Porcentagem do PIB)

	2015	2016	2017		2018		2019		2020
			EBS/17/119 4ª aval.	Prel.	EBS/17/119 4ª aval.	Proj.	EBS/17/119 4ª aval.	Proj.	
Balança comercial	-34.1	-29.8	-30.7	-28.6	-30.4	-30.3	-29.6	-31.4	-30.2
Exportações, FOB	3.6	3.9	3.1	4.0	3.2	3.0	3.2	3.0	2.7
Cacau	2.5	2.4	1.7	2.2	2.0	2.4	1.9	2.3	2.2
Reexportação	0.7	0.9	1.0	1.2	0.8	1.1	0.9	1.2	1.0
Importações, FOB	-37.7	-33.6	-33.8	-32.5	-33.6	-33.3	-32.8	-34.4	-32.9
Alimentos	-10.9	-10.2	-10.4	-8.9	-9.7	-8.2	-9.2	-7.8	-7.2
produtos petrolíferos	-9.9	-6.1	-7.8	-7.0	-7.3	-8.4	-7.3	-7.9	-7.0
Bens de investimento	-8.8	-8.8	-7.5	-9.4	-8.8	-9.1	-8.6	-10.4	-10.2
Bens de investimento rel. ao setor petrolífero	-5.1	-3.6	0.0	-5.4	0.0	-5.6	0.0	-6.0	-6.0
Outras	-3.0	-4.9	0.0	-1.7	0.0	-2.0	0.0	-2.3	-2.6
Serviços e rendimentos (líquido)	2.7	4.3	3.9	5.2	5.5	6.2	5.6	5.6	5.8
Exportações de serviços não fatoriais	24.9	23.4	23.4	23.0	22.3	20.9	21.6	20.5	20.1
D/q: viagens e turismo	19.7	19.5	19.7	19.2	18.8	17.5	18.3	17.3	17.1
Importações de serviços não fatoriais	-21.9	-19.3	-20.1	-16.7	-17.4	-13.5	-16.5	-13.1	-12.0
Serviços fatoriais (líquido)	-0.3	0.3	0.6	-1.1	0.5	-1.1	0.5	-1.8	-2.3
D/q: relacionados ao petróleo	0.0	0.0	0.0	-0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Transferências privadas (líquido)	5.8	5.3	4.5	4.6	4.4	4.1	4.1	3.8	3.6
Transferências oficiais (líquido)	12.7	13.7	10.1	10.6	13.3	13.2	12.9	12.2	12.2
D/q: Donativos para projetos	8.8	11.4	7.7	7.0	10.3	9.9	10.3	9.9	9.9
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	1.9	0.8	1.0	0.8	0.9	0.9	1.0	0.7	0.6
Saldo da conta corrente									
Incl. transferências oficiais	-13.0	-6.5	-12.2	-8.2	-7.2	-6.8	-7.0	-9.8	-8.6
Excl. transferências oficiais	-25.7	-20.2	-22.3	-18.8	-20.5	-20.0	-19.9	-22.0	-20.8
Conta de capital e financeira	18.1	-3.8	11.9	8.1	7.9	7.9	6.3	10.7	8.9
Conta financeira	18.1	-3.8	11.9	8.1	7.9	7.9	6.3	10.7	8.9
Investimento direto estrangeiro	8.2	5.8	11.4	10.6	2.7	10.7	2.7	11.4	11.4
D/q: bônus de assinatura do petróleo	0.8	0.9	0.0	0.6	0.0	2.1	0.0	0.2	0.2
Investimento relacionado ao petróleo	7.7	5.4	11.6	8.2	0.0	8.4	0.0	9.1	9.0
Investimento de carteira (líquido)	0.1	0.2	0.0	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Outros investimentos (líquido)	9.9	-9.8	0.5	-2.6	5.2	-2.8	3.6	-0.7	-2.5
Ativo	3.0	-5.5	0.0	0.6	0.0	-2.0	0.0	-1.9	-1.7
Setor público (líquido)	8.2	0.9	4.0	0.1	3.3	0.8	3.0	3.3	2.9
Empréstimos para projetos	10.7	1.8	5.1	1.9	4.2	2.2	3.8	4.7	4.2
Empréstimos para programas	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Amortização	-2.4	-1.1	-0.6	-1.1	-0.6	-1.3	-0.9	-1.4	-1.3
Outros investimentos	-1.9	-0.8	-0.6	-0.6	-0.6	-0.7	-0.9	-0.6	-0.6
Setor privado (líquido)	-1.4	-5.2	-3.6	-3.3	2.0	-1.5	0.5	-2.2	-3.7
Bancos comerciais	3.1	3.9	-0.3	2.2	0.3	-0.2	0.2	0.0	0.2
Capital privado de curto prazo	-4.4	-9.1	-3.3	-5.5	1.6	-1.4	0.3	-2.2	-3.9
Erros e omissões	-1.2	9.0	0.0	-2.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Saldo global	5.9	-1.3	-0.3	-2.5	0.7	0.9	-0.8	0.9	0.3
Financiamento	-5.9	1.3	0.3	2.5	-0.7	-0.9	-0.4	-0.9	-0.3
Variação nas reservas oficiais, excl. CNP (aumento = -)	-5.8	1.4	0.3	1.7	-1.2	-1.2	-0.9	-0.9	-0.6
Uso dos recursos do FMI (líquido)	0.0	0.3	0.4	0.7	0.3	0.3	-0.1	-0.1	0.0
Compras	0.3	0.5	0.5	0.7	0.4	0.4	0.0	0.0	0.0
Recompras (incl. reembolso MDRI)	-0.3	-0.3	-0.1	0.0	-0.1	-0.1	-0.1	-0.1	0.0
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	-0.1	-0.4	-0.4	0.1	0.2	0.0	0.6	0.0	0.4
Déficit de financiamento	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-1.2	0.0	0.0
Por memória:									
Rácio do serviço da dívida (% das exportações) ¹	3.8	3.3	4.5	3.1	4.5	4.6	5.5	5.3	5.0
Reservas internacionais brutas ²									
Milhões de USD	61.9	55.9	58.7	51.3	64.4	58.2	67.1	62.2	64.8
Meses de importações de bens e serviços não fatoriais ³	5.3	5.1	4.0	4.2	4.2	4.4	4.1	4.5	4.6

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Em percentagem das exportações de bens e serviços não fatoriais.

² As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para a apresentação de pedidos de licenciamento e para cumprir as exigências de capital.

³ Importações de bens e serviços não fatoriais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 7. São Tomé e Príncipe: Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2015–20
 (Milhões de USD)

	2015	2016	2017		2018		2019		2020
	Efetivo	Efetivo	EBS/17/119		EBS/17/119		EBS/17/119		Proj.
			4.ª aval.	Prel.	4.ª aval.	Proj.	4.ª aval.	Proj.	
Necessidades brutas de financiamento	-107.7	-70.6	-87.9	-74.1	-95.3	-105.7	-98.8	-127.2	-132.7
Conta corrente, excl. transferências oficiais	-81.0	-71.5	-83.6	-73.7	-85.7	-93.0	-91.5	-115.2	-121.4
Exportações, FOB	11.3	13.6	11.6	15.6	13.3	14.0	14.9	15.5	15.7
Importações, FOB	-118.9	-119.1	-126.7	-127.7	-140.4	-155.3	-151.0	-179.8	-192.1
Serviços e rendimentos (líquido)	8.5	15.3	14.5	20.3	22.9	29.1	25.8	29.4	34.0
Transferências privadas	18.1	18.6	17.0	18.1	18.5	19.1	18.8	19.7	21.0
Conta financeira	-8.5	-4.0	-4.1	-7.0	-4.3	-7.0	-4.1	-7.5	-7.8
Amortização programada	-7.5	-4.1	-2.4	-4.2	-2.6	-6.0	-4.1	-7.5	-7.8
Reembolsos ao FMI	-0.9	-0.9	-0.2	0.0	-0.4	-0.4	-0.3	-0.3	-0.3
Outros fluxos do setor público (líquido)	-0.1	1.0	-1.6	-2.8	-1.4	-0.6	0.3	0.3	0.3
Varição nas reservas externas (- = aumento)	-18.2	5.0	-0.3	6.6	-5.2	-5.7	-3.2	-4.5	-3.5
Financiamento disponível	101.6	70.6	87.9	74.1	95.3	106.5	98.8	127.2	132.7
Fundo Nacional do Petróleo (líquido)	2.0	2.1	-0.2	2.6	1.1	9.9	1.7	1.0	3.4
Bônus de assinatura do petróleo	2.4	3.3	0.0	2.3	0.0	10.0	0.0	1.0	1.1
Poupança (- = acum. do fundo de reserva petrol.)	-0.4	-1.3	-0.2	0.2	0.9	-0.1	1.7	0.0	2.2
Desembolsos previstos	73.6	54.9	56.8	49.0	73.1	71.4	76.9	88.7	95.7
Assistência intercalar multilateral HIPC	6.0	2.9	3.7	3.1	3.8	4.2	4.4	3.7	3.7
Donativos	34.0	45.6	34.0	38.6	51.6	57.1	54.8	60.3	67.3
Empréstimos concessionais	33.6	6.4	19.1	7.3	17.6	10.1	17.6	24.7	24.7
Empréstimos para projetos	33.6	6.4	19.1	7.3	17.6	10.1	17.6	24.7	24.7
Empréstimos para programas	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Setor privado (líquido)	25.0	11.8	29.5	19.8	19.4	23.3	14.9	37.5	33.7
FMI	0.9	1.8	1.8	2.8	1.8	1.8	0.0	0.0	0.0
Déficit de financiamento	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	5.3	0.0	0.0
Financiamento excepcional	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Déficit residual de financiamento	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 8. São Tomé e Príncipe: Indicadores da Capacidade de Reembolso ao FMI, 2018–32
(Em 19 de junho de 2018)

	Projeções														
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Obrigações com o FMI com base no crédito existente (milhões de DSE)															
Capital	0.19	0.33	0.26	0.41	0.60	0.75	0.63	0.63	0.44	0.25	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Encargos e juros	0.07	0.07	0.07	0.07	0.07	0.07	0.07	0.07	0.07	0.07	0.07	0.07	0.07	0.98	0.00
Obrigações com o FMI com base no crédito existente e potencial (milhões de DSE)															
Capital	0.19	0.33	0.26	0.41	0.60	0.75	0.89	0.89	0.70	0.51	0.25	0.00	0.00	0.00	0.00
Encargos e juros	0.03	0.07	0.07	0.07	0.07	0.07	0.07	0.07	0.07	0.07	0.07	0.07	0.07	0.07	0.07
Obrigações totais baseadas no crédito existente e potencial															
Milhões de DSE	0.22	0.40	0.33	0.48	0.67	0.82	0.96	0.96	0.77	0.58	0.32	0.07	0.07	0.07	0.07
Milhões de USD	0.32	0.57	0.48	0.69	0.97	1.19	1.40	1.40	1.12	0.84	0.47	0.10	0.10	0.10	0.10
Porcentagem das exportações de bens e serviços	0.28	0.47	0.36	0.49	0.64	0.73	0.81	0.77	0.58	0.42	0.22	0.04	0.04	0.04	0.04
Porcentagem do serviço da dívida ¹	6.21	8.79	7.06	10.16	13.42	15.65	12.48	12.97	10.72	8.24	4.67	1.03	0.99	1.00	1.01
Porcentagem da quota	1.49	2.70	2.23	3.24	4.53	5.54	6.49	6.49	5.20	3.92	2.16	0.47	0.47	0.47	0.47
Porcentagem das reservas internacionais brutas ²	0.54	0.92	0.73	1.03	1.38	1.62	1.80	1.73	1.34	0.97	0.52	0.11	0.11	0.11	0.10
Saldo em dívida com o FMI															
Milhões de DSE	5.6	5.3	5.0	4.6	4.0	3.2	2.4	1.5	0.8	0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Milhões de USD	8.0	7.5	7.2	6.6	5.8	4.7	3.4	2.1	1.1	0.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Porcentagem das exportações de bens e serviços	7.2	6.1	5.4	4.7	3.8	2.9	2.0	1.2	0.6	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Porcentagem do serviço da dívida ¹	157.8	115.3	107.0	96.9	79.7	61.7	30.6	19.7	10.6	3.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Porcentagem da quota	37.8	35.5	33.8	30.9	26.9	21.8	15.9	9.9	5.1	1.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Porcentagem das reservas internacionais brutas ²	13.8	12.1	11.1	9.8	8.2	6.4	4.4	2.6	1.3	0.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Por memória:															
Exportações de bens e serviços (milhões de USD)	111.5	122.8	133.2	141.8	152.8	163.0	172.2	181.9	192.1	202.9	214.3	226.4	239.1	252.6	266.8
Serviço da dívida (milhões de USD)	5.1	6.5	6.7	6.8	7.2	7.6	11.2	10.8	10.5	10.2	10.0	9.9	10.3	10.2	10.1
Quota (milhões de DSE)	14.8	14.8	14.8	14.8	14.8	14.8	14.8	14.8	14.8	14.8	14.8	14.8	14.8	14.8	14.8
Reservas internacionais brutas ²	58.2	62.2	64.8	67.4	70.2	73.7	77.8	80.9	83.9	86.6	89.3	92.0	94.4	96.8	99.1
PIB (milhões de USD)	466	523	584	640	692	742	795	852	913	979	1050	1125	1206	1293	1386

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Alívio da dívida HIPC e MDRI. O total do serviço da dívida inclui recompras e reembolsos ao FMI.

² As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para a apresentação de pedidos de licenciamento e para cumprir as exigências de capital.

Tabela 9. São Tomé e Príncipe: Calendário de Desembolsos ao Abrigo do Acordo ECF, 2015–18

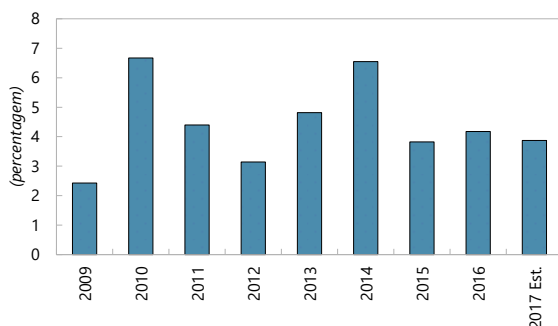
Data¹	Condições para o desembolso	Montante em DSE	% da quota
13/07/15	Aprovação do acordo pelo Conselho.	634,285	4,29
10/06/16	Observância dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2015 e conclusão da primeira avaliação.	634,285	4,29
09/12/16	Observância dos CD contínuos e para o fim de junho de 2016 e conclusão da segunda avaliação.	634,285	4,29
11/12/17	Observância dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2016 e conclusão da terceira avaliação.	634,285	4,29
11/12/17	Observância dos CD contínuos e para o fim de junho de 2017 e conclusão da quarta avaliação.	634,285	4,29
15/04/18	Observância dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2017 e conclusão da quinta avaliação.	634,285	4,29
15/10/18	Observância dos CD contínuos e para o fim de junho de 2018 e conclusão da sexta avaliação.	634,290	4,29
	Total	4,440,000	30

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

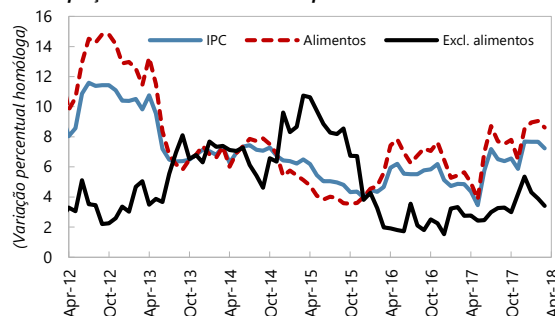
¹ Data do Conselho, no caso das avaliações concluídas.

Figura 1. São Tomé e Príncipe: Evolução Macroeconómica Recente, 2009–18

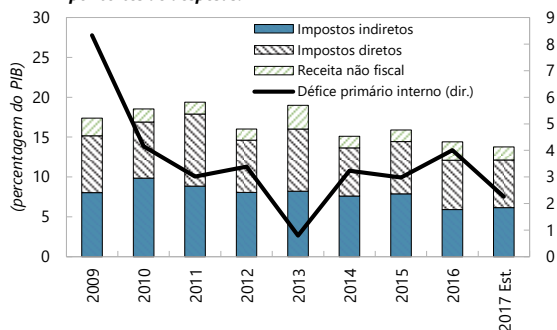
O crescimento do PIB real manteve-se na média histórica de



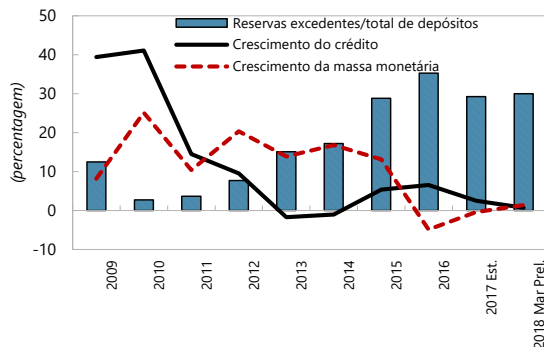
...a inflação atingiu o pico em meados de 2017 devido aos preços dos alimentos e novos impostos.



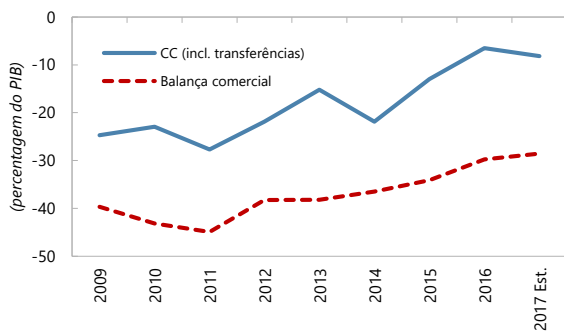
O DPI diminuiu porque a quebra de receitas foi compensada por cortes de despesas.



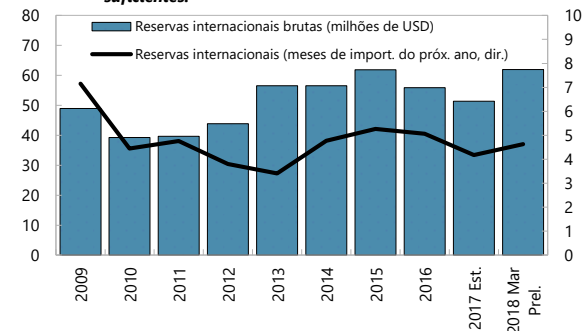
O crescimento anémico do crédito está acompanhado pelo excesso de



Os défices externos aumentaram...



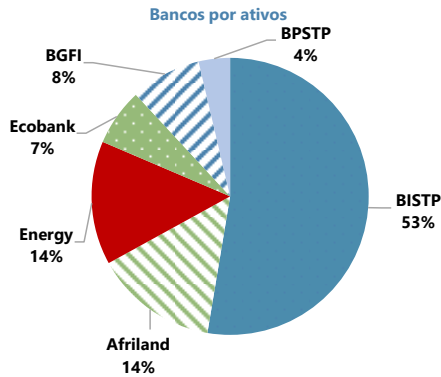
...e as reservas internacionais são voláteis e ainda não são suficientes.



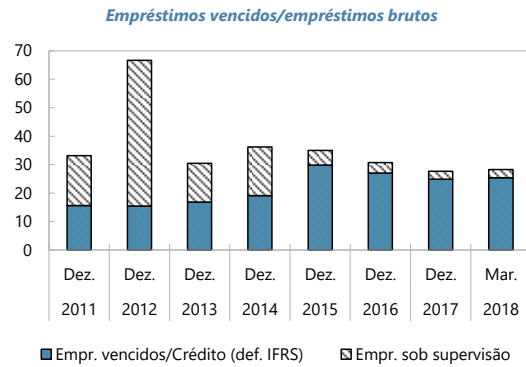
Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 2. São Tomé e Príncipe: Evolução do Setor Financeiro, 2011–18¹

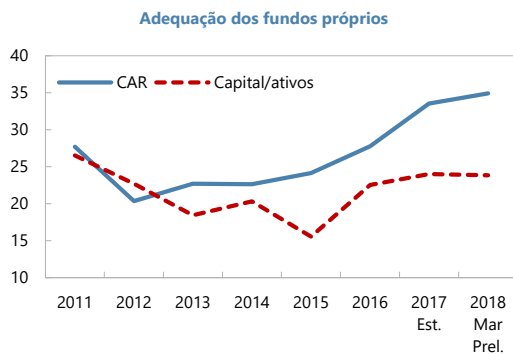
O maior banco responde por mais de metade do total de ativos num sistema bancário altamente concentrado...



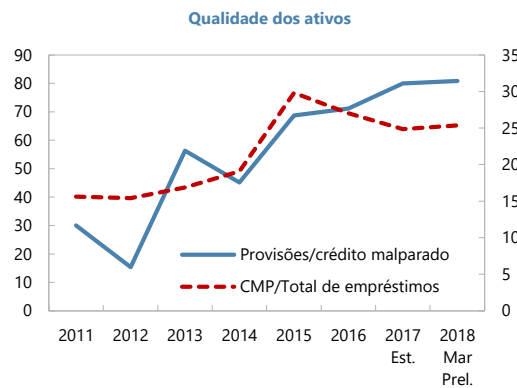
Os empréstimos vencidos estão a declinar lentamente...



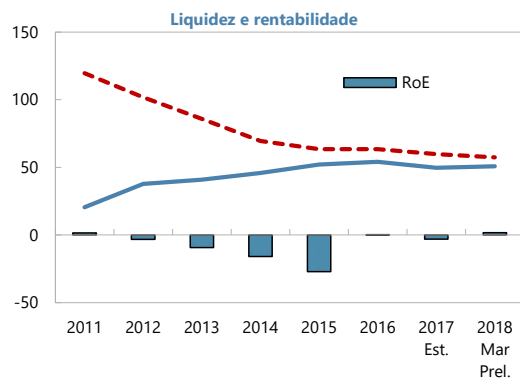
A adequação dos fundos próprios continua a melhorar, bem acima das exigências regulamentares.



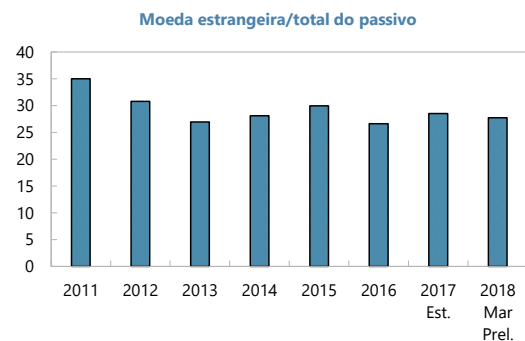
Embora o rácio sistémico de CMP tenha caído, o provisionamento aumentou.



Após ter registado um lucro marginal em 2016, o sistema bancário apresentou um prejuízo líquido médio em 2017.



Os passivos em moeda estrangeira aumentaram.



Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Incluiu o BPSTP, que sofreu intervenção do banco central em 12 de fevereiro de 2018.

Caixa 3. Introdução do IVA

A receita fiscal de São Tomé e Príncipe depende fortemente dos direitos aduaneiros e os cerca de 13% do PIB são insuficientes para atender os objetivos de crescimento e desenvolvimento do país. Até 2016, quando o Decreto-Lei n.º 13-2016 introduziu a tributação de bebidas alcoólicas e produtos de tabaco importados, o imposto sobre o consumo incidia apenas sobre a cerveja produzida no país e a prestação de serviços. Todos os outros produtos importados, que formam a vasta maioria dos bens consumidos no país, ainda estão sujeitos apenas a direitos aduaneiros.

Em 2016, uma missão de assistência técnica do FMI recomendou a adoção dum IVA sobre o consumo com base no princípio do destino, cobrado através do método fatura/crédito em substituição do imposto sobre o consumo e, em parte, a sisa e o imposto do selo. Para evitar o efeito cascata e melhorar a eficiência da produção, as restituições terão de ser feitas imediatamente aos exportadores e após quatro meses de diferimento a outros contribuintes. Também se recomenda a adoção dum limiar de IVA de 24 mil USD em volume anual de negócios. Os contribuintes a seguir teriam de pagar um imposto presumido de 7% com base no rendimento bruto, exceto para as microempresas (com volume anual de negócios inferior a 2.400 USD) que pagariam um imposto anual ou semestral.

Estima-se que o regime de IVA aumentaria as receitas fiscais em 2,1% do PIB no médio prazo, com base numa taxa positiva única de IVA de 15%, com a complementação de receitas adicionais dos impostos especiais sobre bebidas alcoólicas, tabaco, produtos petrolíferos e veículos automóveis. De forma a atenuar o aumento de preços que ocorrerá com a introdução do IVA e o seu efeito sobre os agregados familiares de baixos rendimentos, a missão do FMI propôs a avaliação da estrutura de tarifas de importação sobre produtos como alimentos, matérias-primas e bens de investimento e/ou isenção de IVA para uma lista limitada de alimentos básicos (legumes, plantas, raízes, consumíveis e peixe), que têm um grande peso no índice de preços e no orçamento destes agregados familiares.

A introdução bem-sucedida do imposto exige um conjunto de reformas políticas, jurídicas e administrativas. Para ajudar na execução, o FMI começou a fornecer assistência técnica no âmbito do Fundo Fiduciário de Mobilização de Receitas em agosto de 2017 centrada na i) conclusão de legislação de IVA adequada (incluindo outros regulamentos relacionados), ii) monitorização do desenvolvimento do novo sistema informático (apoiado pelo BAfD), iii) recrutamento e formação de 25 novos funcionários para a administração do novo imposto (apoiado em parte pelo Banco Mundial), iv) melhoria da infraestrutura física e da logística, v) implantação duma nova estrutura organizacional e vi) definição das estratégias de educação e comunicação. O projeto tem auxiliado as autoridades a concluir todas as condições prévias do IVA com a ajuda dum perito residente itinerante e continuará a monitorizar a conclusão de outras etapas relacionados ao IVA de forma atempada. A médio prazo serão precisas mudanças estruturais adicionais na Direção de Impostos — sobretudo em relação aos processos em papel e burocráticos e à falta de conformidade com práticas de gestão de risco — para que o IVA seja gerido corretamente nos próximos anos.

Caixa 4. Diversificação económica em São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe, uma das mais pequenas economias do mundo, está a tentar diversificar a sua economia para conseguir um crescimento sustentável e reduzir pobreza. Com uma população que ronda os 206 mil habitantes e um PIB de cerca de 393 milhões de USD, o rendimento per capita em 2017 está estimado em 1.847 USD, abaixo da média de outras pequenas economias insulares em desenvolvimento. É um país jovem, com mais de 60% da população com menos de 25 anos. Apesar do país ter feito progressos louváveis no sentido duma maior estabilidade macroeconómica na última década, com uma média de crescimento do PIB de 4% ao ano desde 2000, a diversificação económica é imperativa para alcançar uma redução significativa da pobreza e garantir o crescimento sustentado.

Restringido pela sua insularidade, fragilidade e recursos limitados, São Tomé e Príncipe é em grande medida uma economia de monocultura. Entre os setores produtivos, o setor agrícola contribui com mais de 15% do PIB total, sendo o segundo maior setor, e é um importante empregador. Contudo, a fatia setorial da produção mostra o domínio distributivo do comércio na economia (contribuindo com cerca de um quarto do PIB real), denotando a dependência da economia da ilha da ajuda e do comércio externos (importações).

A sua base de exportação não é diversificada e inclui o cacau e um setor de turismo incipiente que ainda precisa realizar todo o seu potencial. A União Europeia tem sido o mercado dominante há algum tempo e existe uma oportunidade para diversificar os mercados das suas exportações de produtos e serviços.

O governo identificou a agricultura (incluindo a pesca), o turismo e o transporte como os principais fatores da transformação estrutural e do processo de diversificação económica. Com base nas vantagens competitivas do país — estabilidade política, terras férteis, uma longa faixa costeira e vários recursos turísticos — o governo espera criar alicerces mais fortes para o crescimento e o desenvolvimento inclusivos e sustentáveis. A recém-lançada estratégia de desenvolvimento do turismo, publicada em janeiro de 2018 e desenvolvida em parceria com o Banco Mundial, destina-se a transformar o setor do turismo até 2025. A estratégia anuncia São Tomé e Príncipe como sendo um destino completo (centrada em outras áreas além do turismo de praia) e destina-se a turistas de luxo de origens mais diversificadas que as atuais. Se for bem executada, transformará o setor do turismo num dos principais setores de rendimento e emprego no país. Dada a dependência do comércio, estão a ser feitos investimentos em infraestruturas para reduzir os custos de transporte para os seus setores agrícola, comercial e de turismo. No longo prazo, o governo espera que a estabilidade política e a localização geográfica do país o transformem num centro de viagens e transbordo na sub-região.

Para efetivar a sua estratégia de desenvolvimento, foram introduzidas reformas de facilitação dos negócios para gerar lucros no longo prazo. As recentes iniciativas de reforma, como o sistema e-Visa e um balcão único para o registo de empresas e comércio externo, já promoveram o aumento das chegadas de turistas e melhores indicadores de atividade empresarial. Contudo, a baixa capacidade do país e instituições relativamente fracas (com uma nota CPIA de 3,05, inferior à média da África Subsariana) continuam a comprometer o seu esforço de reforma. As reformas na tecnologia de informação e comunicação e no sistema jurídico, entre outras, poderão efetivamente melhorar a produtividade do trabalho e proporcionar uma economia mais diversificada com a participação dum setor privado vibrante.

Anexo I. Estratégia de Desenvolvimento de Capacidades 2018-20

Resumo

A. Principais desafios macro

1. Os imperativos das políticas de São Tomé e Príncipe baseiam-se na sustentabilidade orçamental e da dívida, no reforço do setor financeiro e na melhoria das estatísticas macroeconómicas. As principais fontes de riscos de curto prazo para a perspetiva macroeconómica são a fragilidade da administração tributária e do controlo da despesa pública, incluindo o acúmulo de atrasados nas empresas públicas, o risco elevado de sobre-endividamento e os altos níveis de crédito malparado na banca.

B. Avaliação da AT anterior

2. As atividades de desenvolvimento de capacidades nos últimos anos refletiram uma procura efetiva por parte das autoridades e são totalmente compatíveis com as prioridades de reforma identificadas no âmbito das consultas do Artigo IV e nas avaliações do programa. O FMI forneceu assistência técnica (AT) significativa a São Tomé e Príncipe sobre: administração tributária e política fiscal, reforma da GFP, resolução bancária e estatísticas macroeconómicas.

As principais realizações incluem:

- A instituição dum mecanismo de ajuste automático de preços dos combustíveis
- Medidas para fortalecer a GFP
- A redação da lei do IVA e a preparação no sentido da introdução deste imposto
- A aprovação da lei de resolução bancária
- A adoção de estruturas de supervisão baseadas no risco
- A introdução dum mercado interbancário

3. Contudo, a capacidade limitada de recursos humanos atrasou a aplicação de reformas. As atividades de AT mais eficazes foram as que incorporaram um elemento de apoio para a sua aplicação prática e tiveram um acompanhamento estreito.

C. Principais prioridades de AT

4. As reformas com prioridade máxima são:

- Manter a sustentabilidade orçamental e da dívida e reduzir o risco de sobre-endividamento através da consolidação orçamental e da melhoria da gestão das finanças públicas, inclusivamente nas EP.
- Melhorar a mobilização de receita, principalmente com a introdução dum regime de IVA, para criar margem orçamental para as despesas sociais e de investimento.
- Reforçar a estabilidade e a intermediação financeiras mediante a redução dos créditos malparados, a otimização da regulamentação e da supervisão bancárias e a melhoria do quadro de resolução bancária.
- Melhorar a qualidade e a atualidade das estatísticas económicas.

5. **Portanto, a estratégia de desenvolvimento de capacidades (DC)** para São Tomé e Príncipe centra-se nas áreas descritas a seguir, por ordem de prioridade para os próximos três anos e com os principais objetivos a atingir.

Prioridades	Objetivos
Política Fiscal e Administração Tributária	Transição para o regime de IVA Reforçar a capacidade operacional da administração tributária Instituir um processo de modernização de médio prazo para a administração tributária
Gestão das Finanças Públicas	Melhorar a preparação e a previsão do orçamento Melhorar a execução orçamental e o controlo de atrasados Reforçar o quadro de despesas de investimento Introduzir o QDMP
Regulamentação e Supervisão do Setor Financeiro	Implementar uma estratégia de redução do crédito malparado Melhorar a avaliação do risco de crédito e de liquidez
Política de Despesas	Racionalizar a despesa corrente e melhorar a eficiência da despesa pública Criar margem orçamental

Prioridades	Objetivos
Compilação de Estatísticas	Melhorar os dados macroeconómicos (especificamente, melhorar as séries do PIB e do IPC Melhorar as estatísticas trimestrais da BdP e da PII Melhorar as estatísticas monetárias e de finanças públicas)
Gestão de Crises Financeiras	Melhorar os quadros de resolução Apoiar a liquidação bancária em curso
Gestão da Dívida	Melhorar a gestão da dívida e de fluxos de tesouraria Promover o desenvolvimento do mercado interbancário
Reforma da Lei de Finanças e Orçamento	Reforçar o quadro legal e regulamentar do setor financeiro
Análise de Risco Sistémico	Implementar os testes de stress

D. Opinião das autoridades

6. A experiência mostra que a assistência técnica (AT) fornecida por peritos de longo prazo é mais eficaz porque não só permite o diagnóstico dos problemas mas também apoia a aplicação das medidas. Por outras palavras, estes peritos podem viabilizar um ciclo completo de AT, do diagnóstico à aplicação de recomendações.

7. A eficácia da AT pode ser melhorada através da mobilização de peritos lusófonos para facilitar a interação, porque é mais provável que percebam o cerne do problema e estão mais bem posicionados para otimizar as capacidades dos quadros locais.

8. Em particular, AT que inclua formação prática também se mostrou muito eficaz no contexto da supervisão bancária e das estatísticas.

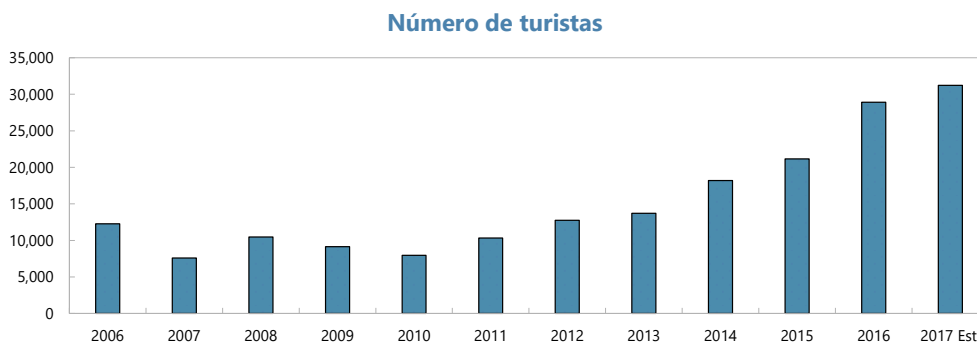
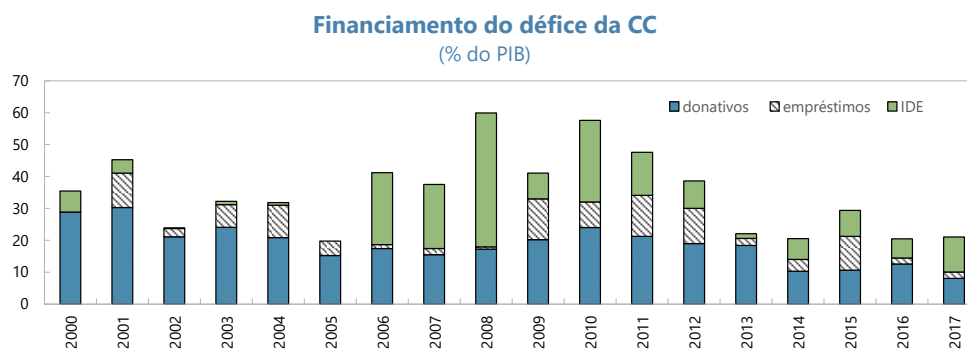
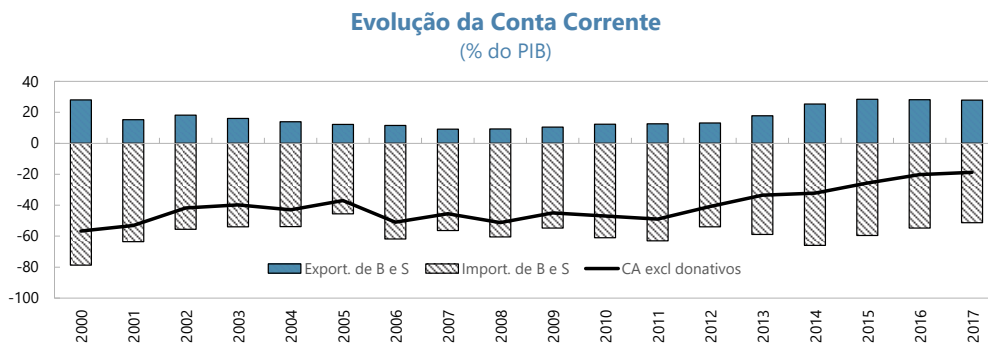
Anexo II. Avaliação do Setor Externo

A avaliação final do corpo técnico é de que a posição externa de São Tomé e Príncipe em 2017 era ligeiramente mais fraca do que evidenciam os fundamentos e o cenário político desejável, o que sugere uma ligeira sobrevalorização da taxa de câmbio efetiva real. O nível de reservas internacionais brutas é considerado adequado com base nas métricas de referência padrão. Apesar dos riscos imediatos para a posição externa parecerem administráveis, as vulnerabilidades de médio prazo continuam a ser significativas dada a estreita base de exportações do país e a grande dependência de financiamento externo volátil. A paridade fixa com o euro tem sido útil para o país por ter reduzido a taxa de inflação, mas os desequilíbrios externos devem ser resolvidos através de reformas estruturais que visem o aumento da competitividade e a diversificação da economia, para além de esforços contínuos para assegurar uma posição orçamental sólida.

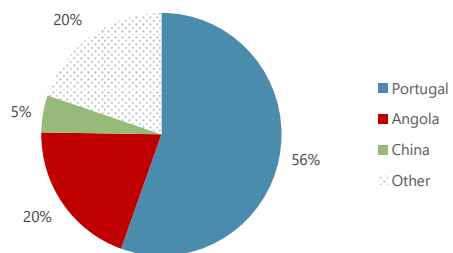
A. Evolução da balança de pagamentos

- 1. O défice da conta corrente (CC) baixou consideravelmente desde 2015.** Após ter atingido uma média de 44% do PIB entre 2000 e 2014, o défice da CC (excluindo donativos) diminuiu para 22% do PIB entre 2015 e 2017. O declínio reflete, em parte, um aumento considerável das receitas do turismo desde 2014, quando a frequência de voos da Europa para São Tomé e Príncipe foi aumentada. Ademais, a quebra dos preços do petróleo desde 2015 contribui para a contração das importações. Este défice deverá manter-se perto do nível atual no médio prazo, uma vez que o setor do turismo deverá compensar o aumento das importações relacionadas ao investimento.
- 2. As receitas do turismo aumentaram de 5% do PIB em 2006 para 19% em 2017, gerando uma melhoria do saldo da CC.** A receita do turismo (19% do PIB) é muito mais importante para as contas externas que as exportações de cacau (2% do PIB). Os dados da autoridade do turismo mostram que cerca de metade do número de turistas vem de Portugal. A maioria das exportações de cacau destina-se à Europa (74%), principalmente aos Países Baixos (24%) e à França (22%). Cerca de metade das importações de bens de São Tomé e Príncipe são provenientes de Portugal e 20% de Angola (Figura 1 do anexo).
- 3. A maior fatia do défice da CC é financiada por donativos, seguidos de IDE e de empréstimos.** Os donativos a São Tomé e Príncipe ascenderam a 10,5% do PIB em 2015-17, face 20% em média, entre 2000 e 2014. Entretanto, o IDE representou 8,5% do PIB em média e os desembolsos de empréstimo 5% do PIB em 2015-17. A maior parte do IDE destina-se ao setor do petróleo. A disponibilidade destes três tipos de financiamento mostrou-se volátil no passado recente, o que deixa São Tomé e Príncipe vulnerável.

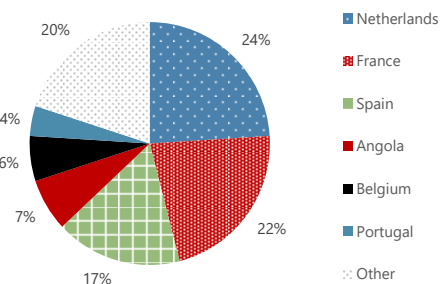
Figura 1 do anexo. Balança de pagamentos do São Tomé e Príncipe



Fonte de importações de bens (Jan/2016-Set/2017)

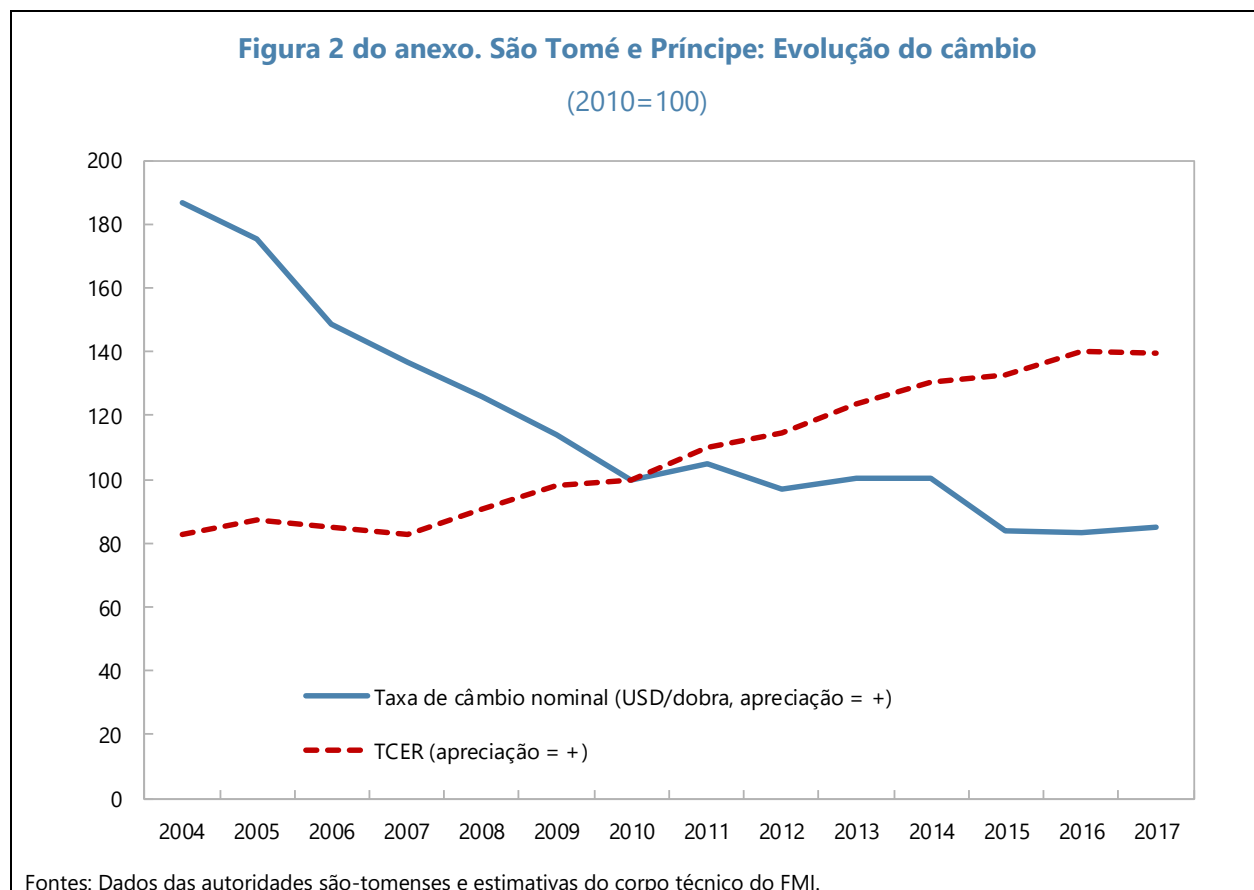


Destino das exportações de bens (Jan/2016-Set/2017)



Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

B. Taxa de câmbio e avaliação da conta corrente



4. A taxa de câmbio efetiva real (TCER) do São Tomé e Príncipe valorizou-se consideravelmente desde a introdução da paridade fixa com o euro em janeiro de 2010

(Figura 2 do anexo). A apreciação da TCER foi de 40% entre 2010 e 2017, porque o processo gradual de desinflação foi demasiado lento para colmatar o diferencial de inflação com os parceiros comerciais. Especificamente, a inflação média na área do euro foi de 1,2% em 2010-17 face a 8% em São Tomé e Príncipe. Em outras palavras, os preços na área do euro aumentaram 9% desde 2010, face a 71% em São Tomé e Príncipe.

5. No entanto, a paridade fixa ajudou São Tomé e Príncipe a reduzir a taxa de inflação média de 16% em 2000-09 para 8% em 2010-17. Desde 2015, a inflação média anual foi de cerca 5,5%. A inflação dos preços no setor de turismo foi ainda mais baixa, o que limitou em parte o efeito da apreciação da TCER na competitividade das exportações. Enquanto economia pequena, a paridade fixa foi muito útil para o país. Contudo, esta necessita ter o apoio de políticas macroeconómicas robustas (esforços continuados para garantir uma posição orçamental sólida e reformas estruturais) e assim evitar desequilíbrios externos.

6. Os modelos EBA-lite geram um leque de avaliações da posição externa em 2017 (Tabela 1 do anexo). Contudo, os resultados devem ser interpretados com cautela dadas as dificuldades inerentes duma análise comparativa da estabilidade externa para um país frágil e pequeno, com limitações de dados significativas, como São Tomé e Príncipe.

Tabela 1 do Anexo. São Tomé e Príncipe: Avaliação da taxa de câmbio efetiva real em 2017
(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário) ³

Modelo de conta corrente EBA-lite		Modelo EBA lite de Índice TCER		
CC efetiva (A)	-8.2	LN(TCER) ajustada (N)		4.66
Contribuições cíclicas (do modelo) (B)	0.2	Lacuna de políticas (O) ¹		0.00
CC corrigida das variações cíclicas (C=A-B)	-8.4			
Norma de CC (F=M-J)	-8.3	LN(TCER) normal (P=N-O)		4.66
Norma de CC corr. das var. cíclicas (H=F-B)	-8.4	LN(TCER) efetiva (Q)		4.94
Hiato da CC (I=C-H)	0.1	Hiato da TCER, em percentagem (R=Q-P)²		27.5
d/q lacuna de políticas (J) ¹	1.0			
Hiato da TCER, em percentagem²	-0.4			
CC ajustada (M)	-7.2			
Residual	-1.0			
		Estabilizar PII em:		
		Cenário 1:	Cenário 2:	Cenário 3:
Abordagem de sustentabilidade externa		-135,1 do PIB	-66,0% do PIB ⁴	-66,0% do PIB em 2037 ⁴
Norma de CC (S)		-12.0	-6.6	-5.6
CC subjacente (T) ³		-8.6	-8.6	-8.6
Hiato da CC (U=T-S)		3.3	-2.1	-3.0
Hiato da TCER, em percentagem¹		-16.6	10.4	15.2
Por memória:				
Elasticidade das trocas (K)		-0.20		

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ Desvios das políticas efetivas de São Tomé e Príncipe do seu nível ideal e também a sua divergência média em relação ao resto do mundo.

² " + " sobrevalorização, " - " subvalorização. Variação da TCER (em percentagem) necessária para colmatar o hiato.

³ Usando a conta corrente projetada de 2022 como período de referência de médio prazo.

⁴ PII média de estados pequenos e frágeis em 2016.

- **O modelo de CC EBA-lite sugere que no geral a posição externa é compatível com os fundamentos e políticas desejáveis.** O modelo estima uma norma de CC corrigida das variações cíclicas de -8,4% do PIB. Esta é essencialmente igual ao saldo efetivo da CC corrigida das variações cíclicas em 2017, o que sugere um hiato de CC de apenas 0,1% do PIB e consequentemente uma ligeira subvalorização da TCER de cerca de 0,4% (presumindo uma elasticidade da CC em relação à TCER de -0,2). A lacuna da política (ou a soma dos desvios do saldo orçamental efetivo de São Tomé e Príncipe, das variações nas reservas e do crédito ao privado setor dos seus níveis ideais e das médias mundiais para as mesmas variáveis de políticas em relação aos seus níveis ideais) de 1,0% do PIB reflete principalmente desvios das variáveis de políticas mundiais e dos seus níveis ideais, o que anula amplamente a ligeira lacuna negativa da política orçamental para São Tomé e Príncipe que decorreu da aplicação de uma política orçamental ligeiramente mais branda em 2017 do que os níveis desejáveis de médio prazo.

O resultante residual negativo (ou seja, a diferença entre o hiato da CC e a lacuna da política) poderá estar relacionado com lacunas de política estrutural não medidas.

- **O modelo de Índice de TCER EBA-lite estima uma sobrevalorização consideravelmente maior do que evidenciam os fundamentos e as políticas desejáveis (27,5%).** Contudo, o modelo de Índice de TCER pode ser impreciso para países com dados limitados. Portanto, o resultado deve ser interpretado com cautela.

A abordagem de sustentabilidade externa (SE) EBA-lite estima uma TCER sobrevalorizada se a meta da Posição de Investimento Internacional (PII) líquida for referenciada a outros estados frágeis. Uma conta corrente subjacente (médio prazo) de -8,6% e uma elasticidade de CC/TCER de -0,2 foram utilizadas nos três cenários. Fixar o objetivo de PII líquida em -66,0% do PIB, um nível compatível com a média de 2016 para países frágeis, resulta numa TCER sobrevalorizada em 10,4% se a PII líquida ficar estabilizada ao longo do tempo (Cenário 2) ou uma sobrevalorização de 15,2% se a PII líquida ficar estabilizada até 2036 (Cenário 3).¹

C. Avaliação da adequação de reservas

7. São Tomé e Príncipe precisa criar margens de reservas internacionais dada a persistência e a magnitude dos choques que enfrenta enquanto PBR pequeno e frágil com um regime de paridade cambial fixa. O nível das reservas internacionais brutas (RIB) de São Tomé e Príncipe em 2017 era adequado, ligeiramente acima do nível de referência. As RIB correspondiam a 4,2 meses das importações prospetivas e 39% da moeda em sentido lato medida no final de 2017 (Tabela 2a do anexo). Estes valores são superiores à métrica padrão de cobertura de 3 meses das importações e 20% da moeda em sentido lato. A métrica das reservas do FMI para os PBR, também conhecida como métrica ARA para países com restrições de crédito, sugere que a métrica de reservas ideal para São Tomé e Príncipe é de 3,8 meses de importações. Esta métrica pondera os benefícios de deter reservas face aos custos de oportunidade. Considera as especificidades do país, tais como ser um estado pequeno e ter uma paridade cambial fixa. Ademais, São Tomé e Príncipe teria acesso a margens de reservas adicionais na forma de acesso excepcional a um depósito de 12 milhões de USD na Conta Nacional do Petróleo (CNP) e a uma linha de crédito contingente de 25 milhões de euros de Portugal se as reservas ficassem abaixo de 3 meses de importações.

¹ Fixar o objetivo da PII líquida no seu nível atual redundaria numa norma de conta corrente de -12,0% do PIB, que por sua vez significa uma subvalorização de 16,6% (Cenário 1a). Contudo, o corpo técnico avalia que esse nível de conta corrente não é desejável, portanto o resultado para o Cenário 1 deve estar consideravelmente subponderado.

Tabela 2 do Anexo. São Tomé e Príncipe: Métrica de cobertura de reservas internacionais brutas

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
RIB (meses de import. prospetivas)	4.5	4.8	3.8	3.4	4.8	5.3	5.1	4.2
RIB (% da moeda em sentido lato)	52	48	43	47	46	49	49	39
RIB (% do serviço da dívida)	2,429	1,686	1,816	1,220	1,716	1,789	1,751	1,582
RIB (% da dívida externa PGP)	51	39	34	41	34	32	25	23
RIB (milhões de USD)	39	40	44	57	57	62	56	51
PIB (milhões de USD)	197	233	253	303	349	316	354	393

Fontes: Autoridades são-tomenses e cálculos do corpo técnico do FMI.

D. Avaliação de competitividade não relacionada a preços

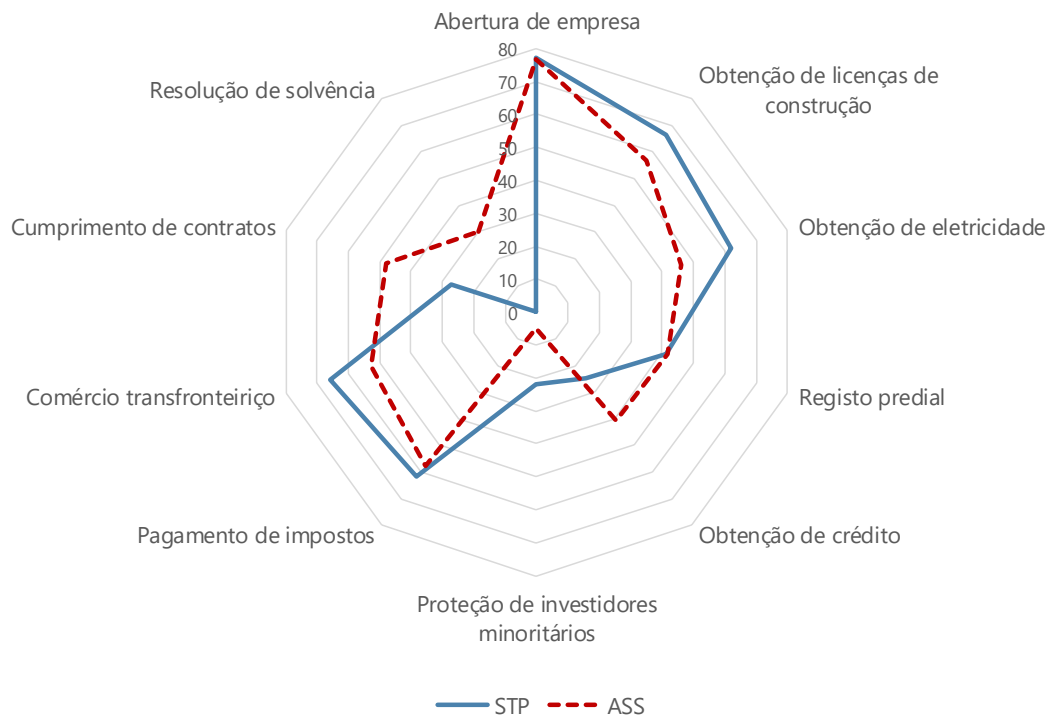
8. São Tomé e Príncipe deverá continuar a melhorar a sua competitividade de acordo com o inquérito *Doing Business* de 2018 do Banco Mundial. Comparado com os países da África Subsariana, São Tomé e Príncipe supera-os nas categorias “proteção de investidores minoritários”, “obtenção de eletricidade” e “comércio transfronteiriço” e está aquém desses países nas categorias “resolução de solvência”, “cumprimento de contratos” e “obtenção de crédito” (Figura 3a do anexo). Em relação à avaliação anterior, o país melhorou na categoria “abertura de empresa” por ter eliminado a exigência de capital mínimo para empresas sem necessidade de obter uma licença comercial e “comércio transfronteiriço” com a redução do tempo necessário para se cumprirem as regras aduaneiras após a instalação dum balcão comercial único eletrónico. Por outro lado, a posição do país piorou na categoria “cumprimento de contratos” devido à maior demora do processo. Em São Tomé e Príncipe são precisos 1.185 dias para impor o cumprimento dum contrato face à média de 657 dias na ASS. A planeada reforma do setor judicial destina-se a melhorar esta situação.

E. Conclusão

9. No geral, a avaliação do corpo técnico é de que a posição externa de São Tomé e Príncipe em 2017 era ligeiramente mais fraca do que evidenciam os fundamentos e o cenário político desejável. Especificamente, o corpo técnico avalia o hiato da CC entre -1% e -2% do PIB. Consequentemente, o corpo técnico estima que a TCER está sobrevalorizada entre 5% e 10%. Este intervalo é obtido principalmente tendo em conta os resultados tanto do modelo de conta corrente como da abordagem de sustentabilidade externa e permitindo algum grau de incerteza. Nomeadamente, utilizando o modelo de CC e o Cenário 2 da abordagem de SE, a sobrevalorização seria de cerca de 5%; se se utilizar o modelo de CC e o Cenário 3 da abordagem de SE, seria de cerca de 7,5%.

10. Políticas fortes ajudarão a reforçar a posição externa. A paridade fixa tem sido útil para esta pequena economia ao promover a desinflação e reduzir a volatilidade cambial. Contudo, para apoiar a paridade fixa e reforçar a posição externa, será importante manter os esforços para garantir uma posição orçamental sólida e prosseguir com as reformas estruturais. As principais reformas incluem a planeada estratégia de diversificação e a reforma da empresa de eletricidade, que deverão aumentar as exportações e reduzir as importações de petróleo, respetivamente, e assim ajudar no reequilíbrio externo.

Figura 3 do anexo. São Tomé e Príncipe: indicadores de atividade empresarial
 (0=pior, 100=melhor)



Fontes: Dados do inquérito *Doing Business* do Banco Mundial e estimativas do corpo técnico do FMI.

Apêndice I. Carta de Intenções

São Tomé, 9 de julho de 2018

Sra. Christine Lagarde
Diretora-Geral
Fundo Monetário Internacional
700 19th Street N.W.
Washington, D.C. 20431
EUA

Senhora Diretora-Geral:

O governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe solicita ao Conselho de Administração do FMI que conclua a quinta avaliação do acordo no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado (ECF) e aprove o desembolso da sexta parcela do empréstimo com base na implementação parcial dos critérios de desempenho (CD) para o final de dezembro de 2017 e a execução satisfatória das medidas prévias.

Conforme documentado no anexo Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF), as condições económicas permanecem difíceis em 2017 e o desempenho do programa sofreu derrapagens no contexto de uma conjuntura externa desfavorável. O atraso no desembolso dos recursos dos nossos parceiros, e a redução desses recursos, resultaram num menor dinamismo da economia e desafiaram a nossa capacidade de cumprir totalmente os objetivos do programa e encontrar o melhor equilíbrio entre ajustamento e crescimento. Por conseguinte, solicitamos ao Conselho de Administração do FMI que aprove dispensas pelo não cumprimento das metas do programa em 2017, designadamente para o saldo primário interno e o financiamento bancário ao governo central (que deixaram de ser cumpridos por uma margem de 0,5% do PIB), bem como para as reservas internacionais líquidas e o critério de desempenho contínuo sobre a não introdução ou intensificação de restrições cambiais. De referir, também, que como símbolo do nosso compromisso para com o programa, [executamos] as medidas prévias fixadas para a quinta avaliação.

O MPEF atualiza as políticas e os objetivos do governo para 2018 e além, os quais estão ancorados por nossas estratégias de desenvolvimento tais como descritas no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2017-2021 e na Visão 2030: Agenda de Transformação. Especificamente, o MPEF descreve as políticas do governo que irão fortalecer a implementação do programa, para que possamos cumprir os objetivos do programa até ao final do atual acordo e continuar a preservar a estabilidade económica e promover o crescimento. Implementaremos medidas de política fiscal para mobilizar receitas internas (incluindo o trabalho preparatório para a introdução do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) em 2019), cobrar os impostos atrasados devidos ao governo, cumprir à risca a estratégia de regularização dos atrasados e reduzir o ónus

da dívida pública. Iremos também agilizar as reformas na empresa de serviços de utilidade pública, EMAE, para conter as perdas e reduzir os riscos fiscais associados.

O Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) também continua comprometido com a salvaguarda da estabilidade do setor financeiro e o apoio ao crescimento sustentável do crédito. Daremos ênfase à gestão proativa dos bancos em dificuldades e avançaremos na implementação de diversas reformas monetárias e planos estratégicos essenciais, tais como a estratégia de redução dos créditos malparados e o plano de implementação do desenvolvimento do setor financeiro (PIDSF).

O nosso país continua a enfrentar imensos desafios, e necessita do apoio do FMI para abordar as questões ligadas ao desenvolvimento. O governo acredita que as medidas e as políticas descritas no MPEF de julho de 2015 e subseqüentes suplementos, em conjunto com o MPEF complementar anexo, constituem uma base adequada para alcançar os nossos objetivos de política económica. Contudo, estamos prontos para tomar qualquer medida adicional que se faça necessária, inclusive em caso de insuficiência de receitas. O governo consultará o FMI sobre a adoção dessas medidas antes de efetuar quaisquer alterações nas políticas descritas neste MPEF complementar, em conformidade com as políticas do FMI relativamente a tais consultas. O governo manterá discussões atempadas com o corpo técnico do FMI sobre os termos dos financiamentos externos de grande monta, para assegurar que estes satisfazem o requisito de concessionalidade no âmbito do programa, não ameaçam a sustentabilidade da dívida e estão em linha com a política do FMI relativa aos limites de endividamento.

O governo fornecerá também ao corpo técnico do FMI toda a informação que for necessária para concluir as avaliações do programa e monitorizar o desempenho de forma atempada, conforme descrito no MTE. Durante a vigência do programa, o governo compromete-se a não introduzir ou intensificar quaisquer controlos cambiais, práticas de taxas de câmbio múltiplas ou restrições às importações para fins da balança de pagamentos, bem como a não firmar acordos bilaterais de pagamentos que sejam incompatíveis com o Artigo VIII do Convénio Constitutivo do FMI.

O governo concorda em tornar público o conteúdo da presente Carta de Intenções, juntamente com o MPEF e o MTE complementares que a acompanham, bem como o relatório do corpo técnico do FMI sobre a quinta avaliação do acordo ECF. Por conseguinte, autorizamos a publicação destes documentos na página do FMI na Internet, após a aprovação pelo seu Conselho de Administração da quinta avaliação do acordo ECF de três anos.

Atenciosamente,

/s/
Américo d'Oliveira Ramos,
Ministro das Finanças, do Comércio e da
Economia Azul

/s/
Hélio Silva Almeida,
Governador do Banco Central de
São Tomé e Príncipe

Anexos:

- /1 Memorando de Políticas Económicas e Financeiras.
- /2 Memorando Técnico de Entendimento.

ANEXO I – MEMORANDO DE POLÍTICAS ECONÓMICAS E FINANCEIRAS COMPLEMENTAR PARA 2018

INTRODUÇÃO

- 1. No dia 13 de julho de 2015, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou um acordo de três anos ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla inglesa), tendo como objetivo apoiar o programa de reforma económica de São Tomé e Príncipe para fomentar o crescimento sustentável e reduzir a pobreza.** O objetivo geral do programa é lançar as bases do crescimento acelerado e inclusivo e catalisar o apoio financeiro de parceiros bilaterais e multilaterais. Os principais elementos do programa são ações para reforçar as finanças públicas, reduzir as vulnerabilidades da balança de pagamentos e eliminar o grande volume de atrasados internos.
- 2. Este Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) complementar passa em revista os desenvolvimentos recentes e o desempenho do programa apoiado pelo acordo ECF e atualiza o memorando complementar relativo à terceira e quarta avaliações do programa, que foram aprovadas pelo Conselho de Administração do FMI em 11 de dezembro de 2017.** Avalia a evolução macroeconómica recente, a implementação do programa apoiado pelo acordo ECF, as perspetivas e riscos económicos e as políticas macroeconómicas para 2018 e anos seguintes.

EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE

- 3. A atividade económica de São Tomé e Príncipe desacelerou em 2017, na medida em que o impulso dos gastos públicos foi limitado pelos reduzidos fluxos de recursos externos.** O crescimento do PIB real abrandou para 3,9% em 2017, face a uma taxa de 4,2% em 2016. Registou-se um crescimento nos setores do comércio grossista e a retalho, havendo indicação que as receitas do turismo também cresceram. Observou-se um aumento da atividade no setor agrícola (sobretudo o cacau), no entanto foi afetado pela queda dos preços internacionais. Estima-se que a atividade de construção tenha diminuído, como evidenciado pela redução das importações de materiais de construção.
- 4. A inflação aumentou, sobretudo devido aos preços mais elevados dos produtos alimentares produzidos localmente, não obstante o abrandamento económico e a consolidação fiscal.** A pluviosidade extemporânea dificultou a pesca e afetou a produção de hortícolas, provocando uma aceleração da inflação homóloga de um mínimo de 3,5% durante maio de 2017 para 7,7% no final de 2017. Fatores pontuais, tais como a introdução de novos impostos e taxas de importação também contribuíram para esta evolução. Contudo, a inflação mensal sazonalmente ajustada demonstra uma desaceleração da inflação durante os primeiros quatro meses de 2018. A redenominação da Dobra, em janeiro de 2018, não provocou nenhum efeito de aumento artificial dos preços.

5. Em razão dos fortes ventos contrários, as metas do défice orçamental para 2017 não foram cumpridas. Novas medidas tributárias, nomeadamente um imposto mais elevado sobre a importação de bebidas alcoólicas, taxas mais elevadas sobre mercadorias importadas selecionadas e a cobrança de impostos atrasados das grandes empresas aumentaram a receita em menos de 0,1% do PIB em 2017. Impostos mais elevados sobre as bebidas alcoólicas também reduziram o consumo e promoveram a saúde da população. No entanto, a redução das importações, juntamente com problemas de fluxo de caixa e dificuldades operacionais nalgumas destas empresas, reduziu a receita dos impostos sobre as importações e a cobrança de atrasados, provocando uma quebra de aproximadamente 0,9% do PIB abaixo do inicialmente projetado. A quebra de receitas foi amplamente compensada pela subexecução orçamental das transferências e dos custos de pessoal, mas foi necessário aumentar o investimento em saúde e educação em cerca de 0,5% do PIB a mais do que se previa, em parte para fazer face ao surto do vírus de celulite necrotizante. Consequentemente, o défice primário interno (DPI) ultrapassou em 0,5% do PIB a meta do programa, de 1,8% do PIB. Da mesma forma, ficou-se aquém da meta relativa à variação do crédito bancário líquido ao governo central.

6. Dados preliminares sugerem que, na generalidade, as mesmas tendências estiveram presentes no primeiro trimestre de 2018. O aumento dos direitos de importação e os atrasos no pagamento de impostos pelas grandes empresas (e, especialmente, 0,5% do PIB em impostos de importação devidos pela ENCO até maio) continuaram a limitar as receitas fiscais. Este efeito foi atenuado pelas maiores receitas fiscais sobre a importação de petróleo, devido à subida dos preços internacionais desse produto, e pela subexecução do orçamento, tendo como consequência o não cumprimento da meta indicativa do DPI para o final de março por uma margem de 0,3% do PIB. Contudo, a meta indicativa sobre a variação do crédito bancário líquido ao governo central foi cumprida.

7. Muito embora tenha acelerado o pagamento da dívida à ENCO, o governo atrasou-se na regularização dos atrasados a outros fornecedores internos. Acumulou um pequeno montante de atrasados internos (6 milhões de novas dobras) e não foi capaz de regularizar os atrasados previstos no orçamento revisto (36 milhões de novas dobras), em parte devido à não materialização do apoio orçamental do Banco Mundial e à redução de €1 milhão no apoio orçamental da UE devido à lenta evolução da reforma da gestão das finanças públicas (GFP). Além disso, o desembolso da ajuda da UE foi utilizado em projetos de investimento necessários para cumprir as exigências associadas a este donativo. Não obstante, o total da dívida pública e com garantia do Estado caiu de 67,6% do PIB em 2016 para 56,6% do PIB em 2017, devido à valorização da taxa de câmbio euro-dólar, ao aceleração no pagamento da dívida à ENCO graças a ganhos decorrentes dos preços internos mais elevados relativamente aos preços de importação do petróleo, aos desembolsos externos baixos e ao crescimento do PIB nominal.

8. O crescimento do crédito abrandou em 2017 devido aos esforços envidados pelos bancos para reduzir o risco nas suas carteiras para recuperarem a rentabilidade. Enquanto o crédito à economia estagnou, os bancos aumentaram as respetivas participações de Bilhetes do Tesouro, reduzindo o excesso de liquidez no BCSTP e em depósitos no estrangeiro. O stock de Bilhetes do Tesouro detidos pelos bancos representa atualmente 9% dos ativos totais contra 2%

em 2016. Após terem alcançado, em média, o equilíbrio financeiro em 2016, a rentabilidade dos ativos (ROA) dos bancos foi novamente negativa (-0,7%), com dois terços dos bancos a reportarem prejuízos tal como em 2016. Como a margem financeira é estável, os bancos decidiram aumentar as receitas das comissões em 20% em 2017. Não obstante, os custos operacionais dos bancos permaneceram relativamente elevados, com um rácio de eficiência (antes de provisões para perdas com empréstimos) de 75%.

9. O crédito malparado permaneceu elevado e as provisões foram reforçadas.

O saneamento dos balanços e a recuperação de créditos – incluindo acordos extrajudiciais – melhoraram o rácio de crédito malparado para 25% (uma descida de 2%), compensando uma subida acentuada na taxa de incumprimento para 6,7% entre o crédito contraído ou reclassificado desde o final de 2016. Esta evolução na taxa de incumprimento pode ser temporária, mas temos de ser vigilantes para garantir que o crédito malparado continua numa tendência decrescente. Simultaneamente, a cobertura por provisões do crédito malparado registou uma subida para 88%, indicando uma classificação mais rigorosa do crédito malparado. O rácio de crédito malparado ainda elevado também é explicado por uma prática de saneamento morosa, não obstante as reduzidas hipóteses de recuperação das garantias devido aos estrangulamentos no sistema judicial. Para mitigar o elevado risco do crédito, o BCSTP atualizou recentemente a sua Central de Registo de Crédito (CRC) em várias áreas, disponibilizando em tempo real aos bancos um vasto leque de informações sobre os mutuários de modo a que possam tomar decisões devidamente informadas sobre o crédito que concedem.

10. Em sintonia com as mudanças nas carteiras dos bancos, os indicadores de liquidez no sistema bancário registaram uma pequena descida, muito embora a capitalização tenha registado uma subida e os agregados monetários uma ligeira contração. O rácio de liquidez (ativos líquidos/total de ativos) registou uma descida de 54 para 50%, enquanto o rácio de adequação de fundos próprios médio subiu de 28 para 33%, pois a diminuição no rácio de ativos ponderados pelo risco compensou largamente os resultados negativos que têm sobrecarregado os bancos. Um banco com escassez de capital realizou uma injeção de capital adicional de acordo com os atuais regulamentos. A massa monetária (M3) registou uma queda marginal (0,4%) em 2017, o que reflete o menor volume de ativos externos líquidos em linha com a redução dos fluxos externos.

11. No início de 2018 houve uma intervenção do BCSTP num pequeno banco, enquanto a liquidação do Banco Equador aguarda a aprovação dos procedimentos pelo tribunal.

O Banco Privado (BPSTP), o banco mais pequeno do sistema, foi sujeito a uma intervenção devido a diversos problemas de governação que provocaram um acentuado aumento do crédito malparado, resultados negativos e rácios de capital inadequados, designadamente fundos próprios abaixo do mínimo regulamentar. Após uma análise cuidadosamente de várias opções de resolução, o banco central anunciou em meados de junho a sua decisão de fechar o banco e transferir a sua carteira para outras instituições financeiras. No que diz respeito ao Banco Equador, o processo de liquidação conhecerá maiores desenvolvimentos assim que o tribunal aprovar os respetivos procedimentos.

12. Registou-se um agravamento da conta corrente em 2017 após uma melhoria em 2016, sobretudo devido à contração dos donativos e ao aumento dos preços do petróleo e das importações para bens de investimento. As importações de bens e serviços não fatoriais aumentaram quase 3% em 2017, após terem sido, de uma forma geral, constantes em 2016. Registou-se uma subida das importações de bens de investimento em 18%. O aumento do volume e dos preços internacionais do petróleo provocou uma expansão de 27% no valor das importações deste produto. Estes fatores compensaram amplamente o crescimento das exportações de bens e serviços não fatoriais em 9,6% dada a sua reduzida base de partida. Estima-se que as receitas turísticas tenham registado uma subida de 8,8%, enquanto que o aumento da produção de cacau compensou a quebra dos preços internacionais. A redução das entradas de fluxos externos e a retoma nas importações provocaram um declínio de 4,6 milhões de USD das reservas internacionais brutas a valores de mercado, para 51 milhões de USD (4,2 meses de importações).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

13. O desempenho do programa até ao final de 2017 foi variável (Tabela 1). Três dos cinco critérios de desempenho (CD) não foram cumpridos. O CD sobre o défice primário interno e o CD sobre o financiamento bancário líquido do governo central (CLG) não foram cumpridos por uma margem de 0,5% do PIB. O CD sobre as RIL não foi cumprido em larga medida devido à diminuição dos apoios externos, que foi apenas parcialmente acomodada pelo uso de fatores de ajustamento do programa. Dois outros CD, sobre atrasados de pagamentos externos e empréstimos em condições não concessionais, foram cumpridos. O CD contínuo que proíbe a introdução ou intensificação de restrições cambiais não foi cumprido, ainda que inadvertidamente. As metas indicativas (MI) orçamentais para a receita fiscal e novos atrasados internos não foram cumpridas, marginalmente no caso da segunda. A meta para a despesa pró-pobre foi cumprida.

14. A agenda de reformas estruturais para o final de 2017 avançou de acordo com o planeado (Tabela 2). O projeto de lei das Parcerias Público-Privadas (PPP) foi submetido à Assembleia Nacional em outubro de 2017 e aprovado em março de 2018, e foram implementadas medidas imediatas que visam a contenção das perdas financeiras da EMAE, sobretudo através de uma melhor cobrança.

15. Registaram-se ainda progressos na preparação das metas estruturais do final de junho de 2018 (Tabela 4). A lei do IVA, redigida com o apoio do FMI, foi submetida à Assembleia Nacional em 24 de maio, cumprindo uma meta estrutural do final de junho. Em janeiro de 2018 foi lançada a Estratégia de Desenvolvimento do Turismo, com o apoio do Banco Mundial. À luz do papel crucial do turismo na diversificação das exportações do país, este documento constitui o ponto fulcral da estratégia planeada de diversificação das exportações. Por outro lado, novos atrasos na adoção do plano de gestão financeira e do plano de produção energética a custos reduzidos para a EMAE, bem como no início da avaliação da qualidade dos ativos (AQA), deveram-se às etapas necessárias inerentes ao processo de aquisição destes serviços. Pretendemos propor a reformulação da meta associada à AQA de modo a prever a

entrega de um relatório inicial elaborado pelo consultor externo em vez da conclusão da avaliação, e que ambas as metas estruturais sejam reprogramadas para o final de setembro de 2018.

16. Adicionalmente, implementámos outras reformas estruturais. Como preparativo para a implementação do IVA, foi promulgada uma lei exigindo a emissão de faturas fiscais pelas empresas. Com o apoio do Banco Mundial foi submetido à Assembleia Nacional um projeto de lei sobre microcrédito para colmatar a lacuna legal e regulatória no âmbito da prestação de microcrédito e foi submetido um novo projeto de lei para os Sistemas de Pagamentos no âmbito da regulamentação dos serviços de pagamento modernos, nomeadamente agente bancário, dinheiro móvel e pagamentos eletrónicos.

PERSPETIVAS E RISCOS PARA A ECONOMIA

17. Espera-se que o crescimento económico permaneça estável em 2018 e acelere gradualmente no médio prazo. Espera-se que o crescimento do PIB real se mantenha em torno dos 4% em 2018, registando uma média de cerca de 5% no médio prazo, apoiado por projetos nos setores da construção, da agricultura e do turismo financiados com recursos externos. Os principais projetos de infraestruturas incluem um projeto financiados por donativos para a ampliação do aeroporto e a reabilitação de estradas, esta última parcialmente iniciada em 2018. Esses projetos não apenas darão um impulso às atividades de construção, mas também lançarão as bases para o crescimento do turismo e do agroprocessamento. O crescimento mais célere, acompanhado pelas reformas estruturais apropriadas, apoiará os planos para a criação de emprego e a redução da pobreza. Espera-se que a inflação anual recue apenas para 6% em 2018, uma vez que a previsão de subida dos preços do petróleo pode abrandar a sua desaceleração. No médio prazo, a inflação deve manter-se abaixo dos 5%.

18. A economia enfrenta igualmente riscos de deterioração. As próximas eleições legislativas de outubro de 2018 podem perturbar a implementação das políticas, dado que as pressões para uma despesa excessiva aumentam no período que antecede as eleições; é possível também que haja uma pausa nos investimentos caso os investidores decidam "esperar para ver". Para além disso, existem outras incertezas relativas ao financiamento externo e aos constrangimentos nas infraestruturas e nos serviços que podem limitar os investimentos necessários e o crescimento do turismo. A limitada capacidade de implementação também dificulta a execução de reformas estruturais e o financiamento externo associado. O volume elevado de crédito malparado pode estagnar o crédito ao setor privado e prejudicar o crescimento económico. No lado positivo, o crescente interesse das empresas de prospeção de petróleo na aquisição de direitos de exploração do país provavelmente aumentará as entradas externas através dos bónus de assinatura, atividades de exploração e projetos sociais como parte integrante dos contratos.

OBJETIVOS DE POLÍTICA PARA 2018

As principais prioridades para 2018 serão a consolidação da estabilidade macroeconómica, o fortalecimento do setor financeiro, os avanços nas reformas monetárias e a eliminação dos estrangulamentos estruturais a um crescimento maior, sustentado e inclusivo.

A. Política orçamental

19. O governo reduziu o défice em 2017 e está empenhado em cumprir as suas metas orçamentais em 2018. Conforme acima referido, o aumento dos impostos e das taxas sobre determinados produtos que entrou em vigor em julho de 2017 reduziu substancialmente o volume da importação destes produtos. O governo reconhece que estes efeitos também afetarão as receitas em cerca de 1,4% do PIB este ano em relação ao orçamento inicial. Para evitar uma sobrecarga injusta para as famílias, o governo também desistiu da sua decisão inicial de suspender a lei fiscal relativa às deduções do IRS, reduzindo assim a receita em mais 0,2% do PIB. Os dados preliminares das finanças públicas relativos ao primeiro trimestre de 2018 confirmam, em linhas gerais, essa avaliação. Além disso, o desempenho foi também afetado pelos atrasos no pagamento de imposto por parte das grandes empresas.

20. O governo tomará medidas enérgicas para a cobrança dos impostos devidos pelos grandes contribuintes. Em especial, como medida prévia, irá cobrar os impostos em atraso acumulados em 2018, totalizando mais de 60 milhões de novas dobras, junto à ENAPORT, BCSTP, INAC e ENCO, entre outros. Para facilitar esta avaliação constante, instituiremos um sistema para monitorizar atentamente a cobrança de impostos dos grandes contribuintes, e transmitiremos ao corpo técnico do FMI, duas semanas após o final de cada mês, os quadros de controlo dos pagamentos de impostos dos dez maiores contribuintes em comparação às suas obrigações fiscais projetadas no período de junho a outubro de 2018 (*novo indicador estrutural proposto para o final de novembro de 2018*); estamos também preparados para iniciar prontamente procedimentos legais e administrativos, incluindo as penalidades devidas, em caso de incumprimento dos contribuintes.

21. O governo identificou também medidas do lado da receita para compensar as receitas fiscais aquém do projetado (Tabela abaixo). Os contribuintes devem mais de 300 milhões de novas dobras em atrasados fiscais ao Estado. Como um primeiro passo, o Estado irá se concentrar em empresas com um grande volume de atrasados fiscais, como a Rosema (uma cervejeira) e a ENASA (a autoridade aeroportuária). A Rosema deve ao Estado 42 milhões de novas dobras, sobretudo em impostos sobre o consumo e IRS que a empresa cobrou em nome do Estado; a ENASA deve 62 milhões de novas dobras, sobretudo em dívidas anteriores a 2014. Estes atrasados fiscais não só privaram o Estado de receitas cruciais para os programas sociais (tais como educação e saúde), mas também prejudicaram a credibilidade do nosso sistema fiscal. Por estes motivos, o governo iniciou processos judiciais e fiscais para a cobrança dos atrasados fiscais da Rosema, acrescidos das penalizações cabíveis, o que já resultou na arrecadação de 12 milhões de novas dobras. Como medida prévia para a conclusão da quinta avaliação (Tabela 4), o governo irá cobrar outros 29 milhões de novas dobras em atrasados

fiscais da Rosema e 9 milhões de novas dobras de outros grandes contribuintes. O governo já chegou a um acordo com outros grandes contribuintes, incluindo a ENAPORT e a ENASA, para a cobrança de impostos em atraso e, se necessário, tomará prontamente medidas legais para assegurar o cumprimento desses acordos. Ao mesmo tempo, o governo também ajudará a ENASA a recuperar os atrasados dos clientes dos serviços aeroportuários e das taxas aeroportuárias no montante aproximado de 38 milhões de novas dobras, inclusive de uma empresa pública do Gana e de várias companhias aéreas. Em contrapartida, a ENASA irá acelerar a regularização dos atrasados de acordo com o montante recuperado, que se prevê que seja no mínimo 10 milhões de novas dobras. O governo desenvolverá planos semelhantes para cobrar os atrasados fiscais de outros grandes contribuintes. O governo está empenhado em manter o plano de cobrança de atrasados no bom caminho, que é essencial para concluir a avaliação do programa, catalisar o financiamento de projetos e realizar os programas de reformas apoiados pelos outros parceiros de desenvolvimento.

22. As medidas do lado da receita serão complementadas com a contenção das despesas. Os cortes nas transferências e custos com o pessoal introduzidos em 2017 serão mantidos e serão aplicados limites rigorosos no consumo de eletricidade e de água, com a ajuda da EMAE, assim como de consumo de combustível pelas entidades públicas, enquanto que os projetos de investimento financiadas com recursos internos serão reduzidos à luz do aumento esperado dos projetos financiadas com recursos externos. Para além disso, perante a incerteza das receitas, o governo limitará as despesas em função dos recursos disponíveis e cumprirá a meta do DPI.

Impacto das Novas Medidas Orçamentais (milhões de novas dobras)	
Ganhos na receita total	43
Cobrança de atrasados fiscais	43
Total de cortes na despesa interna	130
<i>D/q:</i> Cortes nas transferências e custos com o pessoal	79
Poupanças em bens e serviços	36
Cortes no capex	15
Poupanças totais	173

23. A consolidação orçamental continuará em 2018 e a médio prazo. Consistente com a lei do orçamento, o Ministro das Finanças emitiu uma resolução para limitar as despesas orçamentais em linha com o programa, atendendo a outra medida prévia para a quinta avaliação. Especificamente:

- A meta do DPI é fixada em 1,3% do PIB para o final de setembro e final de dezembro. Tal pressupõe um apoio orçamental, em 2018, no montante de 6 milhões de USD do Banco Mundial e 3 milhões de euros da UE e sem receitas de privatização. Conforme previamente

programado, a massa salarial pública nominal registrará um crescimento inferior ao crescimento do PIB. Os salários permanecerão basicamente inalterados para libertar recursos para novas contratações em setores prioritários tais como a educação, a saúde e a segurança, no valor de cerca de 0,2% do PIB. Ao mesmo tempo procurar-se-á obter poupanças através da racionalização e de uma maior eficiência nestes setores.

- O governo também está empenhado em recuperar os atrasos no pagamento de atrasados internos aos fornecedores de modo a colocar o plano de regularização dos atrasados no bom caminho até 2020. Para este fim, será utilizada uma parte dos donativos para apoio orçamental e empréstimos internos (65 milhões de novas dobras). Para além disso, será introduzida em 2019 uma sobretaxa sobre o preço dos produtos petrolíferos para pagar a dívida à ENCO inclusive quando o diferencial entre os preços internos correntes e os preços de importação desaparecer. A sobretaxa será fixada de modo a arrecadar aproximadamente 2,7 a 3 milhões de USD por ano. O governo também irá priorizar a regularização dos atrasados, caso se materializem recursos adicionais, nomeadamente receitas fiscais, donativos para apoio orçamental, atrasos nos investimentos planeados com apoio orçamental ou receitas de privatização. Além disso, o Tesouro começou a preparar projeções mensais de liquidez para orientar a gestão de liquidez e a emissão de BTs.

Contas a pagar/contas a receber 2016-18, Stocks			
	2016	2017	2018
	Efetivo	Efetivo	Plano
Tesouro à EMAE (M STD)	55,1	54,2	0,0
Tesouro à CST (M STD)	98,6	119,6	107,5
Tesouro a outros fornecedores (M STD)	288,9	276,5	263,5
Tesouro à ENCO (M USD)	43,9	38,5	35,5
EMAE à ENCO (M USD)	60,4	77,0	...

24. A redução dos riscos fiscais provocados pelas empresas públicas, sobretudo pela empresa de serviços públicos, EMAE, continua a ser uma grande prioridade na agenda do governo. Os atrasados da EMAE à ENCO registaram um aumento de 16,6 milhões de USD (4,25% do PIB) em 2017, tendo atingido um *stock* de 77 milhões de USD, tal como no ano anterior, não obstante as medidas imediatas tomadas. Para conter os custos, não haverá contratação de novo pessoal para substituir o pessoal que entrar na reforma; será cortada a água e a eletricidade aos clientes que não paguem as contas três vezes consecutivas; estão a ser definidos planos para o pagamento dos atrasados dos grandes devedores; foi lançada uma campanha de comunicação para alterar a cultura de não pagamento das contas de água e de eletricidade; e os serviços prestados aos clientes foram melhorados, nomeadamente o período de espera para a instalação é menor, assim como é mais fácil o pagamento das contas. Ao mesmo tempo, estão a ser desenvolvidos projetos para melhorar a eficiência a médio prazo,

nomeadamente o Plano de Melhoria da Gestão Financeira (PMGF) e o Plano de Desenvolvimento do Menor Custo (PDMC), apoiado pelos parceiros de desenvolvimento. Outras etapas importantes incluem a pré-auditoria de todas as empresas públicas realizada por uma empresa internacional sob os auspícios do Banco Mundial e os preparativos para a reabilitação da rede elétrica e a instalação em grande escala de contadores.

25. Os trabalhos em curso para a introdução do IVA em 2019 serão acelerados. Dar-se-á ênfase à finalização da lei do IVA e à respetiva aprovação pela Assembleia Nacional, e; (i) a contratação e formação de 25 novos empregados; (ii) a redação de regulamentos para a implementação do IVA, nomeadamente a harmonização de outras leis com a nova lei do IVA; (iii) disponibilização de instalações adequadas, inclusive de mobiliário e computadores para todo o pessoal até junho de 2018; (iv) adoção de uma estrutura organizacional clara juntamente com as linhas funcionais e/ou escalões de contribuintes para a administração fiscal até junho de 2018; (v) adoção de um sistema informático moderno com funcionalidades chave, tal como a notificação automática dos contribuintes em falta, extração de dados estatísticos, apoio de supervisão até julho de 2018; e (vi) implementação de uma área de atendimento aos clientes e educação contínua dos contribuintes. Para melhorar a mobilização de receitas internas a médio prazo e em sintonia com as recomendações da assistência técnica do FMI para a Direção dos Impostos, o governo implementará uma inspeção mais sistemática aos grandes contribuintes e uma cobertura de supervisão mais alargada dos contribuintes através de um processo de seleção informático e de uma melhor gestão do risco.

26. O governo continuará a consolidar a gestão das finanças públicas. Com o apoio do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), o governo continua a melhorar o Sistema Eletrónico da Administração Financeira do Estado (SAFE-e) e alargou o acesso à Inspeção Geral de Finanças e ao Tribunal de Contas. Neste âmbito, já enviou as contas gerais do Estado de 2015 e irá acelerar o envio das contas gerais do Estado de 2016 ao Tribunal de Contas até julho de 2018. Para garantir o bom uso dos recursos, o governo avançará também para um quadro centralizado de monitorização e avaliação de projetos, o que será realizado através da priorização de projetos de capital e da adoção do quadro de avaliação da gestão do investimento público e de quadros orçamentais e de despesa de médio prazo. A este respeito será necessária AT adicional. O governo implementará as recomendações de uma missão recente de AT do FMI sobre gestão das finanças públicas, incluindo o reforço da previsão das receitas e a garantia da coerência da programação financeira e do quadro macroeconómico na preparação e gestão do orçamento e a limitação da acumulação de atrasados.

27. Para além do IVA referido anteriormente, as reformas estruturais serão aceleradas para consolidar a posição orçamental. O governo permanece empenhado em aplicar eficazmente o mecanismo automático de ajuste de preços dos combustíveis, à medida que o preço do petróleo sobe. O governo tomou medidas no sentido de controlar as despesas e reduzir os atrasados. Mais especificamente, a EMAE recebeu instruções para controlar as despesas de água e eletricidade não orçamentadas no seguimento das recomendações de um grupo de trabalho que avaliou os limites apropriados para diferentes unidades do governo.

B. Política do setor financeiro

28. O BCSTP continuará a reduzir as vulnerabilidades do setor bancário através da monitorização frequente e da supervisão reforçada. Em linha com a estratégia de redução do crédito malparado, o BCSTP visa dar resposta ao elevado nível de crédito malparado incentivando uma concertação de esforços para intensificar as recuperações de crédito e o saneamento dos balanços dos bancos, através da aplicação das normas das garantias bancárias e de uma rigorosa supervisão da gestão do risco do crédito e das políticas de crédito dos bancos. Com o objetivo de salvaguardar os interesses dos depositantes e minimizar o custo orçamental, o BCSTP continuará a monitorizar a resolução do Banco Equador e levar por diante a transferência da carteira do BPSTP para bancos comerciais viáveis.

29. Os planos estão avançados, embora com atraso, para a realização de uma avaliação da qualidade dos ativos (AQA) do sistema bancário com o apoio do Banco Mundial (indicador estrutural para o final de junho de 2018). O consultor externo deve assinar o contrato em julho de 2018, após um longo processo de adjudicação e negociação do contrato, e tem de elaborar um relatório inicial até ao final de setembro de 2018 (*indicador estrutural revisto*) e um projeto de relatório até ao final de outubro de 2018. O BCSTP já comunicou os planos e as expectativas aos bancos e reviu todos os ficheiros de crédito, a fim de garantir que toda a documentação está em ordem para facilitar o trabalho do consultor. O BCSTP pretende aproveitar as conclusões da AQA – prevê-se que o relatório completo esteja pronto até meados de 2019 – para atualizar o sistema de classificação de empréstimos e definir regulamentos prudenciais mais alargados, com o apoio do Centro Regional de Assistência Técnica para a África Central (AFC).

30. Registou-se um atraso na implementação de algumas das recomendações da última avaliação das salvaguardas. Para assegurar coerência, a revisão da lei orgânica do Banco Central foi suspensa depois de trabalhos realizados em 2016, enquanto a lei das instituições financeiras está sendo revista de forma a alinhá-la com as alterações propostas à lei orgânica nas áreas de supervisão e resolução. O governo espera que as duas leis sejam aprovadas até ao final de 2018. Os regulamentos do Conselho de Auditoria do BCSTP foram revistos em linha com as recomendações do Departamento de Finanças do FMI e aprovados em março de 2017. Contudo, os constrangimentos em termos de recursos humanos e físicos dificultaram a afetação de pessoal à função de Direção de Auditoria Interna. A construção de uma nova sede do Banco Central, prevista para o final de 2018, permitirá o eventual recrutamento de mais pessoal. Uma empresa internacional de auditoria (BDO) já realizou uma auditoria *in situ* ao BCSTP e já enviou o relatório preliminar. O BCSTP celebrou um acordo de cooperação com o Banco Central do Brasil, em novembro de 2017, para apoiar a implementação das normas IFRS durante um período de três anos. Os bancos farão provisões de acordo com os respetivos cálculos das perdas previstas, que podem ser superiores às exigidas pelo BCSTP de acordo com a sua tabela de provisões. Contudo, a CRC irá ajudar a validar se as percentagens estão em linha com o historial de incumprimento. Em abril de 2018, uma equipa do Brasil visitou São Tomé no âmbito de uma missão exploratória para começar a trabalhar nos diferentes módulos de implementação das

IFRS. Uma missão de assistência técnica do Banco Central do Brasil em maio apoiou a modernização da CRC, em complementaridade com o Banco Mundial.

31. O BCSTP está igualmente a trabalhar noutras iniciativas de reforma do setor financeiro a médio prazo, como o desenvolvimento de um registo de garantias (com o apoio do Banco Mundial e em linha com o nosso Plano de Implementação para o Desenvolvimento do Setor Financeiro (PIDSF) e um repositório de balanços das empresas (ao abrigo de um acordo de cooperação com o Banco de Portugal e com apoio financeiro do Banco Mundial). Está ainda em curso uma melhoria da infraestrutura dos sistemas de pagamentos com o apoio do Banco Mundial e do BAfD. O BCSTP beneficiou da assistência técnica do AFC em maio de 2018 para modernizar o regulamento prudencial sobre os controlos internos (NAP 11/2007) e alinhá-la à norma emitida recentemente sobre governo societário (NAP 17/2017).

C. Política monetária

32. O governo implementará um conjunto de medidas para reforçar as reservas. A prossecução da consolidação orçamental ajudará a controlar a inflação e a reforçar as reservas. Numa conjuntura em que a transmissão das políticas depende de diversos fatores estruturais do sistema financeiro nacional (entre eles o elevado índice de risco de crédito e os constrangimentos na recuperação de garantias), o Banco Central irá continuar a monitorizar a evolução da inflação e a desenvolver as ferramentas de política monetária disponíveis para apoiar a acumulação de reservas. Além disso, o Ministério das Finanças irá exigir ao Tesouro que, na qualidade de coordenador de projeto, trabalhe com os vários ministérios, departamentos e agências externas para melhorar a taxa de implementação dos projetos com financiamento externo a fim de evitar atrasos nos desembolsos. O Tesouro publicará relatórios trimestrais sobre os progressos na execução dos projetos com financiamento externo e revisará os desembolsos externos projetados, em articulação com o Banco Central, relativamente aos donativos e empréstimos para projetos e para apoio ao orçamento. Outras iniciativas a médio prazo irão gerar e poupar reservas, nomeadamente os planos em curso para diversificar a economia (assentes no turismo, agricultura e pescas) e os esforços para reduzir a dependência das importações petrolíferas mediante a reforma do setor da eletricidade. A venda futura dos direitos de exploração na ZEE também irá gerar divisas para o país, complementado pela realização de programas sociais, embora os bónus de assinatura associados não sejam considerados para o cálculo da meta de reservas do programa. A recente venda de dois blocos de exploração acrescentará 10 milhões de USD de bónus de assinatura à Conta Nacional de Petróleo.

33. O governo está a envidar esforços para desenvolver instrumentos monetários. As alterações recentes aos regulamentos (16/2017) possibilitam ao governo emitir bilhetes do Tesouro com maturidades que ultrapassam o fim do exercício. Com base nesta alteração legislativa, o governo emitiu com êxito novos bilhetes do Tesouro na segunda metade de 2017, de forma a gerir o não desembolso dos fundos do Banco Mundial, assim como a quebra e o atraso na assistência da UE. Também estão em curso planos para desenvolver o mercado de títulos de modo a permitir instrumentos de mais longo prazo – para os quais já foi elaborada legislação – e um mercado secundário.

34. Os juros no mercado da dívida interna mantêm-se elevados, o que sustenta o esforço do governo para emitir títulos no âmbito da sua estratégia de gestão de tesouraria. Registou-se uma procura em média 60% superior à oferta em cada uma das três emissões de Bilhetes de Tesouro em 2017. Contudo, os bancos comerciais continuam a apresentar propostas apenas pelo teto da taxa variável, por isso as afetações são feitas *pro rata*.

35. O BCSTP, em coordenação com o Tesouro, fez alguns progressos na previsão de liquidez. Para além disso, graças à melhor coordenação e partilha de informação com os agentes económicos – nomeadamente, bancos comerciais, o Tesouro e as direções do banco central –, as previsões de liquidez são mais fiáveis. A Direção de Mercados do BCSTP recebe agora informações mais atempadas e de melhor qualidade. No passado, o principal problema com a gestão de liquidez resultava da assimetria de informação e os atrasos na declaração de dados. As declarações são hoje mais fiáveis, o que ajuda a minimizar os erros de previsão que ainda ocorrem, em parte devido a operações pontuais inesperadas.

36. O BCSTP procedeu com êxito à redenominação da moeda nacional a partir de 1 de janeiro de 2018. O BCSTP manteve a paridade e cortou três zeros da Dobra e emitiu novas notas e moedas para circulação. As novas notas têm características de segurança inovadoras para coibir a contrafação, e a taxa de câmbio após a redenominação será de 24,50 novas dobras por 1 euro. Graças sobretudo a uma ampla campanha de sensibilização, mobilizando todos os setores, o público em geral acolheu positivamente o plano de reforma monetária, e não se materializou o risco de um impacto negativo sobre a inflação, uma vez que a inflação registada após a redenominação é compatível com as taxas homólogas.

D. Políticas do setor externo

Restrições cambiais

37. Dada a sua posição como um pequeno Estado insular e uma economia frágil, São Tomé e Príncipe enfrenta enormes flutuações na entrada de recursos externos, com períodos frequentes de escassez de divisas que intensificaram nos últimos anos devido ao atraso no apoio financeiro externo e ao impacto da descida dos preços do petróleo sobre os países vizinhos. Com uma população de menos de 200 mil habitantes e uma economia assente sobretudo na agricultura de subsistência e nas pescas, o país é fortemente dependente das importações para suprir as suas necessidades básicas, o que demanda um volume elevado de divisas. As fontes de moeda estrangeira para suprir essas necessidades – transferências oficiais e receitas do turismo – são limitadas e voláteis. Por exemplo, as transferências oficiais líquidas diminuíram de 13,7% do PIB em 2016 para 10,6% do PIB em 2017. A descida dos preços do petróleo desde 2014 pressionou as economias e os mercados cambiais dos países vizinhos exportadores de petróleo. Por causa disso, os residentes desses países passaram a obter divisas em São Tomé e Príncipe, inclusive através de contratos de comércio exterior que não resultaram em importações efetivas de bens para o país. Verificou-se uma intensificação dessas transações desde 2016. Dada essa situação de volatilidade e escassez de divisas, as reservas internacionais estão a ser geridas com todo o cuidado.

38. Nesse contexto, em 1 de março de 2017 foi introduzido um regulamento cambial (NAP 05/2017) para garantir que as operações de importação idóneas beneficiem da cobertura cambial do banco central e, ao mesmo tempo, evitar pressões sobre as reservas internacionais. O novo regulamento intensifica uma restrição cambial já existente ao limitar ainda mais a cobertura cambial do BCSTP aos pagamentos de bens importados que já foram entregues e excluir de tal cobertura os pagamentos relativos a importações de serviços, operações invisíveis, pagamentos antecipados de bens e pagamentos de importação de bens com base em faturas com datas posteriores a seis meses da data do pedido de cobertura. A norma deixa claro também que não será concedido acesso à cobertura cambial do BCSTP para fins de transações correntes internacionais das próprias instituições bancárias. Embora tais medidas sejam necessárias para colmatar necessidades da balança de pagamentos, elas também resultaram em atrasados de pagamentos externos sobre transações internacionais correntes.

39. As autoridades estão empenhadas em eliminar futuramente as medidas cambiais que limitam a disponibilidade de divisas para pagamentos e transferências internacionais correntes, e já estão a tomar medidas para melhorar a situação da balança de pagamentos em apoio a essa eliminação futura. De referir, em especial, que as autoridades estão a: (i) implementar reformas estruturais para promover o crescimento liderado pelo setor privado, com ênfase no turismo e nos agronegócios, para estimular as exportações; (ii) reduzir as importações de energia através da revitalização do setor energético, com o apoio do Banco Mundial e do Banco Europeu de Investimento, e (iii) prosseguir na consolidação orçamental para suprir a procura interna. Espera-se que tais medidas melhorem a posição da balança de pagamentos no médio prazo; com o tempo, esse fortalecimento da balança de pagamentos possibilitará o abrandamento das restrições cambiais.

Dívida externa

40. Tendo em vista as negociações prolongadas para o reescalonamento dos atrasados de pagamentos externos, o país é classificado como em situação de sobre-endividamento, não obstante uma melhorias nas perspetivas segundo a Análise de Sustentabilidade da Dívida (ASD). No cenário de base, os rácios do valor atual da dívida pública e com garantia pública face ao PIB já não ultrapassam os seus limiares, em comparação a ASD anteriores, e os rácios face às exportações e receitas ainda ultrapassam os seus limiares no início do período de projeção, mas com o tempo descem abaixo dos limiares, graças a políticas prudentes. O governo prosseguirá com o seu programa de consolidação orçamental e estará empenhado na diversificação da economia e na expansão da base de exportações. Além disso, o governo limitará os empréstimos em condições concessionais a cerca de 4% do PIB no médio prazo e evitará os empréstimos não concessionais para ajudar a reduzir o risco elevado de sobre-endividamento, de modo a garantir a sustentabilidade da dívida.

41. Não obstante o governo ter envidado os seus melhores esforços, ainda estão por resolver os atrasados para com os credores externos. O governo procurou ativamente celebrar acordos de reescalonamento da dívida com Angola, o Brasil e a Guiné Equatorial, através de cartas e reuniões de alto nível. Foi alcançado um acordo de reestruturação da dívida com o governo do Brasil, pendente de ratificação pelo senado brasileiro. O governo aguarda ainda as respostas dos outros dois países sobre a negociação do reescalonamento da dívida, assim como da Nigéria para discutir o empréstimo em litígio.

42. O governo está a implementar medidas para reforçar a gestão da dívida, melhorar a gestão da atual carteira de empréstimos e gerir a contratação de novos empréstimos. Está em curso por parte do governo a implementação de algumas das principais recomendações da Avaliação do Desempenho de Gestão da Dívida (DeMPA), que foi concluída com o apoio do Banco Mundial em novembro de 2016. Mais especificamente, já foi elaborada uma estratégia de gestão da dívida a médio prazo que atualmente está a ser discutida pelo governo. Com o apoio do Banco Mundial, está a ser desenvolvida uma base de dados sobre a dívida, que é fundamental para melhorar as projeções do serviço da dívida, realizar análises de risco e comunicar informações mais detalhadas sobre o stock da dívida. Em 2018, está previsto o início da formação de técnicos sobre a gestão da dívida, incluindo emissões de Bilhetes do Tesouro, com o apoio do Banco Mundial e do BAD. O governo irá elaborar e publicar um calendário anual das emissões de Bilhetes do Tesouro, com as previsões de fluxo de caixa e os planos de empréstimos.

Plano de Empréstimos 2018-2020 (Milhões de USD)		
Nova dívida pública contraída ou garantida	2018	
	Volume 1/	Valor atual 1/
Fontes de financiamento da dívida	17,9	11,6
Dívida concessional da qual 2/	17,9	11,6
Dívida não concessional da qual 2/	0,0	0,0
Dívida semi-concessional 3/	0,0	0,0
Termos comerciais 4/	0,0	0,0
Utilizações do financiamento da dívida	17,9	11,6
<i>Por memória</i>		
Projeções indicativas		
2019	19,9	12,9
2020	21,8	14,2
<p>1/ Contratação e garantia de nova dívida. O valor atual da dívida é calculado com base nos termos dos empréstimos individuais e aplicando uma taxa de desconto do programa de 5%.</p> <p>2/ Dívida com um elemento de donativo que excede um limiar mínimo de 35%.</p> <p>3/ Dívida com um elemento de donativo positivo inferior ao elemento de donativo mínimo.</p> <p>4/ Dívida com um elemento de donativo positivo. Para as dívidas comerciais, o valor atual será definido como o valor nominal.</p>		

43. O governo obteve um donativo da China para complementar o empréstimo do Kuwait para o financiamento do Hospital Dr. Ayres Menezes. O pacote de financiamento terá uma componente de donativo bem acima do limiar de 35% requerido ao abrigo do programa, embora o próprio empréstimo do Kuwait tenha uma componente de donativo de 34%. Ao melhorar os serviços de saúde, este projeto trará enormes benefícios para o povo são-tomense.

E. Implementação de outras reformas estruturais

Planeamento do desenvolvimento

44. São Tomé e Príncipe registou progressos consideráveis em matéria de promoção do crescimento inclusivo e combate às alterações climáticas. Contudo, subsistem ainda importantes desafios. O governo aprovou o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para 2017–2021, cujas prioridades de desenvolvimento incluem, entre outras, ensino de qualidade e um sistema judicial acessível para todos. Em matéria de igualdade de género, o sistema jurídico prevê direitos iguais para homens e mulheres. Contudo, na prática, há espaço para melhorias em algumas normas sociais e indicadores. Por exemplo, o rendimento nacional bruto per capita para as mulheres foi menos da metade do que o dos homens em 2015. Relativamente às questões ambientais, o governo (em especial o Ministério da Agricultura) tem vindo a trabalhar com organizações não governamentais para implementar um plano nacional de saneamento e promover a biodiversidade sustentável (esta última com um enfoque especial no Príncipe). Os desafios residem, entre outros, na capacidade limitada dos ministérios setoriais; na fraca organização das associações e cooperativas; e na falta de sensibilização dos habitantes locais para as questões ambientais.

Ambiente de negócios

45. O governo está empenhado em criar um ambiente conducente ao desenvolvimento do setor privado. Para o efeito, a nossa agenda de reformas estruturais dá prioridade à diversificação e à competitividade dos custos das exportações para apoiar o crescimento e a estabilidade externa. O governo adotou uma estratégia de desenvolvimento do turismo como um elemento fulcral da estratégia de diversificação das exportações (*meta estrutural para o final de junho de 2018*). Além disso, o governo irá prosseguir estratégias para abordar a falta de fiabilidade do fornecimento de eletricidade e os elevados custos da produção energética, nomeadamente através da sua substituição por fontes de energia mais baratas. Conforme referido anteriormente, o governo dará continuidade aos planos de reestruturação da empresa de água e eletricidade do Estado (EMAE), de eliminação dos subsídios cruzados e da aplicação de tarifas de eletricidade que assegurem a recuperação total dos custos. O governo está também empenhado em rever o Código de Investimento (12/2016) e o regulamento sobre cobertura cambial (NAP 05/2017) para, com o tempo, remover as restrições cambiais e taxas de câmbio múltiplas que ainda restam, em simultâneo à abordagem das necessidades da balança de pagamentos através da implementação de políticas no âmbito do programa.

Desenvolvimento das capacidades

46. O desenvolvimento das capacidades ainda é fundamental, e será necessário o apoio contínuo do FMI. As áreas prioritárias de desenvolvimento de capacidades incluem a mobilização de receitas internas, a gestão das finanças públicas, a gestão do investimento público, a gestão da dívida pública e a regulamentação e supervisão do setor financeiro. Contudo, a capacidade interna limitada retardou a implementação das recomendações da AT e atrasou os desembolsos externos ligados a projetos, sendo necessário aumentar o apoio prático dos nossos parceiros. O governo continuará a trabalhar com o FMI e com outros parceiros de desenvolvimento no sentido de alcançar as suas metas de desenvolvimento de capacidades. O governo acolherá com um agrado particular o apoio de acompanhamento prático da implementação das recomendações da AT com vista a melhorar o respetivo impacto.

F. Estatísticas

47. Prosseguirão os esforços para corrigir as deficiências em matéria de dados relativos às estatísticas económicas. Tendo recebido assistência técnica do FMI para melhorar o registo das estatísticas da balança de pagamentos e estender a cobertura da posição de investimento internacional, o BCSTP está a trabalhar na implementação das ações que lhe foram recomendadas, de forma a assegurar uma melhor qualidade e maior cobertura dos dados. Após o rebaseamento das contas nacionais para 2008 e um novo IPC, utilizando um novo cabaz alargado de bens e serviços e o ano-base de 2014, bem como a reponderação dos sub-índices, o Instituto Nacional de Estatística (INE) está a trabalhar na publicação das séries analíticas anteriores. Espera também melhorar as estatísticas do setor real com o desenvolvimento de dados sobre os componentes do PIB do lado da procura e do PIB trimestral, incluindo indicadores avançados de atividade económica.

MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA

48. Os critérios de desempenho (CD), as metas indicativas (MI), as medidas prévias e os indicadores estruturais para o final de junho de 2018 são apresentados nas Tabelas 3 e 4. As definições dos critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas encontram-se no MTE anexo, que também define o alcance e a frequência dos dados que deverão ser transmitidos para fins de monitorização do programa. Espera-se que a sexta avaliação seja concluída em ou após 15 de outubro de 2018.

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Critérios de Desempenho e Metas Indicativas para 2017, Preliminares
(Milhões de novas Dobras, cumulativo desde o princípio do ano, salvo indicação em contrário)

	2017						Situação
	Setembro		Dezembro				
	Meta Indicativa	Critério de Desempenho ²	Critério de Desempenho ³				
	4ª Avaliação	Prel.	4ª Avaliação	com ajustamentos	Prel.		
Critérios de Desempenho:							
Piso do saldo primário interno (como definido no MTE) ²	-173	-145	-152	...	-192	Não concluído	
Teto da variação do financiamento interno líquido do Governo Central (à taxa de câmbio do programa) ^{3, 4, 5}	0	142	66	184	229	Não concluído	
Piso das reservas internacionais líquidas do Banco Central (milhões de USD) ^{2, 4}	50	46	51	48	44	Não concluído	
Teto do stock de atrasados de pagamentos externos do Governo Central (milhões de USD) ^{5, 6, 7, 8}	0	0	0	...	0	Concluído	
Teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo Governo Central ou pelo BCSTP (milhões de USD) ^{5, 6, 7, 8, 9}	0	0	0	...	0	Concluído	
Metas Indicativas:							
Teto das alterações dos novos atrasados internos do Governo Central	0	41	0	...	6	Não concluído	
Piso das despesas em favor dos pobres	417	395	501	...	551	Concluído	
Piso das receitas fiscais	817	738	1.066	...	1.036	Não concluído	
Por memória:							
Teto da base monetária em Dobras (stock) ¹⁰	1.290	1.388	1.504	...	1.337		
Contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo Governo Central ou pelo BCSTP (milhões de USD) ^{5, 7, 8, 11}	22		22	...	2		
Transferência da CNP para o Orçamento (milhões de USD)	2,3		2,3	...	2,3		
Pagamentos líquidos do serviço da dívida externa ¹²	57,7		55,0	...	68,3		
Apoio externo oficial ao programa ¹²	8		147	...	37,1		
Donativos para apoio orçamental	...		110	...	0,0		
Gastos de investimento financiados pelo Tesouro	25		27	...	23		

Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe; e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ O desempenho nas datas de teste de Dezembro de 2017 será avaliado na quinta avaliação.

² O piso será ajustado em alta ou em baixa de acordo com as definições do MTE.

³ O teto será ajustado em baixa ou em alta de acordo com as definições do MTE.

⁴ Excluindo a Conta Nacional de Petróleo (CNP) no Banco Central.

⁵ O termo "Governo Central" é definido conforme o parágrafo 5 do MTE, que exclui as operações das empresas estatais.

⁶ Este critério será avaliado como um critério de desempenho contínuo.

⁷ O termo externa/externos é definido com base na residência do credor, conforme indicado no parágrafo 5 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014).

⁸ Este critério de desempenho ou por memória aplica-se não apenas à dívida conforme definida no parágrafo 8 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dez. de 2014), mas também aos compromissos contraídos ou garantidos cujo valor ainda não tenha sido recebido. Mais detalhes sobre a definição de dívida e de atrasados de pagamentos externos podem ser encontrados nos parágrafos 6 e 13 do MTE.

⁹ Só se aplica à dívida com um elemento de donativo inferior a 35 por cento. Mais detalhes podem ser encontrados no parágrafo 17 do MTE.

¹⁰ Alterado para um item por memória.

¹¹ Só se aplica à dívida com um elemento de donativo inferior a 35 por cento.

¹² Conforme definido no MTE valor à taxa de câmbio do programa, exclui as amortizações HIPC.

Tabela 2. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Referência Estruturais ao abrigo do Programa ECF, Dezembro de 2017

Objetivos e Medidas de Políticas	Prazo	Fundamentação Macro	AT	Situação
Reforço das Finanças Públicas				
Adotar um orçamento de 2018 consistente com os parâmetros do programa (medida <i>prévia para 3ª e 4ª avaliações</i>).	Final de Novembro de 2017	Demonstrar compromisso para com a consolidação fiscal.	Sem AT	Concluído.
Adotar medidas para conter as perdas da EMAE no curto prazo.	Final de Dezembro de 2017	Conter o risco fiscal.	Sem AT	Concluído.
Apresentar à Assembleia Nacional um projeto de lei sobre as parcerias público-privadas (PPP).	Final de Dezembro de 2017	Reforçar a capacidade para um processo de tomada de decisão do investimento público eficiente.	Sem AT	Concluído.

Tabela 3. São Tomé e Príncipe: Critérios de Desempenho e Metas Indicativas para 2018, Preliminares
(Milhões de novas Dobras, cumulativo desde o princípio do ano, salvo indicação em contrário)

	2018					
	Março		Junho	Setembro	Dezembro	
	Meta		Critério de	Meta	Meta	
	Indicativa		Desempenho ¹	Indicativa	Indicativa	
	4ª Avaliação	Prel.	4ª Avaliação	Proposto	4ª Avaliação	Revisto
Critérios de Desempenho:						
Piso do saldo primário interno (como definido no MTE) ²	-48	-78	-90	-122	-97	-124
Teto da variação do financiamento interno líquido do Governo Central (à taxa de câmbio do programa) ^{3,4,5}	50	8	75	70	65	70
Piso das reservas internacionais líquidas do Banco Central (milhões de USD) ^{2,4}	52	46	52	49	54	50
Teto do stock de atrasados de pagamentos externos do Governo Central (milhões de USD) ^{5,6,7,8}	0	0	0	0	0	0
Teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo Governo Central ou pelo BCSTP (milhões de USD) ^{5,6,7,8,9}	0	0	0	0	0	0
Metas Indicativas:						
Teto das alterações dos novos atrasados internos do Governo	0	15	0	0	0	0
Piso das despesas em favor dos pobres	188	n.a.	289	413	551	551
Piso das receitas fiscais	238	193	535	842	1.211	1.142
Por memória:						
Teto da base monetária em Dobras (stock) ¹⁰	1.553	1.336	1.578	1.574	1.574	1.499
Contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo Governo Central ou pelo BCSTP (milhões de USD) ^{5,7,8,11}	17	n.a.	17	17	17	17
Transferência da CNP para o Orçamento (milhões de USD)	1,5	0,0	1,5	1,5	1,5	1,5
Pagamentos líquidos do serviço da dívida externa ¹²	34	n.a.	68	59	136	79
Apoio externo oficial ao programa ¹²	45	0	85	120	218	179
Donativos para apoio orçamental	45	0	66	101	181	142
Gastos de investimento financiados pelo Tesouro	6	3	13	10	28	12

Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe; e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ O desempenho nas datas de teste de Dezembro de 2017 será avaliado na quinta avaliação.

² O piso será ajustado em alta ou em baixa de acordo com as definições do MTE.

³ O teto será ajustado em baixa ou em alta de acordo com as definições do MTE.

⁴ Excluindo a Conta Nacional de Petróleo (CNP) no Banco Central.

⁵ O termo "Governo Central" é definido conforme o parágrafo 5 do MTE, que exclui as operações das empresas estatais.

⁶ Este critério será avaliado como um critério de desempenho contínuo.

⁷ O termo externa/externos é definido com base na residência do credor, conforme indicado no parágrafo 5 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014).

⁸ Este critério de desempenho ou por memória aplica-se não apenas à dívida conforme definida no parágrafo 8 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014), mas também aos compromissos contraídos ou garantidos cujo valor ainda não tenha sido recebido. Mais detalhes sobre a definição de dívida e de atrasados de pagamentos externos podem ser encontrados nos parágrafos 6 e 13 do MTE.

⁹ Só se aplica à dívida com um elemento de donativo inferior a 35 por cento. Mais detalhes podem ser encontrados no parágrafo 17 do MTE.

¹⁰ Alterado para um item por memória.

¹¹ Só se aplica à dívida com um elemento de donativo inferior a 35 por cento.

¹² Conforme definido no MTE valor à taxa de câmbio do programa, exclui as amortizações HIPC.

Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Referência Estruturais ao abrigo do Programa ECF, 2018

Objetivos e Medidas de Políticas	Prazo	Fundamentação Macro	AT	Situação
Medidas prévias				
Emitir uma resolução para incorporar medidas do lado da despesa no orçamento de 2018 em linha com o programa.	Final de Maio 2018	Demonstrar compromisso para com a consolidação fiscal.	Sem AT	Concluído
Cobrar os impostos em atraso devidos pela Rosema e outros grandes contribuintes (38 milhões de nova dobras).	Final de Junho 2018	Mobilizar receitas internas.	Sem AT	Concluído
Cobrar as dívidas fiscais dos grandes contribuintes acumuladas em 2018 (60 milhões de nova dobras).	Final de Maio 2018	Mobilizar receitas internas.	Sem AT	Concluído
Reforço das Finanças Públicas				
Apresentar à Assembleia Nacional a nova Lei do IVA.	Final de Junho 2018	Apoiar a introdução do IVA.	FAD/LEG	Concluído
Adotar um plano de gestão financeira e um plano de produção de energia a preços mais baixos para a EMAE (<i>foi proposta a reprogramação para o final de setembro de 2018, conforme indicado a seguir</i>).	Final de Junho 2018	Conter o risco fiscal.	Com o apoio do Banco Mundial	Não concluído
Adotar um plano de gestão financeira e um plano de produção de energia a preços mais baixos para a EMAE (<i>reprogramado</i>)	Final de Setembro 2018	Conter o risco fiscal.	Com o apoio do Banco Mundial	-
Transmitir os quadros mensais de controlo dos pagamentos de impostos dos dez maiores contribuintes no período de junho a outubro de 2018 (<i>nova medida proposta</i>).	Final de Novembro 2018	Mobilizar receitas internas.	Sem AT	-
Melhorar a Política Monetária e a Estabilidade Financeira				
Realizar uma avaliação da qualidade dos ativos dos bancos detalhada e independente (<i>foi proposta a substituição por "Solicitar ao consultor externo a elaboração de um relatório inicial" conforme indicado a seguir</i>).	Final de Setembro 2018	Apoiar a estabilidade e crescimento do sector financeiro.	Com o apoio do Banco Mundial	Não concluído
Solicitar ao consultor externo a elaboração de um relatório inicial sobre a avaliação da qualidade dos ativos dos bancos (<i>nova medida proposta</i>).	Final de Setembro 2018	Apoiar a estabilidade e crescimento do sector financeiro.	Com o apoio do Banco Mundial	-
Facilitar a atividade empresarial				
Elaborar e enviar à Assembleia Nacional o documento de Estratégia Nacional de Diversificação das Exportações	Final de Junho de 2018	Promover a diversificação económica e as oportunidades de emprego.	Com o apoio do Banco Mundial	Concluído

Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento, Julho de 2018

1. O presente Memorando Técnico de Entendimento (MTE) contém definições e mecanismos de ajustamento para clarificar a medição dos critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas incluídos na Tabela 3, anexa ao Memorando de Políticas Económicas e Financeiras para 2017 e 2018. Salvo indicação em contrário, todos os critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas serão avaliados em termos de fluxos acumulados a partir do início de cada ano civil.

2. A taxa de câmbio do programa para efeitos do presente MTE¹ será de 20,299 nova dobras por dólar dos Estados Unidos, 24,5 nova dobras por euro e 29,236 nova dobras por DSE para 2017 e 2018.

FORNECIMENTO DE DADOS AO FMI

3. Os dados relativos a todas as variáveis sujeitas a critérios de desempenho e metas indicativas serão fornecidos ao corpo técnico do FMI com a frequência descrita abaixo (parágrafo 24), com um desfasamento não superior a quatro semanas para os dados relativos às reservas internacionais líquidas do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) e a seis semanas para outros dados. Quaisquer revisões de dados serão transmitidas de imediato pelas autoridades ao corpo técnico do FMI. As autoridades consultarão o corpo técnico do FMI, à medida do necessário, sobre como medir e reportar variáveis relevantes para avaliar o desempenho relativamente aos objetivos do programa, mas que não constam especificamente no presente Memorando. Os critérios de desempenho incluídos na programação definidos a seguir, especificamente: i) o limite inferior (piso) do saldo primário interno; ii) o limite superior (teto) da variação do financiamento bancário líquido do governo central; iii) o piso de reservas internacionais líquidas do banco central, iv) o teto do saldo de atrasados de pagamentos externos do governo central e v) o teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo governo central ou o BCSTP.

DEFINIÇÕES

4. Para efeitos do presente MTE, externo e interno serão definidos com base no princípio de residência.

5. O governo central, para efeitos do presente MTE, inclui todos os ministérios, gabinetes e entidades governamentais e outros organismos que constituem agências ou instrumentos da autoridade central de São Tomé e Príncipe. O governo central não inclui as operações do sector empresarial público.

¹ Este dado refere-se ao ponto médio das taxas de câmbio publicadas na página do BCSTP na internet no último dia de 2014.

6. O termo dívida define-se em conformidade com o parágrafo 8 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas através da Decisão n.º 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de Dezembro de 2014). “Por ‘dívida’ entende-se um passivo corrente, ou seja, não contingente, criado por via contratual mediante a provisão de valor na forma de ativos (incluindo moeda) ou serviços, e que requeira que o devedor realize um ou mais pagamentos na forma de ativos (incluindo moeda) ou serviços, em data(s) futura(s); tais pagamentos serão de liquidação do capital e juros decorrentes da obrigação contratual.”

7. A receita interna do Governo (excluindo receitas petrolíferas) inclui todas as receitas fiscais e não fiscais do Governo (em moeda nacional e estrangeira), exceto: 1) donativos externos, 2) receitas da venda local de donativos em espécie (por exemplo, o petróleo bruto recebido da Nigéria, a ajuda alimentar, etc.) e 3) quaisquer fluxos de entrada brutos para o Governo relacionados com os pagamentos dos bónus de assinatura do petróleo e com os juros acumulados na Conta Nacional do Petróleo (CNP). As receitas serão calculadas em base de caixa conforme apresentado na Tabela de Operações Financeiras do Estado elaborada pelas Direções do Orçamento e do Tesouro do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul.

8. A despesa primária interna abrange todas as despesas do Governo avaliadas na base de compromissos, excluindo: 1) as despesas de capital financiadas por empréstimos concessionais e donativos externos para projetos e 2) os pagamentos de juros programados. A divulgação de dados sobre as despesas internas do Governo será baseada no relatório de execução do Orçamento do Estado elaborado mensalmente pelas Direções do Orçamento e do Tesouro do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul. A porção dos donativos da UE em apoio ao orçamento que será utilizada para financiar despesas de capital nas áreas ligadas à condicionalidade dos donativos, nomeadamente na melhoria do abastecimento de água e saneamento, é tratada como donativos para projetos. Para as metas indicativas para Setembro e dezembro, o desembolso de até 1 milhão de dólares pelo Banco Mundial para custear as instalações da Direção de Impostos é tratado como donativo para projeto.

Apoio externo oficial ao programa				
	2017	2018 S1	2018	Unidade monetária
Donativos projetados em apoio ao orçamento				
Banco Mundial	0,0	3,0	6,0	milhões de USD
União Europeia	4,5	1,5	3,3	milhões de Euros
FMI, programa ECF	1,3	0,6	1,3	milhões de DSE

CRITÉRIOS DE DESEMPENHO

9. Critério de desempenho relativo ao piso do saldo primário interno. Este critério de desempenho refere-se à diferença entre a receita interna (excluindo receitas petrolíferas) e a despesa primária interna do Governo. A título de referência, no final de 2016 este saldo era de -314 milhões de nova dobras, desdobrado da seguinte forma:

Saldo primário interno		
(2016, milhões de nova dobras)		
I	Receita total (1+2)	1130
I.A	Da qual: Receita interna do governo (=I-2.1)	1056
1	Receitas fiscais	949
2	Receitas não fiscais	181
2.1	d/q: receita do petróleo	74
II	Despesa interna total (=4+5+6)	1403
II.A	Da qual: Despesa primária interna (=I-4.2)	1370
4	Despesas correntes	1334
4.1	Despesas com pessoal	684
4.2	Juros devidos	34
4.3	Bens e serviços	249
4.4	Transferências	282
4.5	- Outras despesas correntes	84
5	Despesas de capital internas	50
5.1	Financiadas pelo Tesouro	50
5.2	Financiadas com recursos de privatização	0
6	Despesas sociais relacionadas à Iniciativa HIPC	19
III	Saldo primário interno (= I.A - II.A)	-314

10. Critério de desempenho relativo ao teto da variação do financiamento bancário líquido do governo central (CLG). Este critério de desempenho refere-se ao aumento (diminuição) do financiamento bancário líquido do governo central, que corresponde ao stock de todos os créditos concedidos ao governo central detidos pelo BCSTP e pelas outras sociedades de depósitos (OSD), menos o stock de todos os depósitos detidos pelo governo central no BCSTP e nas OSD. O saldo da Conta Nacional do Petróleo (CNP), os depósitos de donativos e empréstimos para projetos, os passivos contingentes e as operações da Segurança Social não são incluídos no CLG. Todas as contas expressas em moeda estrangeira serão convertidas em nova dobras à taxa de câmbio do programa. Os dados pertinentes são reportados mensalmente pelo BCSTP ao corpo técnico do FMI. A título de referência, no final de 2016 o saldo do crédito bancário líquido ao governo central (excluindo a CNP) era de 224 milhões de nova dobras, como se segue:

Financiamento bancário líquido			
(milhões de nova dobras)			
		2015	2016
I	Crédito líquido ao governo pelo BCSTP (=I.1-I.2)	...	221
I.1	Crédito do BCSTP, incluindo o uso de recursos do FMI:	...	446
I.2	Depósitos do governo no BCSTP (excluindo a CNP)	...	225
	Contas do Tesouro em nova dobras	...	14
	Contas do Tesouro em divisas	...	129
	Depósitos de contrapartida	...	82
II	Crédito líquido ao governo pelas OSD	...	4
II.1	Crédito das OSD ao governo	...	4
II.2	Depósitos do governo nas OSD (incl. fundos de contrapartida)	...	0
III	Financiamento bancário líquido ao governo (excl. a CNP) (=I-II)	117	224
IV	Variação em 2016 no financ. bancário líq. do governo central (CLG)		107

11. Critério de desempenho relativo ao piso das reservas internacionais líquidas (RIL) do BCSTP. Para efeitos de monitorização do programa, as RIL do BCSTP são definidas como ativos externos transacionáveis do BCSTP de curto prazo (ou seja, maturidades originais iguais ou inferiores a um ano) menos os passivos externos de curto prazo, incluindo obrigações junto ao FMI. Todos os ativos externos de curto prazo que não sejam integralmente conversíveis, nem imediatamente disponíveis para e controlados pelo BCSTP (isto é, os ativos externos garantidos ou de outra forma onerados, incluindo, mas não se limitando, à conta geral HIPC em DSE, e os ativos utilizados como garantia ou caução a obrigações de terceiros) serão excluídos da definição das RIL. Os títulos cujo valor de mercado no último dia do ano diferir em mais de 20% do seu valor de emissão nominal original serão avaliados pelo seu valor corrente de mercado, conforme informação do Departamento de Mercados do BCSTP. O saldo: 1) da CNP no BCSTP, 2) dos depósitos bancários relacionados às exigências de fundos próprios ou licenciamento e 3) das reservas bancárias expressas em moeda estrangeira, não está incluído na definição do programa das RIL. Todos os valores serão convertidos para dólares dos Estados Unidos ao ponto médio efetivo das taxas de câmbio de mercado vigentes à data de teste. A título de referência, no final de 2016 as RIL ascendiam a 1.188 milhões de nova dobras (ou USD 50,7 milhões, à taxa de câmbio de 23,438 nova dobras por USD), calculadas da seguinte forma:

Reservas internacionais		
(Final de 2016, milhões de nova dobras)		
I	Reservas internacionais brutas	1481
	Numerário	16
	Depósitos à ordem	407
	Depósitos a prazo (incl. depósitos bancários em divisas)	188
	Títulos exceto ações	840
	Obrigações do Tesouro Português I	234
	Obrigações do Tesouro Português II	248
	Obrigações da Rede Ferroviária Nacional	126
	Bilhetes do Tesouro Norte-Americano I	116
	Bilhetes do Tesouro Norte-Americano II	117
	Juros decorridos de títulos	15
	Posição de reserva no FMI	0
	Haveres em DSE	15
II	Passivos cambiais	293
	Passivos bilaterais de curto prazo	23
	Passivos para com o FMI	121
	Reservas bancárias expressas em moeda estrangeira	149
	Depósitos bancários garantidos expressos em moeda estrangeira	0
III	Reservas internacionais líquidas (RIL) (= I - II)	1188
IV	Outros ativos externos líquidos	169
	Outros ativos externos	392
	Obrigações de médio e longo prazo (incl. a afetação de DSE)	223
IV	Ativos externos líquidos (III+IV)	1357
	<i>Por memória:</i> Conta Nacional do Petróleo (CNP)	271

12. Critério de desempenho relativo ao teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo governo central ou pelo BCSTP. Trata-se de um

critério de desempenho contínuo que se refere à contratação ou garantia de nova dívida externa com qualquer maturidade (incluindo posições a descoberto, mas excluindo o crédito normal à importação e a fornecedores) pelo governo e/ou pelo BCSTP. Uma dívida é considerada não concessional caso inclua um elemento de donativo inferior a 35%. O elemento concessional ou de donativo é a diferença entre o valor nominal do empréstimo e o seu valor atual líquido, expresso como percentagem do valor nominal. O valor atual líquido da dívida na data da sua contratação é calculado descontando-se os fluxos de pagamentos do serviço da dívida no momento da sua contratação. A taxa de desconto aplicada para este efeito é de 5%. Um empréstimo entra em vigor na data de assinatura do contrato, salvo se especificado no contrato que o empréstimo entra em vigor após a sua ratificação pelo Parlamento. Para fins de monitorização do programa, um contrato de empréstimo é considerado como vigente na data do primeiro desembolso se esta for anterior à data de assinatura ou ratificação do contrato. Em relação à linha de crédito preventiva de Portugal de apoio à paridade fixa da dobra com o euro, o saldo pendente nos três primeiros trimestres de determinado ano será excluído deste teto. No entanto, o saldo pendente no final de determinado ano civil será incluído na avaliação do cumprimento deste critério de desempenho. Este critério de desempenho não se aplica aos instrumentos de crédito do FMI. A dívida em processo de reescalonamento ou reestruturação está excluída deste teto. A dívida de médio e longo prazo será reportada pelo Departamento de Gestão da Dívida do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul (conforme apropriado), calculada em dólares dos Estados Unidos às taxas de câmbio vigentes publicadas pelo BCSTP. O Governo consultará o corpo técnico do FMI antes de contrair ou garantir novas obrigações de dívida de médio e longo prazo.

13. Critério de desempenho relativo ao teto dos atrasados de pagamentos externos do governo central. Trata-se de um critério de desempenho contínuo. Os atrasados de pagamentos externos do governo central são obrigações do serviço da dívida externa (capital e juros) que não foram pagas no momento devido, conforme estabelecido no acordo contratual, sujeitas a qualquer período de carência aplicável. Este critério de desempenho não se aplica a atrasados resultantes do não pagamento do serviço da dívida para o qual tenha sido acordado um quadro de regularização ou para o qual o Governo esteja ativamente a tentar um acordo de reescalonamento.

METAS INDICATIVAS

14. O teto relativo a novos atrasados internos do governo central é definido como a diferença entre a despesa em base de compromissos e os pagamentos de caixa (montantes devidos há mais de 40 dias e não pagos).

15. Dentro da despesa primária interna, o piso relativo às despesas pro-pobre diz respeito aos gastos do Governo previstos no orçamento que têm efeito direto na redução da pobreza, tal como acordado com o corpo técnico do FMI e do Banco Mundial. Tais despesas, que incluem tanto gastos correntes como de investimento, são definidas da seguinte forma:

- a. **Despesas correntes pro-pobre:** Abrangem as seguintes classificações funcionais e categorias de despesas (por código orçamental) descritas na matriz a seguir:

Code	Economic classification of current expenditure	Education	Health	Social Security and Assistance	Housing and Community Services	Culture and Sport	Fuel and Energy	Agriculture and Fisheries
310000	Personnel Expenses	x	x					
331210	Specialty Durable Goods	x	x					
331290	Other Durable Goods	x	x					
331120	Fuels and Lubricants ¹	x	x					
331130	Foodstuffs, Food ¹ and Accommodation	x	x					
331140	Specialized Current Consumable Materials (Specific to Each Sector)	x	x					
331190	Other Consumer Non Durable Goods	x	x					
332110	Water and Energy Services	x	x					
332120	Communication Services	x	x					
332130	Health services	x	x					
332220	Maintenance and Conservation Services	x	x					
353900	Other Miscellaneous Current Expenses	x	x	x				
352200	Transfers to non-profit institutions (private)		x	x				
352310	Retirement Pension and Veterans		x	x				
352320	Family Benefit		x	x				
352330	Scholarships	x						
352390	Other Current Transfers to Families		x	x				
353100	Unemployment Fund		x	x				
Code	Economic classification of capital expenditure							
411110	Feasibility Study and Technical Assistance	x	x	x	x	x	x	x
411120	Procurement and Construction of Real Estate	x	x	x	x	x	x	x
411200	Rehabilitation Works and Facilities	x	x	x	x	x	x	x
411300	Means and Equipments of Transportation	x	x	x	x	x	x	x
411400	Machinery and Equipment	x	x	x	x	x	x	x
411900	Other Fixed Capital Goods	x	x	x	x	x	x	x
412000	Stocks	x	x	x	x	x	x	x

Source: Diário da República de São Tomé e Príncipe No. 21 - May 7, 2008, pages 12-13.
¹ Expenditures on fuels and lubricants (combustíveis e lubrificantes) that are affected for administrative purposes are excluded. Likewise, food (alimentação) and clothing and shoes (roupas e calçados) supplied to administrative staff are excluded.

- b. **Despesas de capital pro-pobre financiadas pelo Tesouro:** Abrangem os projetos que se considere terem um impacto direto no alívio da pobreza, nos seguintes sectores: educação, saúde, redes de segurança social, agricultura e pescas, desenvolvimento rural, juventude e desportos, abastecimento de água potável e eletrificação.

16. O piso relativo às receitas fiscais aplica-se às receitas tributárias, incluindo impostos diretos e indiretos, bem como a recuperação de impostos atrasados e esforços de arrecadação adicionais.

POR MEMÓRIA

17. A nova dívida externa concessional contraída ou garantida pelo governo central ou o BCSTP mede essa dívida com um elemento concessional mínimo de 35%.

18. Os pagamentos líquidos do serviço da dívida externa pelo governo central são definidos como o serviço da dívida devido menos a acumulação de quaisquer novos atrasados de pagamentos externos, conforme definido no critério de desempenho relativo ao teto dos atrasados de pagamentos externos do governo central.

19. O apoio externo oficial ao programa é definido como donativos e empréstimos em apoio ao orçamento, incluindo desembolsos do FMI no âmbito do acordo ECF e apoio em espécie quando os produtos são vendidos pelo Governo e as receitas são consignadas a uma

rubrica orçamental de despesa, e qualquer outro financiamento extraordinário fornecido por entidades estrangeiras oficiais e incorporado no orçamento.

20. As despesas de capital financiadas pelo Tesouro classificam-se como parte da despesa primária interna e abrangem projetos de investimento público que não sejam diretamente financiados por donativos para projetos nem empréstimos concessionais ou que tenham de ser parcialmente cofinanciados por recursos públicos. Incluem gastos em novas construções, reabilitação e manutenção. As despesas com vencimentos e salários e aquisição de bens e serviços relacionadas com os projetos não serão classificadas como despesa de capital.

21. O teto relativo à base monetária em nova dobras é definido como a soma da moeda emitida — que consiste em notas e moedas em poder do público e do numerário nos cofres-fortes — e das reservas bancárias em nova dobras. As reservas bancárias referem-se às reservas dos bancos comerciais (em nova dobras) detidas no Banco Central e incluem as reservas excedentárias sobre as reservas mínimas de caixa.

FATORES DE AJUSTAMENTO

22. O critério de desempenho relativo ao saldo primário interno terá um fator de ajustamento. O piso do saldo primário interno será ajustado em baixa se o Governo receber donativos de apoio ao orçamento em montante superior ao projetado (excluindo a eventual porção do donativo adicional da UE utilizada para financiar despesas de investimento em abastecimento de água e saneamento, que será incluída em despesas de capital financiadas por donativos de apoio a projetos) e recursos de privatização em 2017 e 2018; este ajustamento será limitado a 77,7 milhões de nova dobras (cerca de 1% do PIB de 2016) em 2017 e 38,8 milhões de nova dobras no primeiro semestre de 2018.² Para fins do programa, projeta-se que os recursos de privatização serão 0 em 2017 e 2018. Para o final de 2018, se a cobrança dos impostos em atraso da Rosema não se materializar, o piso do saldo primário interno será ajustado para baixo (em valor absoluto) pelo valor de mercado dos ativos da Rosema que o governo apreender.

23. Os critérios de desempenho sobre o financiamento bancário líquido do Governo central e as reservas internacionais líquidas do Banco Central serão objeto dos seguintes ajustamentos, com base nos desvios calculados cumulativamente a partir do final de dezembro de 2016 ou final de dezembro de 2017, conforme apropriado (Tabela 3 do MPEF, Anexo I):

- **Ajustamentos dos tetos da variação do crédito bancário líquido ao Governo central (CLG):** As diferenças trimestrais entre os montantes efetivos e projetados do recebimento das transferências da CNP, dos donativos de apoio ao orçamento, dos pagamentos líquidos do serviço da dívida externa e dos atrasados internos serão convertidas em nova dobras à taxa de câmbio do programa e agregadas a partir do final

² Os donativos e as despesas relacionadas com os custos da realização de eleições serão excluídos dos cálculos do défice primário interno.

de dezembro de 2016 ou do final de dezembro de 2017, conforme apropriado, na data de teste. O teto será ajustado:

- i) em baixa (em alta) pelo desvio acumulado em baixa (em alta) entre os pagamentos líquidos efetivos e projetados do serviço da dívida externa (excl. HPIC),
- ii) em baixa (em alta) pelo desvio em alta (em baixa) nas transferências orçamentais da CNP,
- iii) em baixa pelo desvio em alta dos donativos em apoio ao orçamento que ultrapassar 77,7 milhões de nova dobras e em alta pela totalidade do desvio em baixa dos donativos em apoio ao orçamento.
- iv) em baixa pelo desvio em alta dos atrasados internos.

A aplicação combinada de todos os fatores de ajustamento é limitada ao equivalente a 3 milhões de dólares dos Estados Unidos à taxa de câmbio do programa.

- **Ajustamentos ao piso das reservas internacionais líquidas (RIL) do BCSTP:** As diferenças trimestrais entre os recebimentos efetivos e projetados das transferências da CNP para o orçamento, o apoio externo oficial ao programa, os pagamentos líquidos do serviço da dívida externa e os atrasados internos, em nova dobras, serão convertidas em dólares dos Estados Unidos à taxa de câmbio do programa e agregadas a partir do final de Dezembro de 2016 ou do final de Dezembro de 2017, conforme apropriado, à data de teste. O piso será ajustado em alta (em baixa):

- i) pelo desvio acumulado em baixa (em alta) entre os pagamentos líquidos efetivos e projetados do serviço da dívida externa do Governo central,
- ii) pelos desvios em alta (em baixa) das transferências orçamentais da CNP, e
- iii) pelos desvios em alta (em baixa) do apoio oficial externo ao programa. Projeta-se que os empréstimos de apoio ao orçamento serão 0 em 2017 e 2018.

A aplicação combinada de todos os fatores de ajustamento, em qualquer data de teste, é limitada de modo a que o piso ajustado não seja inferior a 46 milhões de dólares dos Estados Unidos em 2017 e a 50 milhões de dólares dos Estados Unidos em 2018.

REPORTE DE DADOS

24. As informações a seguir listadas serão fornecidas ao corpo técnico do FMI para efeitos de monitorização do programa.

- 1) **Dados orçamentais:** As Direções do Tesouro e do Orçamento do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul fornecerão a seguinte informação ao corpo técnico do FMI, no prazo de seis semanas após o final de cada mês ou trimestre, com

exceção do programa de investimento público (PIP), cujos dados serão fornecidos no prazo de três meses após o final de cada trimestre:

- Dados mensais sobre as operações do Governo central em termos de receitas, despesas e financiamento, incluindo uma descrição detalhada dos recursos consignados, em base de compromissos e de caixa;
- Dados mensais sobre o crédito líquido ao Governo pelo BCSTP, registados conta por conta, num formato compatível com as contas monetárias do BCSTP;
- Dados mensais pormenorizados sobre receitas fiscais e não fiscais;
- Dados mensais pormenorizados sobre a despesa de investimento com financiamento interno, em base de compromissos e de caixa;
- Dados mensais sobre atrasados internos, por tipo e por credor;
- Dados trimestrais sobre atrasados implícitos com a ENCO por conta dos preços dos combustíveis no retalho, não abrangendo os eventuais custos de importação, margens de distribuição e impostos aplicáveis;
- Dados trimestrais sobre os atrasados da EMAE com a ENCO;
- Dados mensais sobre o apoio externo oficial ao programa (não relacionado a projetos);
- Dados trimestrais sobre a execução do programa de investimento público (PIP), por projeto e por fonte de financiamento;
- Dados trimestrais sobre a execução das despesas de investimento financiadas pelo Tesouro, por tipo de projeto, montante, cronograma de execução e progressos na execução;
- Dados trimestrais sobre donativos para projetos e desembolsos de empréstimos (HIPC e não HIPC);
- Dados trimestrais sobre alívio da dívida bilateral no âmbito da HIPC;
- Informação trimestral sobre a mais recente estrutura de preços de petróleo pendente e apresentação de novas estruturas de preços (no prazo de uma semana depois de estarem disponíveis).
- Dados trimestrais sobre as despesas pro-pobre.

2) **Dados monetários:** O BCSTP fornecerá as suas contas monetárias ao corpo técnico do FMI no prazo de três semanas após o final de cada mês. Serão fornecidos outros dados monetários no prazo de seis semanas após o final de cada mês, no caso de dados mensais; no prazo de dois meses após o final de cada trimestre, no caso de dados trimestrais, e no prazo de dois meses após o final de cada ano, no caso de dados anuais. O BCSTP fornecerá a seguinte informação ao corpo técnico do FMI:

- Dados diários sobre taxas de câmbio, a serem publicados na página do BCSTP na internet;

- Dados diários sobre taxas de juro, a serem publicados na página do BCSTP na internet;
 - Tabela diária de gestão da liquidez, incluindo a base monetária em nova dobras e moeda em circulação, a ser publicada na página do BCSTP na internet;
 - Posição diária de reservas internacionais líquidas, a ser publicada na página do BCSTP na internet;
 - Dados mensais do balanço do BCSTP (no formulário 1SR do FMI, com as rubricas por memória solicitadas);
 - Dados mensais do balanço consolidado das outras sociedades de depósitos (no formulário 2SR do FMI);
 - Dados mensais consolidados da síntese das sociedades de depósitos (no formulário de inquérito 3SG do FMI);
 - Orçamento cambial mensal do Banco Central;
 - Mapa trimestral dos rácios prudenciais dos bancos e indicadores de solidez financeira;
 - Dados trimestrais sobre a posição financeira do BCSTP (demonstração de resultados, défice, execução orçamental, etc.).
- 3) **Dados da dívida externa:** A Direção do Tesouro do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul fornecerá ao corpo técnico do FMI, no prazo de dois meses após o final de cada mês, a seguinte informação:
- Dados mensais sobre amortização e juros da dívida externa, por credor; montante pago, programado e sujeito a alívio da dívida ou reescalonado;
 - Dados trimestrais sobre desembolsos para projetos com financiamento externo e empréstimos de apoio ao programa;
 - Dados em base anual sobre os planos de endividamento futuro.
- 4) **Contas nacionais e estatísticas comerciais:** Os dados a seguir serão fornecidos ao corpo técnico do FMI:
- Dados mensais do índice de preços no consumidor, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, no prazo de um mês após o final de cada mês;
 - Dados mensais sobre importações (valor das importações, impostos cobrados sobre importações e atrasados) e valores das exportações de matérias-primas, fornecidos pela Direção das Alfândegas do Ministério das Finanças Comércio e Economia Azul, no prazo de dois meses após o final de cada mês;
 - Dados mensais sobre os carregamentos e consumo de petróleo (volume e preços CIF, por produto), fornecidos pela Direção das Alfândegas.



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE A CONSULTA DE
2018 AO ABRIGO DO ARTIGO IV, QUINTA AVALIAÇÃO NO
ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO, PEDIDO
DE DISPENSA PELA NÃO OBSERVÂNCIA DE CRITÉRIOS DE
DESEMPENHO E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE
FINANCIAMENTO — ANEXO INFORMATIVO

9 de julho de 2018

Elaborado por

Departamento de África (em consulta com outros
departamentos)

ÍNDICE

RELAÇÕES COM O FMI	2
RELAÇÕES COM O GRUPO BANCO MUNDIAL	7
RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO	9
QUESTÕES ESTATÍSTICAS	11

RELAÇÕES COM O FMI

(Em 31 de maio de 2018)

Admissão e regime de consultas

Admitido em 30 de setembro de 1977; Artigo XIV

Conta de Recursos Gerais:	Milhões de DSE	% da Quota
Quota	14,80	100,00
Haveres do FMI na moeda do país	14,80	100,02
Posição na tranche de reserva	0,00	0,00

Departamento de DSE:	Milhões de DSE	% da alocação
Alocação acumulada líquida	7,10	100,00
Haveres	0,14	1,94

Saldo de compras e empréstimos:	Milhões de DSE	% da Quota
Acordos ECF	4,51	30,46

Acordos financeiros mais recentes:

Tipo	Data de aprovação	Data de vencimento	Montante aprovado (Milhões de DSE)	Montante sacado (Milhões de DSE)
ECF	13/07/2015	31/12/2018	4,44	3,17
ECF	20/07/2012	13/07/2015	2,59	1,11
ECF ¹	02/03/2009	01/03/2012	2,59	0,74

^{1/} Antigo PRGF.

Projeção dos pagamentos ao FMI ¹

(Milhões de DSE; com base no presente uso de recursos e haveres correntes em DSE):

	Próximos				
	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>
Capital	0,19	0,33	0,26	0,41	0,60
Comissões/juros	0,03	0,07	0,07	0,07	0,07
Total	0,22	0,40	0,32	0,48	0,67

^{1/}Quando um país membro tem obrigações financeiras vencidas há mais de três meses, o montante desses atrasados é apresentado nesta secção.

Implementação da Iniciativa HIPC:

	Quadro reforçado
Compromissos da assistência HIPC	
Data do ponto de decisão	Dezembro de 2000
Assistência comprometida por todos os credores (milhões de USD) ¹	124,30
<i>Da qual:</i> assistência do FMI (milhões de USD)	1,24
(equivalente em milhões de DSE)	0,82
Data do ponto de conclusão	Março de 2007
Desembolso da assistência do FMI (milhões de DSE)	
Assistência prestada ao país membro	0,82
Assistência intercalar	...
Saldo no ponto de conclusão	0,82
Desembolso adicional do rendimento de juros ²	0,04
Total dos desembolsos	0,87

¹A assistência comprometida ao abrigo do quadro original está expressa em termos do valor atual líquido (VAL) no ponto de conclusão; a assistência comprometida ao abrigo do quadro reforçado está expressa em termos de VAL no ponto de decisão. Por este motivo, não é possível somar os dois montantes.

²No âmbito do quadro reforçado, é efetuado um desembolso adicional correspondente ao rendimento dos juros auferidos sobre o montante da assistência HIPC comprometida mas não desembolsada.

Implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI):

Dívida habilitada à MDRI (milhões de DSE) ^{1/}	1,43
Financiada por: Fundo MDRI	1,05
Recursos HIPC remanescentes	0,38

Alívio da dívida por tipo de facilidade (milhões de DSE)

<u>Data da prestação</u>	<u>Dívida habilitada</u>		
	<u>GRA</u>	<u>PRGT</u>	<u>Total</u>
Dezembro de 2007	N/A	0,38	0,38
Março de 2007	N/A	1,05	1,05

¹A MDRI proporciona 100% de alívio da dívida aos países membros habilitados que se qualificam para tal assistência. A assistência concessional do Fundo MDRI e dos recursos HIPC proporciona alívio da dívida suficiente para cobrir a totalidade do stock da dívida com o FMI no final de 2004 que continua pendente de pagamento no momento em que o país membro se qualifica para esta modalidade de alívio da dívida.

Avaliações das salvaguardas:

Foram conduzidas avaliações das salvaguardas em 2009, 2013 e 2015. Foi constatado que grandes limitações da capacidade contribuíram para a debilidade do quadro de salvaguardas do BCSTP. Os exames de auditoria externa conduzidos por firmas de auditoria de renome serviram como um mecanismo essencial de salvaguarda. As principais áreas que carecem de melhorias são as práticas de relatórios financeiros, a supervisão independente dos mecanismos de auditoria e controlo e o quadro jurídico do BCSTP. Embora o BCSTP tenha redigido e aprovado um novo Regulamento do Conselho de Auditoria, a implementação tem sido lenta, e a supervisão independente ainda apresenta falhas. Prossegue o preparo das reformas jurídicas, e é necessário o desenvolvimento institucional contínuo para reforçar a capacidade, em especial nas áreas de auditoria interna e reporte financeiro.

Regime cambial:

O regime cambial de jure e de facto é classificado como paridade fixa convencional ao euro. São Tomé e Príncipe indexou a dobra ao euro a partir de janeiro 2010, inicialmente à taxa de 24.500 dobras por euro; em janeiro de 2018, porém, o país procedeu à redenominação da moeda, com o corte de três zeros. A lei orgânica do BCSTP autoriza o banco a tomar decisões relativamente à política cambial. A comissão máxima que os bancos podem cobrar sobre as vendas de divisas foi fixada em 2% para operações em euros e 4% para operações em outras moedas. As compras de euros pelos bancos devem ser efetuadas à taxa publicada pelo BCSTP e não é permitida a cobrança de comissões. O BCSTP financia transações internacionais correntes à taxa de câmbio oficial e somente após a verificação da documentação que comprova a boa-fé do pedido da instituição bancária. O acesso às divisas é restrito aos bancos que apresentem uma posição aberta líquida na moeda de transação não superior a 12% dos fundos próprios e uma posição aberta líquida total em divisas não superior a 25% dos fundos próprios, e que estejam em conformidade com os rácios de solvência e de liquidez fixados pelo banco central e com os requisitos de reservas mínimas de caixa. Os bancos terão acesso direto às facilidades do banco central independentemente das condições acima referidas caso as divisas sejam utilizadas na importação de bens em períodos de crise ou na importação de combustíveis. O banco central cobra uma comissão de 1,5% sobre as vendas de euros e de 0,5% sobre as compras de euros. A taxa de compra é mormente indicativa, pois o BCSTP raramente efetua compras.

São Tomé e Príncipe continua a se valer do regime transitório previsto no Artigo XIV, mas não mantém restrições nos termos do referido artigo. Contudo o país mantém uma restrição previamente identificada e uma nova restrição identificada, ambas sujeitas à aprovação do FMI ao abrigo do Artigo VIII. A restrição cambial anteriormente identificada decorre dos limites à transferência dos lucros líquidos de investimentos, nos termos da alínea g) do Artigo 3.º e do Artigo 18.º do Código de Investimento (Lei n.º 19/2016). A restrição resulta da exigência que condiciona a transferência desses lucros ao pagamento de impostos e outras obrigações devidas ao Estado, uma vez que a exigência se estende ao pagamento de impostos e outras obrigações que não têm relação com os lucros líquidos exportáveis. No contexto da consulta de 2018 ao abrigo do Artigo IV, o corpo técnico constatou que São Tomé e Príncipe mantém uma outra restrição cambial sujeita à

aprovação do FMI nos termos do Artigo VIII. Tal restrição cambial decorre dos limites à disponibilidade de divisas através do racionamento de divisas pelo BCSTP. Esta restrição dá origem também a uma prática de taxas de câmbio múltiplas, uma vez que, como consequência do racionamento, operações correntes de boa fé são realizadas no mercado paralelo, a uma taxa de câmbio que difere em mais de 2% daquela do mercado oficial.

Consulta ao abrigo do Artigo IV:

São Tomé e Príncipe está atualmente num ciclo de consultas de 24 meses. O Conselho de Administração concluiu a última consulta com São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV em 10 de junho de 2016.

Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP), Relatórios Sobre a Observância de Normas e Códigos (ROSC) e Avaliações dos Centros Financeiros Offshore (OFC):

Nenhum.

Representante residente:

Desde outubro de 2006 o FMI não tem um representante residente em São Tomé e Príncipe.

Assistência técnica (2013–18):

Data da prestação	Departamento/finalidade
Junho de 2018	Missão do FAD sobre os preparativos para o IVA
Maior 2018	Workshop de formação do AFRITAC em gestão da dívida
Maior 2018	Missão do AFRITAC sobre supervisão e regulamentação bancária
Abril de 2018	Missão do AFRITAC sobre EFP
Fevereiro de 2018	Missão do AFRITAC sobre administração aduaneira
Fevereiro de 2018	Missão do STA sobre estatísticas da balança de pagamentos
Janeiro a abril de 2018	Visita de perito itinerante do FAD sobre os preparativos para o IVA
Janeiro de 2018	Missão do STA sobre estatísticas de preços
Janeiro de 2018	Missão do AFRITAC sobre estatísticas das contas nacionais
Janeiro de 2018	Missão do AFRITAC sobre administração aduaneira
Dezembro de 2017	Missão do AFRITAC sobre supervisão e regulamentação bancária
Dezembro de 2017	Missão do AFRITAC sobre gestão da dívida pública
Novembro de 2017	Missão do MCM sobre resolução e liquidação bancárias
Novembro de 2017	Missão de seguimento do LEG sobre a legislação do IVA
Agosto de 2017	Missão do AFRITAC sobre estatísticas de finanças públicas
Julho de 2017	Missão do FAD sobre execução e controlo orçamental
Março de 2017	Missão do FAD sobre administração da receita
Março de 2017	Missão do FAD sobre gestão de atrasados
Março de 2017	Missão do STA sobre estatísticas das contas nacionais

Data da prestação	Departamento/finalidade
Fevereiro de 2017	Missão do MCM sobre supervisão e regulamentação bancárias
Novembro de 2016	Missão do MCM sobre resolução e liquidação bancárias
Agosto de 2016	Missão do MCM sobre supervisão e regulamentação bancárias
Agosto de 2016	Missão do FAD/LEG sobre política fiscal
Abril de 2016	Missão do FAD sobre gestão de atrasados
Março de 2016	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Novembro de 2015	Missão do STA sobre estatísticas das contas nacionais
Novembro de 2015	Missão do FAD sobre mecanismo de ajuste automático do preço dos combustíveis
Setembro/outubro de 2015	Missão do FIN sobre avaliação das salvaguardas
Setembro de 2015	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Julho de 2015	Missão do FAD sobre administração fiscal
Junho de 2015	Missão do STA sobre balança de pagamentos e PII
Abril de 2015	Missão do FAD sobre cenário fiscal de médio prazo
Março de 2015	Missão do FAD sobre administração fiscal
Março de 2015	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Novembro de 2014	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Setembro de 2014	Missão do STA sobre estatísticas das contas nacionais
Setembro de 2014	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Abril de 2014	Missão do STA sobre balança de pagamentos e PII
Abril de 2014	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Março de 2014	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Fevereiro de 2014	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Dezembro de 2013	Visita de curto prazo de um perito do FAD em contabilidade pública
Novembro de 2013	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Agosto de 2013	Missão do FAD sobre administração da receita
Agosto de 2013	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Junho de 2013	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Março de 2013	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Janeiro de 2013	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Janeiro de 2013	Missão do FAD sobre contabilidade pública

RELAÇÕES COM O GRUPO BANCO MUNDIAL

Plano Executivo de Ação Conjunta (JMAP) para São Tomé e Príncipe

(Em 11 de maio de 2018)

As equipas do FMI e do Banco Mundial para São Tomé e Príncipe mantêm reuniões regulares para discutir os seus respetivos programas de trabalho e as reformas estruturais macrocríticas para o país. As equipas de ambas as instituições reuniram-se no contexto da supervisão do atual programa apoiado pelo acordo ECF para discutir as políticas e o financiamento durante a vigência do programa, entre 2015 e 2018.

O programa de trabalho do Banco Mundial é norteado por um Quadro de Parceria com o País (CPF) para os exercícios de 2014 a 2018, aprovado no EF 2014, o qual incide sobre o apoio ao crescimento e à criação de empregos através de dois temas amplos: estabilidade macroeconómica e competitividade nacional, e redução da vulnerabilidade e desenvolvimento da capacidade humana. As questões de género, parcerias e capacitação são transversais a todas as áreas propostas de atuação. Está-se a buscar uma extensão de dois anos do CPF atual para que sejam incorporados os resultados da avaliação de desempenho e aprendizagem. Um novo inquérito aos agregados familiares e um memorando económico do país estarão disponíveis no EF 2019, os quais servirão de subsídio para o Diagnóstico Sistemático do País (SCD) e o novo CPF. Em novembro de 2016 foi concluído um relatório DeMPA de avaliação do desempenho e da gestão da dívida.

O programa de trabalho do FMI incluiu a discussão no Conselho de Administração da segunda avaliação do acordo ECF em dezembro de 2016, uma visita do corpo técnico em julho de 2017 e uma missão de avaliação em setembro de 2017 para monitorizar o programa apoiado pelo acordo ECF, bem como a assistência em matéria de capacitação nas áreas de gestão financeira pública, administração da receita e supervisão bancária.

O Banco e o Fundo estão a prestar apoios complementares para ajudar São Tomé e Príncipe a fortalecer a gestão financeira pública e fazer progressos rumo à sustentabilidade da dívida. No que respeita a esta última, as equipas do FMI e do Banco Mundial elaboraram em conjunto uma atualização da análise de sustentabilidade da dívida (ASD) em 2017 para acompanhar a avaliação do programa apoiado pelo acordo ECF que seria apresentada ao Conselho de Administração em dezembro de 2017.

Programa de trabalho para o período 2018–19			
<i>Título</i>	<i>Produtos</i>	<i>Datas provisórias das missões</i>	<i>Data prevista de conclusão</i>
A. Informação mútua sobre programas de trabalho pertinentes			
Programa de trabalho do Banco Mundial nos próximos 12 meses	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de recuperação do setor energético de STP • 2.ª Operação de Política de Desenvolvimento • 3.ª Operação de Política de Desenvolvimento • Sistema de pagamentos e inclusão financeira • Resolução bancária • Projeto de Desenvolvimento do Setor dos Transportes • Educação de Qualidade para Todos • Projeto de Capacidade Institucional • Proteção Social e Desenvolvimento de Competências 	Set. 2018 Jun. 2018 Jun. 2018 Ago. 2018 Jul. 2018 Jul. 2018 Set. 2018 Nov. 2017 Nov. 2018	Aprovado Aprovado EF 2019 EF 2019 EF 2019 EF 2019 Aprovado Aprovado EF 2019
Programa de trabalho do FMI nos próximos 12 meses	<ul style="list-style-type: none"> • Sexta avaliação do acordo ECF • Assistência técnica do (1) FAD/LEG/AFRITAC: <ul style="list-style-type: none"> ○ Política fiscal (IVA) ○ Administração da receita ○ GFP (2) MCM: <ul style="list-style-type: none"> ○ Resolução bancária ○ Supervisão bancária 	Out.-Nov. 2018 EF 2019 EF 2019 EF 2019 EF 2019 EF 2019	EF 2019 EF 2019 EF 2019 EF 2019 EF 2019 EF 2019
B. Pedido de contributos para o programa de trabalho			
Pedido do FMI ao BM	<ul style="list-style-type: none"> • Informação sobre as operações do Banco em apoio ao orçamento e o calendário de desembolsos • Apoio ao exame da qualidade dos ativos (EQA) 	Em apoio ao programa orçamental	Em curso Em curso
Pedido do BM ao FMI	<ul style="list-style-type: none"> • Colaboração no fornecimento de um conjunto completo de mapas e quadros macroeconómicos 		Em curso

RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

(Em 18 de maio de 2018)

O Grupo do BAfD iniciou as operações de concessão de crédito em São Tomé e Príncipe em 1978. Até à data, o Banco aprovou empréstimos e donativos que ascendem a um total acumulado de compromissos de cerca de 135 milhões de unidades de conta (UC), ou USD 191 milhões.

Em maio de 2018, a carteira ativa do Banco em São Tomé e Príncipe (STP) era constituída por seis operações num valor de aproximadamente UC 25 milhões (USD 35 milhões). São eles: o Projeto de Reabilitação das Infraestruturas para a Segurança Alimentar (PRIASA II); o Projeto de Gestão das Finanças Públicas (PAGEF); o estudo do Mecanismo Nacional de Planificação e o Sistema de Pagamentos (Tabela 1). A carteira é relativamente recente, com idade média de 3,4 anos. A taxa de desembolso acumulada é de 34% após a extinção de dois projetos (nomeadamente, o PRIASA I com uma taxa de desembolso de 100%, o Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural com uma taxa de desembolso de 85% e o projeto de Facilitação do Comércio com uma taxa de desembolso de 86%). Em termos de distribuição setorial, o setor da agricultura e das pescas domina a carteira com 57%, seguido pelas operações plurisectoriais com 37% e as finanças com 6%. Não há projetos multinacionais ou do setor privado em curso. A carteira é, em grande medida, financiada por créditos do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAfD) (82%), seguido pelo Fundo para o Ambiente Mundial (FAM) (10%), a Facilidade de Apoio de Transição (TSF) (8%) e o Fundo Africano de Facilitação do Comércio (1,5%). O Banco também realizou trabalho analítico centrado nas áreas da energia, agricultura, gestão das finanças públicas e estratégia de desenvolvimento do setor privado 2015–24.

O atual envolvimento do BAfD em STP é regido pelo documento de estratégia nacional (CSP) de 2012–16, aprovado em julho de 2012. A estratégia centrou-se em dois pilares: Pilar I – Reforço da Governação; e Pilar II – Promoção da Infraestrutura Agrícola. O principal objetivo do CSP era preparar as autoridades para a nova era de produção de petróleo e os desafios e riscos que ela representa para o desenvolvimento socioeconómico do país, assim como ajudar o governo a abordar a questão da segurança alimentar. Além disso, o Banco concluiu o seu novo CSP 2018–2022 para o país, o qual será submetido à aprovação da Diretoria Executiva no dia 6 de junho de 2018. O objetivo do CSP é apoiar a transformação económica de STP, alargar a sua base produtiva, com ênfase na área prioritária da agricultura tal como consta da agenda *High 5*, e melhorar a qualidade de vida da população. O apoio do Banco incidirá sobre o estabelecimento de um ambiente propício ao desenvolvimento dos agronegócios e das cadeias de valor, através de investimentos em infraestruturas de apoio à agricultura e nos setores complementares chaves da infraestrutura energética e hídrica. Será também prestado apoio para o desenvolvimento das capacidades em instituições públicas chaves para a formulação e implementação eficaz das reformas macroeconómicas e a gestão das finanças públicas, a fim de melhorar a priorização, a alocação e o uso dos recursos públicos. Nesse contexto, foram identificados dois pilares como áreas de intervenção: Pilar I – apoio ao desenvolvimento da cadeia de valor na agricultura e Pilar II – melhoria da qualidade de vida da população através do fortalecimento da gestão económica e financeira.

Ambos os pilares são coerentes com as prioridades das autoridades, bem como com as prioridades do BAfD tal como descritas na estratégia de 2013–22 e na agenda *High 5*.

Como parte da sua estratégia e dos seus produtos do conhecimento, o BAfD pretende também desenvolver o seguinte trabalho económico e setorial: i) perfil de governação (uma atualização); ii) estratégia de estatísticas agrícolas; iii) estudo sobre as limitações e os potenciais da economia azul; e iv) preparação de uma estratégia de género 2019–2023. Estes estudos disponibilizarão informação sobre a preparação dos futuros projetos e apoiarão os esforços de reforma de políticas do governo. Entretanto, já foram concluídas a avaliação da fragilidade, a estratégia nacional para o emprego dos jovens e os estudos sobre o capital humano.

São Tomé e Príncipe alcançou os pontos de decisão e de conclusão da Iniciativa HIPC para os países pobres muito endividados em 2000 e 2007, respetivamente. Em consequência, em março de 2007, ao alcançar o ponto de conclusão, o país beneficiou do alívio da dívida ao abrigo da HIPC e da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI), no valor de USD 327 milhões. Cerca de 73% do alívio da dívida foi concedido por instituições multilaterais – 40% do Banco Africano de Desenvolvimento, 29% do Banco Mundial e 27% de parceiros bilaterais (11% dos países do Clube de Paris e 16% de países não membros do Clube de Paris).¹ Projeta-se que a dívida remanescente do país junto do BAfD ascenda a USD 0,11 milhões no final de 2017.

Tabela 1. Projetos em curso do BAfD (Milhões de UC)

Descrição	Data de aprovação	Data de conclusão	Compromissos líquidos (milhões de UC)	Taxa de desembolso (%)	Facilidade
Projeto de apoio à segurança alimentar (PRIASA II)	06/10/2015	31/12/2020	11,50	23	Empréstimo FAfD
			2,48	0	FAM
Mecanismo nacional de planificação (PNAT)	25/01/2016	31/12/2018	2,00	34	Empréstimo FAfD
Total da Agricultura			15,98	19	
Projeto de gestão económica e financeira (PAGEF)	14/01/2013	29/06/2018	5,00	63	Donativo FAfD
			2,00	90	Donativo TSF
Total Plurissectorial			7,00	71	
Infraestrutura do sistema de pagamentos e inclusão financeira (SPAUT)	02/03/2017	31/12/2021	1,50	3,2	Empréstimo FAfD
Total do Setor Financeiro			1,50	3,2	
Total da Carteira			24,48	34	

¹ Dados do Governo.

QUESTÕES ESTATÍSTICAS

(Em 28 de junho de 2018)

I. Avaliação da adequação dos dados para fins de supervisão
<p>Geral. O fornecimento de dados apresenta algumas deficiências, mas em geral é apropriado para fins de supervisão. Os graves constrangimentos em termos de recursos financeiros, humanos e tecnológicos atrasaram os avanços para o fortalecimento do sistema estatístico. As principais deficiências estão nas áreas de contas nacionais e setor orçamental.</p>
<p>Contas nacionais. As autoridades compilam e publicam uma série temporal do PIB anual usando um ano base desatualizado (2008) e dados de base inadequados. A série do PIB apresenta uma série de problemas, nomeadamente a presunção de um rácio de consumo intermédio fixo ao longo do tempo a preços correntes, e estimativas do PIB pela óptica da despesa nas quais a despesa de consumo final dos agregados familiares é estimada como residual. As autoridades esperam lançar até ao final de 2018 uma série temporal revista que abordará esses problemas, e continuam a trabalhar na melhoria dos dados de base. A mais recente estimativa do PIB refere-se ao ano civil 2016. Não são compiladas estimativas trimestrais do PIB.</p>
<p>Estatísticas de preços no consumidor. Em janeiro de 2016, o INE iniciou a divulgação de um novo IPC (base: 2014 = 100). Com a assistência do AFRISTAT, o cabaz de produtos foi alterado e as ponderações foram atualizadas, utilizando os resultados de um inquérito ao orçamento familiar realizado em 2010. Devido às limitações financeiras, o novo IPC abrange apenas a capital do país. Uma missão de assistência técnica no EF 2018 passou em revista o índice com o novo ano base, realizou o diagnóstico de toda a série, associou as séries anteriores e posteriores ao rebaseamento para produzir uma série analítica para a base de dados do FMI e para fins estatísticos e considerou os planos do INE de atualizações adicionais ao IPC após a conclusão do novo inquérito ao orçamento familiar que está em curso com o apoio do Banco Mundial.</p>
<p>Estatísticas das finanças públicas. Dados detalhados sobre as receitas e despesas são compilados e transmitidos ao AFR. As principais áreas que carecem de reforço são:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) monitorização das despesas com projetos financiados por doadores e ii) operações de financiamento. <p>Todos os empréstimos a projetos (financiados por doadores) estão inscritos no orçamento, mas alguns são executados de forma independente. O governo solicitou a ajuda dos parceiros de desenvolvimento para inscrever todos os financiamentos externos no orçamento. A expectativa é que o registo das operações de financiamento e dos stocks seja aperfeiçoado em consequência do reforço da capacidade de gestão da dívida. As contas públicas de 2010-14 foram finalizadas e apresentadas ao Tribunal de Contas. As autoridades estão a trabalhar nas contas públicas de 2015 e de 2016.</p> <p>STP aderiu ao projeto do AFRITAC Central em 2017, com planos para o desenvolvimento das EFP. Foram realizadas duas missões de AT e outras duas estão programadas para os próximos meses. As primeiras missões: i) identificaram as prioridades em termos da compilação de EFP e sugeriram às autoridades um roteiro de migração para a adoção plena dos princípios do <i>GFSM 2014</i></p>

(*Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014*) e ii) auxiliaram o Ministério das Finanças a compilar as EFP do governo geral orçamental para um exercício fiscal segundo as diretrizes do *GFSM 2014*. Após a finalização e validação dos dados, as autoridades irão transmiti-los ao STA.

Estatísticas monetárias e financeiras. As missões do STA prestaram assistência técnica em estatísticas monetárias em dezembro de 2004, abril/maio de 2006, junho de 2007 e setembro de 2010, tendo como resultado uma melhoria expressiva da exatidão e oportunidade dos dados monetários transmitidos no formulário padrão de reporte de dados (SRF) relativamente ao banco central e às outras sociedades de depósitos (OSD). O BCSTP retomou a transmissão regular de dados mensais ao STA sobre o banco central e as OSD.

Os balancetes mensais do BCSTP são, na generalidade, apropriados para a compilação de estatísticas monetárias em conformidade com o MFSMCG (*Manual de Estatísticas Monetárias e Financeiras e Guia de Compilação*).

Um novo plano de contas para as OSD foi introduzido em janeiro de 2010. A missão de setembro de 2010 examinou este novo plano de contas para o sistema financeiro e considerou-o apropriado para a correta classificação, setorização e avaliação dos instrumentos financeiros, e compatível com a metodologia do MFSMCG. Contudo, a missão constatou graves deficiências na informação reportada por alguns bancos e incoerências na abordagem adotada pelos bancos no reporte de dados ao BCSTP. Seguindo as recomendações da missão, o BCSTP se empenhou em corrigir esses problemas. O banco central começou a recolher dados das companhias de seguros que iniciaram as suas atividades nos últimos anos. O volume de ativos das companhias de seguros ainda é pequeno demais para justificar a inclusão destas nas estatísticas monetárias.

O banco central produz um quadro trimestral de indicadores de solidez financeira (ISF). Missões de assistência técnica do MCM na área de supervisão bancária ajudaram a alargar a cobertura de tal quadro e melhorar a qualidade dos dados. A compilação dessas informações adicionais permitiria ao país começar a realizar exercícios de testes de stress no futuro próximo. O STA entrou em contacto com o BCSTP várias vezes para solicitar o envio regular de dados dos ISF segundo a metodologia do *FSI Compilation Guide* para que tais dados fossem publicados na página do FMI na internet, mas não obteve resposta.

Estatísticas do setor externo: O BCSTP compila estatísticas trimestrais sobre a balança de pagamentos (BdP) e a posição de investimento internacional (PII) que são coerentes com as orientações da sexta edição do *BPM6* (*Manual da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional*). As séries da BdP e PII foram convertidas à apresentação do *BPM6* a partir do primeiro trimestre de 1997 e quarto trimestre de 2013, respetivamente. São transmitidos regularmente dados ao STA, embora ainda com um desfasamento superior a dois trimestres, em comparação às boas práticas de divulgação de dados.

O BCSTP realiza inquéritos trimestrais para recolher dados da balança de pagamentos e da PII junto do setor privado não financeiro e do setor do petróleo e do gás. Contudo, o índice de respostas é baixo e os números relativos aos erros e omissões líquidos são ainda muito elevados. Nesse contexto, o BCSTP está a avaliar a recolha de dados através de diferentes métodos, até que o índice de respostas seja considerado apropriado.

Existe espaço para melhorar a compilação das estatísticas do setor externo, em particular, para melhorar a atualidade e diminuir o grande número de erros líquidos e omissões. O BCSTP tem trabalhado no sentido de melhorar a compilação das transações financeiras e das estatísticas da PII. Todavia, é necessário um trabalho adicional para alargar a cobertura, melhorar a fiabilidade e assegurar a consistência entre os dados da PII e da balança de pagamentos.

A missão de assistência técnica de fevereiro de 2018 concluiu que o BCSTP deveria superar os desafios relacionados ao baixo índice de respostas aos inquéritos sobre as estatísticas do setor externo (ESE), a granularidade e cobertura limitadas da conta de bens e as limitações em termos de recursos humanos. O acesso direto pelos compiladores aos dados da conta do petróleo é essencial para aprimorar a qualidade das ESE e diminuir a quantidade de erros e omissões na BdP. Atualmente, a falta de estatísticas de qualidade sobre o comércio de petróleo poderiam explicar dois terços dos erros e omissões líquidos na BdP.

II. Normas e qualidade dos dados

São Tomé e Príncipe aderiu ao Sistema Geral de Disseminação de Dados aprimorado (e-GDDS) do FMI, mas o país ainda não lançou a sua Página Nacional de Síntese de Dados.

República Democrática de São Tomé e Príncipe: Indicadores mais comuns necessários para a supervisão

(Em 28 de junho de 2018)

	Data da última observação	Data de recebimento	Frequência dos dados ⁶	Frequência do reporte	Frequência da publicação
Taxas de câmbio	Jun. 2018	Jun. 2018	D	D	D
Ativos de reserva internacionais e passivos de reserva das autoridades monetárias ¹	Jun. 2018	Jun. 2018	D	D	D
Posição de investimento internacional	Março 2018	Abr. 2018	T	T	T
Reservas/base monetária	Jun. 2018	Jun. 2018	D	D	D
Massa monetária	Abr. 2018	Jun. 2018	M	M	M
Balanço do banco central	Abr. 2018	Jun. 2018	M	M	M
Balanço consolidado do sistema bancário	Abr. 2018	Jun. 2018	M	M	M
Taxas de juros ²	Jun. 2017	Set. 2017	I	I	I
Índice de Preços no Consumidor	Abr. 2018	Mai 2018	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo general ⁴	Mai 2018	Jun. 2018	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo central	Mai 2018	Jun. 2018	M	M	M
Stock da dívida contraída ou garantida pelo governo central ⁵	Dez. 2017	Março 2018	M	T	T
Saldo da conta corrente externa	TI 2018	Jun. 2018	T	T	T
Exportações e importações de mercadorias	Mai 2018	Jun. 2018	M	M	M
PIB/PNB ⁶	2017	Março 2018	A	A	A
Dívida externa bruta	Dez. 2017	Março 2018	M	T	T

¹ Inclui os ativos de reserva dados em garantia ou penhorados, bem como as posições derivadas líquidas.

² Taxa de referência do banco central.

³ Financiamento externo, bancário interno e não bancário interno.

⁴ O governo geral é composto pelo governo central (fundos orçamentais, fundos extraorçamentais e fundos de segurança social) e pelos governos estaduais/provinciais e locais.

⁵ Composição por moeda e por vencimento.

⁶ Diária (D), semanal (S), mensal (M), trimestral (T), anual (A), irregular (I), não disponível (ND).



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

9 de julho de 2018

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE A CONSULTA DE 2018 AO ABRIGO DO ARTIGO IV, QUINTA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO, PEDIDO DE DISPENSA PELA NÃO OBSERVÂNCIA DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO – ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA¹

Aprovado por
David Owen e Kevin Fletcher
(FMI) e **Paloma Anos-Casero**
(AID)

Elaborado pelos corpos técnicos do Fundo Monetário Internacional e da Associação Internacional de Desenvolvimento, em colaboração com as autoridades de São Tomé e Príncipe.

São Tomé e Príncipe é classificado como um país em situação de sobre-endividamento segundo esta análise de sustentabilidade da dívida (ASD) de países de baixo rendimento, efetuada em conjunto pelo Banco Mundial e o FMI. Esta avaliação alterou-se face à ASD anterior concluída em dezembro de 2017 (risco elevado de sobre-endividamento externo) devido às negociações prolongadas relativas ao reescalamento dos atrasados externos. No entanto, os rácios da dívida de São Tomé e Príncipe melhoraram desde a ASD anterior. Mais especificamente, o rácio do valor atual de dívida externa pública e com garantia pública/PIB já não ultrapassa o seu limiar no cenário de base devido a desembolsos de empréstimos inferiores ao esperado em 2017, a uma apreciação do euro face ao USD e a um crescimento do deflador do PIB superior ao esperado. À semelhança da ASD anterior, os rácios do serviço da dívida permanecem abaixo dos respetivos limiares em praticamente todos os cenários. Todavia, os rácios do valor atual da dívida/exportações e receitas ainda ultrapassam os respetivos limiares no cenário de base no início do período de projeção, embora diminuam ao longo do tempo. Esta ASD sublinha a importância de diminuir todos os indicadores de dívida externa pública e com garantia pública para um valor abaixo dos seus limiares através da continuação da consolidação orçamental, evitando empréstimos não concessionais, promovendo o crescimento e expandindo a base de exportações.

¹ A atualização da ASD foi elaborada pelos corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial em colaboração com as autoridades de São Tomé e Príncipe. A análise atualiza a anterior ASD conjunta, datada de 11 de dezembro de 2017 (Relatório do FMI n.º 17/382). A ASD observa os princípios da nota de orientação conjunta para a aplicação do quadro de sustentabilidade da dívida de países de baixo rendimento, de 5 de novembro de 2013 (*Staff Guidance Note on the Application of the Joint Fund-Bank Debt Sustainability Framework for Low-Income Countries*). A ASD utiliza a taxa de desconto unificada de 5% definida na Decisão n.º 15462 (11/10/2013). Para fins da determinação dos limiares da carga da dívida nos termos do quadro conjunto de sustentabilidade da dívida (QSD), São Tomé e Príncipe é classificado como um país de desempenho fraco. A notação média de São Tomé e Príncipe no período 2014-16, segundo o índice CPIA do Banco Mundial de avaliação das políticas e instituições nacionais, é de 3,07. Os limiares indicativos correspondentes a esta notação são: 30% para o rácio VAL da dívida/PIB, 100% para o rácio VAL da dívida/exportações, 200% para o rácio VAL da dívida/receitas, 15% para o rácio serviço da dívida/exportações e 18% para o rácio serviço da dívida/receitas.

CONTEXTO

1. Esta análise da sustentabilidade da dívida (ASD) atualiza a ASD de São Tomé e Príncipe concluída em 11 de dezembro de 2017 (Relatório do FMI n.º 17/382). Essa ASD concluiu que São Tomé e Príncipe continuava a apresentar um risco elevado de sobre-endividamento.

2. O total da dívida externa pública e com garantia pública (PGP) diminuiu de 52,5% do PIB em 2016 para 45,7% do PIB em 2017 (Tabela 1 do texto).²

A dívida externa PGP no final de 2017 era também inferior à projeção anterior de 49,9% do PIB. Esta diminuição foi impulsionada sobretudo por desembolsos inferiores ao esperado devido a limitações de absorção (Tabela 2 do texto), a uma apreciação do euro face ao USD e ao crescimento do deflator do PIB superior ao esperado. Entretanto, dados preliminares indicam que o stock da dívida interna também diminuiu, passando o total da dívida externa PGP de 67,6% do PIB em 2016 para 64,4% do PIB em 2017, principalmente devido ao diferencial de preços positivo entre os preços do petróleo importado e na bomba, utilizado para reduzir a dívida contraída junto da empresa de importação de petróleo, ENCO. A dívida interna inclui os atrasados internos e títulos públicos emitidos no mercado interno (cerca de 4,2% do PIB).

3. Em termos prospetivos, o orçamento de 2018 prevê USD 11,0 milhões (2,4% do PIB) em desembolsos de empréstimos (Tabela 2 do texto).

Espera-se que uma grande parte deste valor provenha do BAfD. Projeta-se que a dívida já contraída, não desembolsada em 2017 e que não se espera que seja desembolsada em 2018, o seja em 2019-21.

4. Em termos de cobertura, a ASD inclui apenas a dívida contraída ou garantida pelo governo central.

As empresas públicas não apresentam dívida externa.

5. São Tomé e Príncipe continua a apresentar atrasados com credores bilaterais após a Iniciativa HIPC.

Estes atrasados são com Angola (USD 4,8 milhões), o Brasil (USD 4,3 milhões) e a Guiné Equatorial

Tabela 1 do texto. São Tomé e Príncipe: Stock da Dívida Pública

(Em fim de 2017)	Milhões de USD	% do PIB
Total da dívida PGP	267,6	64,4%
Total da dívida externa PGP	189,8	45,7%
Credores multilaterais	45,3	10,9%
AID	11,9	2,9%
BADEA	12,0	2,9%
FIDA	5,8	1,4%
BAfD	6,9	1,7%
FMI	6,7	1,6%
OPEP	2,0	0,5%
Credores bilaterais	131,9	31,7%
Portugal	59,6	14,3%
Angola	55,6	13,4%
China ¹	10,0	2,4%
Brasil ¹	4,3	1,0%
Guiné Equatorial	1,7	0,4%
Bélgica	0,8	0,2%
Dívida externa a fornecedores	12,5	3,0%
Dívida interna²	77,8	18,7%
Atrasados internos	60,3	14,5%
ENCO (importação petrolífera)	38,5	9,3%
CST (telecomunicações)	5,8	1,4%
EMAE (água e eletricidade)	2,6	0,6%
Outros fornecedores	13,4	3,2%
Dívida interna (outros)	17,5	4,2%
Por memória:		0,0%
Atrasados antigos pré-HIPC	54,9	13,2%
Itália ¹	24,3	5,8%
Angola	30,6	7,4%
Atrasados da EMAE à ENCO²	66,6	16,0%

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ Dívida comercial garantida pelo governo.

² Dados preliminares

² Estes valores da dívida excluem os atrasados anteriores à Iniciativa HIPC no montante de 14,0% do PIB (no pressuposto de perdão da dívida) e um empréstimo contestado da Nigéria equivalente a 7,6% do PIB.

(USD 1,7 milhões), num total equivalente a 2,8% do PIB. Além disso, um empréstimo da Nigéria equivalente a 7,6% do PIB foi excluído do stock da dívida, dado que, de acordo com as informações prestadas pelas autoridades de São Tomé e Príncipe, está em processo de contestação. A Tabela 3 do texto fornece mais pormenores sobre os atrasados e a dívida contestada.

	2016	Proj. 2017 ¹	2017	Proj. 2018	Proj. 2019-21
Kuwait	0,0	1,7	0,0	1,7	14,7
BEI	0,0	0,0	0,0	0,0	12,7
BAfD	0,9	7,6	2,2	4,5	13,4
Portugal	2,7	2,2	0,0	0,0	6,8
BADEA	1,4	1,2	0,3	1,2	6,0
FMI	1,8	1,8	1,8	1,8	0,0
Angola	4,5	4,5	4,5	0,0	0,0
FIDA	0,0	1,9	0,0	1,8	0,0
Total	11,3	20,9	8,8	11,0	53,6
% do PIB	3,2	5,3	1,9	2,4	3,1

¹Projeção na ASD de dezembro de 2017.

Tipo	Descrição	Tratamento na ASD
Atrasados antigos pré-HIPC (14,0% do PIB)	São Tomé e Príncipe apresenta atrasados antigos anteriores à HIPC com Angola (USD 30,6 milhões) e Itália (USD 24,3 milhões), num total de USD 54,9 milhões. O país está a envidar os melhores esforços para chegar a um acordo consistente com o representativo acordo com o Clube de Paris. Em 2017, São Tomé e Príncipe conseguiu garantir um alívio dos atrasados antigos anteriores à HIPC com a China no valor de USD 18,4 milhões.	Não incluídos na ASD.
Atrasados bilaterais pós-HIPC (2,8% do PIB)	São Tomé e Príncipe apresenta atrasados pós-HIPC com Angola (USD 4,8 milhões), o Brasil (USD 4,3 milhões) e a Guiné Equatorial (USD 1,7 milhões), num total de USD 10,8 milhões. O governo procurou ativamente alcançar acordos de reescalonamento da dívida com Angola e a Guiné Equatorial através de correspondência e reuniões de alto nível, mas ainda estão pendentes as respostas destes dois países sobre o prosseguimento das negociações. Estes atrasados são o resultado de uma gestão da dívida fraca e o corpo técnico avalia que São Tomé e Príncipe tem capacidade para os reembolsar ao longo do tempo.	Incluídos na ASD.

Tabela 3 do texto. Atrasados e Dívida Contestada (conclusão)

(Em fim de dezembro de 2017)

Tipo	Descrição	Tratamento na ASD
Atrasados internos (14,5% do PIB)	São Tomé e Príncipe apresenta atrasados internos à empresa de petróleo, ENCO (USD 38,5 milhões), à empresa de telecomunicações, CST (USD 5,8 milhões) e à empresa de água e eletricidade, EMAE (USD 2,6 milhões). Existem também atrasados a outros fornecedores num montante de USD 13,4 milhões. No total, os atrasados internos ascendem a USD 60,3 milhões. O governo dispõe de um plano de regularização dos atrasados internos.	Incluídos na ASD.
Dívida contestada (7,6% do PIB)	Foi excluído do stock da dívida um empréstimo da Nigéria no montante de USD 30 milhões dado que não existe um contrato assinado entre os dois países com as condições de reembolso. Todavia, as autoridades reconhecem o recebimento dos fundos que foram despendidos conforme demonstrado pela documentação orçamental. Este empréstimo foi concedido como adiantamento de receitas do petróleo no contexto da zona de desenvolvimento conjunto entre os dois países, mas este projeto foi interrompido. De acordo com as autoridades de São Tomé e Príncipe, este empréstimo está a ser contestado porque apenas deveria ser reembolsado no caso da materialização das receitas do petróleo. As autoridades aguardam ainda respostas da Nigéria sobre a discussão do empréstimo contestado.	Não incluída na ASD.

6. São Tomé e Príncipe continua a participar ativamente nas negociações de reescalonamento com estes credores. Foi alcançado um acordo com o Governo brasileiro, pendente de ratificação pelo Senado brasileiro. O governo procurou ativamente alcançar acordos de reescalonamento da dívida com Angola e a Guiné Equatorial através de correspondência e reuniões de alto nível, mas ainda estão pendentes as respostas destes dois países sobre o prosseguimento das negociações. Igualmente, a Nigéria ainda não respondeu ao pedido das autoridades de discussão do empréstimo contestado.

PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

7. Os pressupostos macroeconómicos alteraram-se moderadamente face aos da ASD anterior. A ASD atual pressupõe um crescimento do PIB real inferior no longo prazo (4,9% em vez de 5,4%) devido a incertezas sobre a implementação de grandes projetos. Simultaneamente, o

deflatores. Além disso, o IDE e o déficit da conta corrente³ aumentaram em consonância com o recente interesse acrescido na exploração de petróleo (Tabela 4 do texto), conforme demonstrado pelos grandes bónus de assinatura do petróleo e pelo anúncio de concursos para novos blocos de exploração.

Tabela 4 do texto. Pressupostos Macroeconómicos

	Histórico			Previsões	
	ASD 2017 ¹	ASD 2018 ¹	Últimos 4 anos	ASD 2017 ¹	ASD 2018
	2007-16	2008-17	2014-17	2017-37	2018-38
Crescimento do PIB real (percentagem)	4,3	4,8	4,6	5,4	4,9
Inflação (média percentual)	13,2	11,9	5,8	3,4	3,4
Deflator do PIB (percentagem)	5,6	5,8	2,4	2,2	2,9
Saldo primário interno (percentagem do PIB)	-4,5	-3,9	-3,1	-1,3	-1,0
Saldo primário (percentagem do PIB)	-9,3	-8,7	-5,5	-2,4	-1,6
Donativos (percentagem do PIB)	17,3	16,7	11,8	7,6	7,4
Novos empréstimos (percentagem do PIB)	7,6	7,5	5,5	2,3	2,3
IDE (percentagem do PIB)	15,7	13,0	7,8	3,8	11,9
Crescimento das exportações em USD (percentagem)	21,9	24,6	24,3	6,6	6,2
Crescimento das importações em USD (percentagem)	9,6	10,3	3,3	5,5	6,3
Saldo da conta corrente, excluindo donativos (percentagem do PIB)	-38,7	-36,3	-24,2	-13,2	-17,1
Saldo da conta corrente, incluindo donativos (percentagem do PIB)	-21,4	-19,6	-12,4	-5,6	-9,7

¹ Relatório do FMI n.º 17/382

SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA EXTERNA

8. No cenário de base, o valor atual (VA) da dívida face às exportações e o VA da dívida face às receitas ultrapassam ambos os respetivos limiares indicativos, mas os rácios do serviço da dívida permanecem abaixo dos limiares em praticamente todos os cenários (Figura 1).⁴ Estas ultrapassagens também se verificaram na ASD anterior. No entanto, o VA da dívida externa pública e com garantia pública face ao PIB já não ultrapassa o respetivo limiar. Esta melhoria relativamente à ASD anterior foi impulsionada por desembolsos inferiores ao esperado em 2017, uma apreciação do euro face ao USD e ao crescimento do deflator do PIB superior ao esperado. À semelhança da ASD anterior, os rácios de serviço da dívida continuam abaixo dos seus limiares em todos os cenários,

³ Maiores fluxos de entrada de IDE resultarão em mais importações de bens de investimento e, assim, um déficit da balança corrente superior.

⁴ A qualidade das políticas e instituições de São Tomé e Príncipe no período 2014-16, segundo a média do índice CPIA do Banco Mundial de avaliação das políticas e instituições nacionais, recebeu a notação de 3,07 (fraco desempenho). Os limiares indicativos correspondentes a esta notação são: 30% para o rácio valor atual líquido (VAL) da dívida/PIB, 100% para o rácio VAL da dívida/exportações, 200% para o rácio VAL da dívida/receitas, 15% para o rácio serviço da dívida/exportações e 18% para o rácio serviço da dívida/receitas.

exceto o rácio do serviço da dívida/exportações no cenário histórico. Todos os indicadores melhoram ao longo do tempo no cenário de base e nos cenários mais extremos, em resultado do crescimento económico, da consolidação orçamental, da acumulação de dívida mais lenta, da expansão da base de exportações e de importações limitadas.

9. Em testes de stress com o choque mais extremo, todos os indicadores do stock de dívida externa ultrapassam os respetivos limiares no início do período de projeção, embora com uma tendência de declínio (Figura 1, linhas negras sólidas). À semelhança da ASD anterior, os indicadores baseados nas exportações são mais sensíveis aos choques nas exportações, ao passo que os restantes indicadores são mais sensíveis a um choque pontual de depreciação de 30%. Isto salienta a necessidade de diversificar a base de exportações e de manter a credibilidade da paridade cambial.

SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA

10. Ao contrário da ASD anterior, o rácio entre o VA do total da dívida pública e o PIB já não ultrapassa a referência no cenário de base e em cenários de saldo primário fixo (Figura 2). O cenário de base melhorou pelas razões acima discutidas. O cenário de saldo primário fixo também melhorou devido à expectativa de um excedente primário de 0,6% do PIB em 2018, em contraste com o défice primário em 2017 de 1,0% do PIB, devido a um bónus de assinatura de exploração de petróleo. Como é o caso da ASD anterior, a dinâmica da dívida pública parece insustentável no cenário histórico, sublinhando a importância da continuação da consolidação orçamental e de fomento do crescimento liderado pelo setor privado através de reformas estruturais. O rácio VA da dívida/receitas é mais sensível à deterioração de um desvio padrão no défice primário histórico. Os outros dois indicadores são mais sensíveis a um choque de depreciação pontual de 30%.

QUALIFICAÇÃO DO SOBRE-ENDIVIDAMENTO E CONCLUSÕES

11. A classificação de São Tomé e Príncipe foi atualizada para país em situação de sobre-endividamento. Esta alteração não foi realizada no momento da ASD anterior por ter sido considerada iminente a regularização dos atrasados da dívida soberana pós-HIPC de São Tomé e Príncipe (a Angola, Brasil e Guiné Equatorial, num total de cerca de 2,8% do PIB). Dado que estes atrasados ainda não estão regularizados, o corpo técnico considera a classificação de país em situação de sobre-endividamento como apropriada. São Tomé e Príncipe continua a procurar ativamente chegar a acordos de reescalonamento.

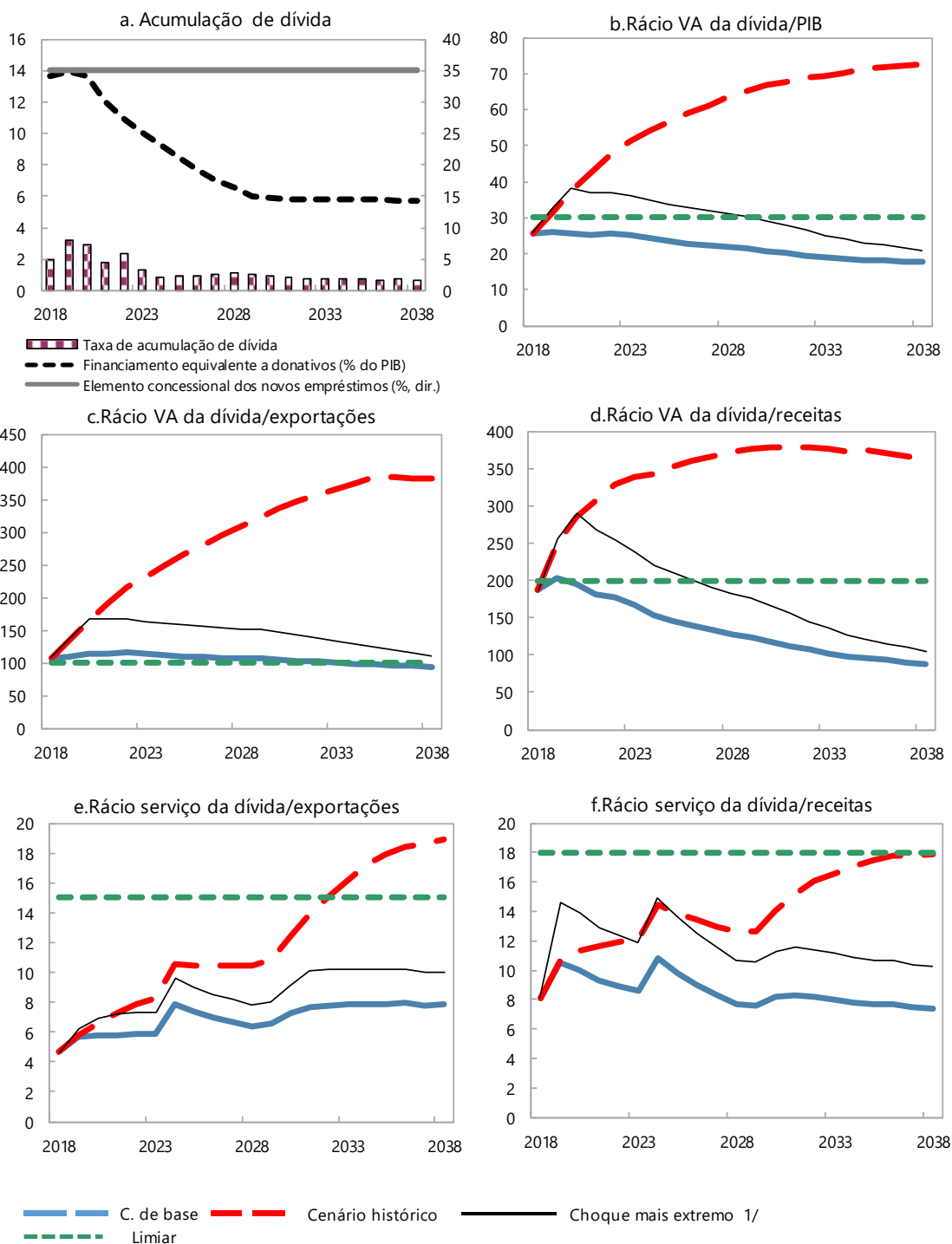
12. Na ausência destes atrasados, São Tomé e Príncipe teria sido classificado como em situação de risco elevado de sobre-endividamento. Isto reflete as ultrapassagens de limiar no cenário de base. Outros dois fatores agravantes são o facto de i) uma grande parte dos atrasados internos do governo, nomeadamente os atrasados com a ENCO, ser denominada em USD e de a ENCO ser maioritariamente detida por capital estrangeiro e ii) existirem passivos contingentes consideráveis decorrentes da empresa pública de eletricidade, EMAE, que não são considerados

nesta ASD, dado que se referem apenas ao governo central. Todavia, o Banco Mundial está a prestar assistência técnica a São Tomé e Príncipe para melhorar a sua gestão da dívida e das empresas públicas, o que deverá ajudar a reduzir a incidência de atrasados externos e internos. A consolidação orçamental, a prudência na contratação de nova dívida e a continuação da diversificação da economia e da base de exportações são necessárias para melhorar os indicadores de dívida no médio prazo.

13. Estas conclusões sublinham a importância de manter políticas sólidas com vista à redução dos riscos relacionados com a dívida. Estas políticas incluem a continuação da consolidação orçamental, evitando empréstimos não concessionais, promovendo o crescimento e alargando a base de exportações.

14. Opinião das autoridades: Em resposta à apresentação do corpo técnico desta análise em março-abril de 2018, as autoridades concordaram, no geral, com a avaliação. Compreenderam que a principal razão para a classificação de país em situação de sobre-endividamento é a existência de atrasados externos de longa data. Reiteraram, além disso, o seu compromisso em recorrer a crédito de forma comedida, em fomentar a sustentabilidade da dívida e em procurar ativamente a reestruturação dos atrasados atuais.

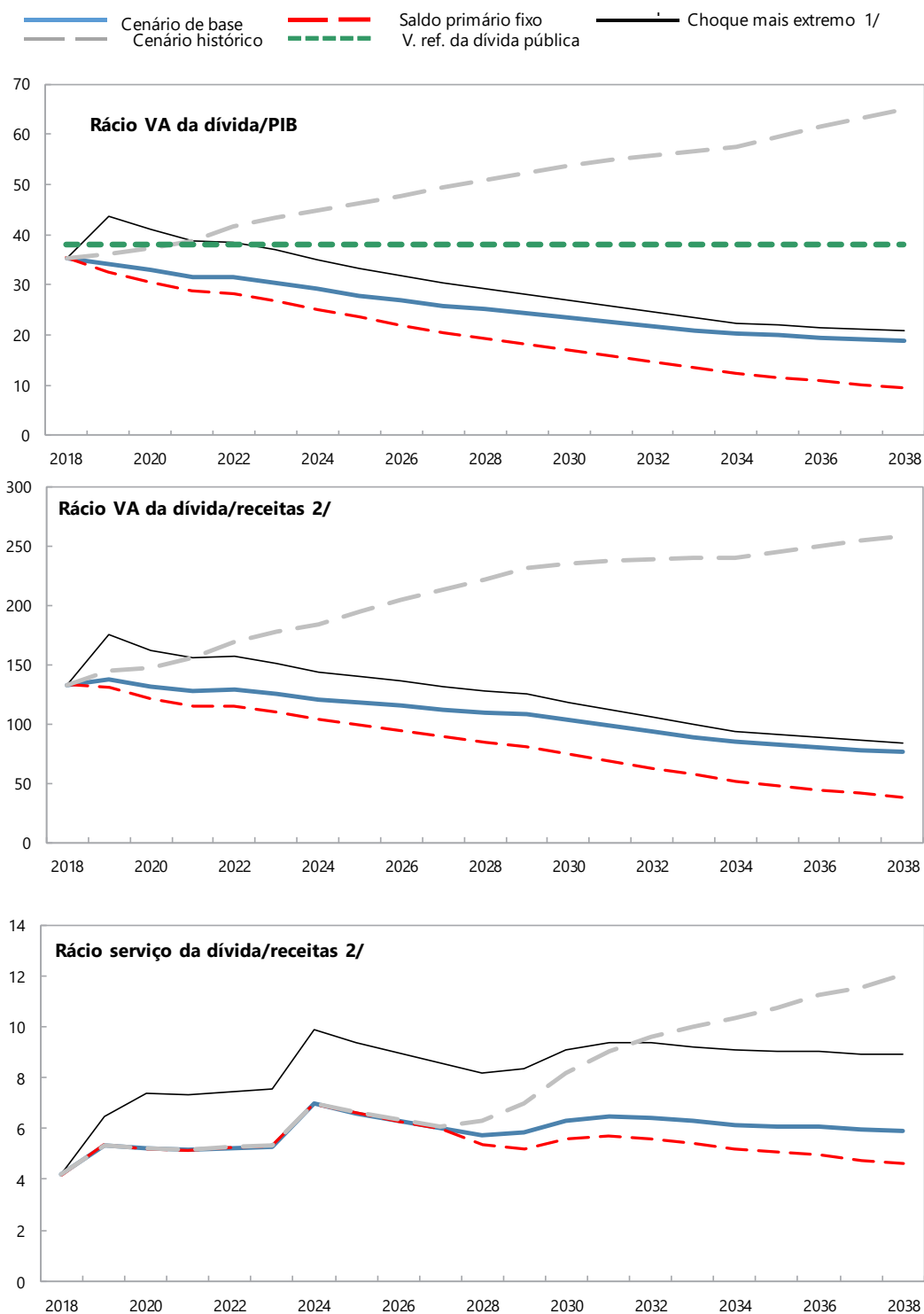
Figura 1. São Tomé e Príncipe: Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública em Cenários Alternativos, 2018-38



Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ O teste de stress mais extremo é o que resulta no maior rácio em ou antes de 2028. Os choques mais extremos são uma depreciação nominal pontual de 30%, nas Figuras a, b, d e f; e uma diminuição de um desvio padrão no crescimento histórico do valor das exportações, nas Figuras c e e.

Figura 2. São Tomé e Príncipe: Indicadores da Dívida Pública em Cenários Alternativos, 2018-38



Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ O teste de stress mais extremo é o que produz o rácio mais elevado em ou antes de 2028.

2/ A definição das receitas inclui os donativos.

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Externa, Cenário de Base, 2015-38
(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efetivo			Média histórica ^{6/}	Desvio padrão ^{6/}	Projeções							2018-2038		2024-2038 Média		
	2015	2016	2017			2018	2019	2020	2021	2022	2023	Média	2028	2038			
Dívida externa (nominal) 1/	62,8	52,5	45,7			42,1	41,4	40,5	38,8	37,4	36,1				29,9	24,1	
<i>da qual: pública e com garantia pública (PGP)</i>	62,8	52,5	45,7			42,1	41,4	40,5	38,8	37,4	36,1				29,9	24,1	
Varição da dívida externa	11,5	-10,3	-6,8			-3,5	-0,8	-0,8	-1,7	-1,4	-1,3				-0,9	-0,2	
Fluxos líquidos identificados geradores de dívida	10,3	-6,2	-7,5			-5,5	-3,3	-4,6	-5,1	-4,5	-4,6				-3,3	-3,3	
Déficit da conta corrente excluindo juros	12,7	6,2	7,8	19,3	8,8	6,4	9,3	8,1	7,5	8,1	8,1				9,5	10,9	9,8
Déficit da balança de bens e serviços	31,1	25,7	22,3			22,9	24,0	22,0	19,8	19,0	18,1				16,0	16,3	
Exportações	28,5	27,3	26,9			23,9	23,5	22,8	22,1	22,1	22,0				20,4	19,0	
Importações	59,6	53,0	49,2			46,9	47,5	44,9	42,0	41,0	40,1				36,4	35,3	
Transferências correntes líquidas (negativas = influxo)	-18,4	-18,9	-15,2	-20,2	3,7	-17,3	-16,0	-15,8	-14,7	-13,7	-12,9				-9,6	-9,4	-9,7
<i>das quais: oficiais</i>	-12,7	-13,7	-10,6			-13,2	-12,2	-12,2	-11,1	-10,2	-9,3				-5,9	-5,0	
Outros fluxos de conta corrente (negativos = influxo líquido)	0,0	-0,5	0,8			0,7	1,3	1,9	2,4	2,9	2,9				3,2	4,0	
IDE líquido (negativo = influxo)	-8,2	-5,8	-10,6	-13,0	12,0	-10,7	-11,4	-11,4	-11,3	-11,3	-11,4				-11,8	-13,5	-12,2
Dinâmica endógena da dívida 2/	5,8	-6,6	-4,8			-1,1	-1,2	-1,4	-1,4	-1,3	-1,3						
Contribuição da taxa de juros nominal	0,3	0,3	0,4			0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5				0,5	0,5	
Contribuição do crescimento do PIB real	-2,2	-2,3	-1,8			-1,5	-1,7	-1,9	-1,8	-1,8	-1,7				-1,4	-1,2	
Contribuição das variações de preços e da taxa de câmbio	7,6	-4,5	-3,3			
Residual (3-4) 3/	1,2	-4,1	0,7			2,0	2,6	3,8	3,4	3,2	3,3				2,4	3,2	
<i>do qual: financiamento excepcional</i>	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0				0,0	0,0	
VA da dívida externa 4/	27,2			25,7	25,8	25,8	25,1	25,6	25,1				21,7	17,6	
Em percentagem de exportações	100,8			107,5	109,9	112,8	113,4	115,9	114,1				106,5	93,1	
VA da dívida externa PGP	27,2			25,7	25,8	25,8	25,1	25,6	25,1				21,7	17,6	
Em percentagem de exportações	100,8			107,5	109,9	112,8	113,4	115,9	114,1				106,5	93,1	
Em percentagem da receita pública	209,3			186,8	203,1	195,5	182,1	177,1	166,4				127,9	88,1	
Rácio serviço da dívida/exportações (em percentagem)	3,8	3,3	3,1			4,7	5,7	5,8	5,8	5,8	5,9				6,4	7,8	
Rácio serviço da dívida PGP/exportações (em percentagem)	3,8	3,3	3,1			4,7	5,7	5,8	5,8	5,8	5,9				6,4	7,8	
Rácio serviço da dívida PGP/receitas (em percentagem)	7,8	6,6	6,4			8,1	10,5	10,0	9,3	8,9	8,6				7,7	7,4	
Necessidade bruta total de financiamento (milhões de USD)	17,7	4,6	-7,4			-15,1	-4,0	-11,0	-16,0	-13,5	-15,0				-10,9	-22,4	
Déficit da conta corrente excl. juros que estabiliza o rácio da dívida	1,2	16,6	14,6			9,9	10,1	9,0	9,2	9,5	9,4				10,4	11,1	
Principais pressupostos macroeconómicos																	
Crescimento do PIB real (em percentagem)	3,8	4,2	3,9	4,8	1,8	4,0	4,5	5,0	5,0	5,0	5,0	4,8	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0
Deflador do PIB em USD (variação percentual)	-12,9	7,8	6,7	5,8	9,5	14,2	7,4	6,3	4,5	2,9	2,1	6,2	2,1	0,0	1,6	0,0	1,6
Taxa de juros efetiva (percentagem) 5/	0,6	0,5	0,8	0,8	0,2	1,1	1,2	1,3	1,3	1,4	1,4	1,3	1,6	2,0	1,7	2,0	1,7
Crescimento das exportações de bens e serviços (em USD, em percentagem)	1,7	7,4	9,6	24,6	23,4	5,4	10,1	8,5	6,4	7,7	6,7	7,5	5,6	5,6	5,6	5,6	5,6
Crescimento das importações de bens e serviços (em USD, em percentagem)	-18,2	-0,2	2,9	10,3	19,1	13,1	13,8	5,4	2,6	5,6	4,7	7,5	5,4	6,0	5,8	5,8	5,8
Elemento concessional dos novos empr. do setor público (em percentagem)	34,9	34,9	34,9	34,9	34,9	34,9	34,9	34,9	34,9	34,9	34,9	34,9
Receitas públicas (excluindo donativos, em percentagem do PIB)	14,0	13,6	13,0			13,8	12,7	13,2	13,8	14,5	15,1				17,0	20,0	17,9
Fluxos de ajuda (milhões de USD) 7/	71,0	56,9	50,6			70,9	88,7	95,7	88,2	84,1	84,0				82,7	137,3	
<i>dos quais: Donativos</i>	36,4	46,9	39,5			59,8	64,0	71,0	71,2	70,3	69,2				61,7	98,2	
<i>dos quais: Empréstimos concessionais</i>	34,5	10,1	11,1			11,1	24,7	24,7	17,0	13,8	14,8				21,0	39,1	
Financiamento equivalente a donativos (em percentagem do PIB) 8/			13,7	13,9	13,6	12,0	10,9	10,0				6,6	5,7	6,5
Financiamento equivalente a donativos (em % do financiamento externo) 8/			89,8	81,9	83,2	87,4	89,3	88,5				83,5	81,5	83,0
Por memória:																	
PIB nominal (milhões de USD)	315,5	354,2	392,5			466,1	523,1	583,8	640,5	691,7	741,5				1049,6	1956,3	
Crescimento do PIB nominal (USD)	-9,6	12,3	10,8			18,7	12,2	11,6	9,7	8,0	7,2	11,2	7,2	5,0	6,7	5,0	6,7
VA da dívida externa PGP (milhões de USD)	112,9			120,7	135,8	150,9	161,3	176,3	185,2				227,3	340,1	
(VA-VAT-1)/PIBT-1 (em percentagem)			2,0	3,2	2,9	1,8	2,3	1,3	2,3	1,1	0,7	0,9	0,9	
Remessas brutas dos trabalhadores (milhões de USD)	18,1	18,6	18,1			19,1	19,7	21,0	22,9	24,7	26,7				39,5	86,5	
VA da dívida externa PGP (em percentagem do PIB + remessas)	26,0			24,7	24,9	24,9	24,2	24,7	24,2				21,0	16,9	
VA da dívida externa PGP (em percentagem das exportações + remessas)	86,1			91,8	94,7	97,5	97,6	99,8	98,0				89,9	75,5	
Serviço da dívida externa PGP (em percentagem das exportações + remessas)	2,6			4,0	4,9	5,0	5,0	5,0	5,1				5,4	6,3	

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Inclui a dívida pública externa e privada.

2/ Derivada como $[r - g - \rho(1+g)] / (1+g+\rho+g\rho)$ multiplicado pelo rácio da dívida do período anterior, sendo r = taxa de juro nominal; g = taxa de crescimento do PIB real, e ρ = taxa de crescimento do deflador do PIB em USD.

3/ Inclui o financiamento excepcional (ou seja, variações dos atrasados e alívio da dívida); variações de ativos externos brutos; e ajustamentos de valorização. Para projeções inclui também a contribuição das variações de preços e de taxa de

4/ Pressupõe que o VA da dívida do setor privado é equivalente ao seu valor facial.

5/ Pagamentos de juros do ano corrente divididos pelo stock da dívida do período anterior.

6/ As médias históricas e os desvios padrão são, em geral, calculados ao longo dos últimos 10 anos, sujeitos à disponibilidade de dados.

7/ Definidos como donativos, empréstimos concessionais e alívio da dívida.

8/ Financiamento equivalente a donativos inclui donativos concedidos diretamente ao governo e através de novos empréstimos (diferença entre o valor facial e o VA da nova dívida).

Tabela 2a. São Tomé e Príncipe: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2018-38
(Porcentagem)

	Projeções							2038	2038
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2028		
Rácio VA da dívida/PIB									
Cenário de base	26	26	26	25	26	25	22	18	
A. Cenários alternativos									
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2018-2038 1/	26	32	37	42	48	51	63	72	
A2. Novos empréstimos do setor público em condições menos favoráveis em 2018-2038 2/	26	27	28	28	28	28	27	26	
B. Testes-limite									
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020	26	26	27	26	26	26	22	18	
B2. Crescimento do valor de exportação à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020 3/	26	27	29	28	29	28	24	18	
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020	26	29	32	31	31	31	27	21	
B4. Fluxos líquidos não geradores de dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020 4/	26	32	38	37	37	36	31	21	
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio padrão	26	30	34	33	33	32	28	21	
B6. Depreciação nominal pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2019 5/	26	36	36	35	35	35	30	24	
Rácio VA da dívida/exportações									
Cenário de base	108	110	113	113	116	114	107	93	
A. Cenários alternativos									
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2018-2038 1/	108	134	164	191	215	232	310	382	
A2. Novos empréstimos do setor público em condições menos favoráveis em 2018-2038 2/	108	115	122	126	129	129	132	137	
B. Testes-limite									
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020	108	111	113	114	115	114	106	92	
B2. Crescimento do valor de exportação à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020 3/	108	126	149	149	151	148	138	113	
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020	108	111	113	114	115	114	106	92	
B4. Fluxos líquidos não geradores de dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020 4/	108	138	167	167	166	163	152	111	
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio padrão	108	116	123	123	124	122	114	92	
B6. Depreciação nominal pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2019 5/	108	111	113	114	115	114	106	92	
Rácio VA da dívida/receitas									
Cenário de base	187	203	195	182	177	166	128	88	
A. Cenários alternativos									
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2018-2038 1/	187	248	284	307	329	339	372	362	
A2. Novos empréstimos do setor público em condições menos favoráveis em 2018-2038 2/	187	213	212	202	197	188	158	130	
B. Testes-limite									
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020	187	207	203	189	182	171	132	90	
B2. Crescimento do valor de exportação à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020 3/	187	214	221	206	197	185	142	92	
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020	187	228	241	225	217	204	157	107	
B4. Fluxos líquidos não geradores de dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020 4/	187	256	290	268	254	238	183	105	
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio padrão	187	236	258	239	229	215	165	105	
B6. Depreciação nominal pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2019 5/	187	284	272	254	245	230	177	120	

Tabela 2b. São Tomé e Príncipe: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2018-38 (conclusão)
(Porcentagem)

	Projeções							
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2028	2038
Rácio serviço da dívida/exportações								
Cenário de base	5	6	6	6	6	6	6	8
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2018-2038 1/	5	6	7	7	8	8	10	19
A2. Novos empréstimos do setor público em condições menos favoráveis em 2018-2038 2/	5	6	6	6	6	7	8	11
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020	5	6	6	6	6	6	6	8
B2. Crescimento do valor de exportação à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020 3/	5	6	7	7	7	7	8	10
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020	5	6	6	6	6	6	6	8
B4. Fluxos líquidos não geradores de dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020 4/	5	6	7	7	7	7	8	11
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio padrão	5	6	6	6	6	6	6	8
B6. Depreciação nominal pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2019 5/	5	6	6	6	6	6	6	8
Rácio serviço da dívida/receitas								
Cenário de base	8	11	10	9	9	9	8	7
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2018-2038 1/	8	11	11	12	12	12	13	18
A2. Novos empréstimos do setor público em condições menos favoráveis em 2018-2038 2/	8	11	10	10	10	10	10	11
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020	8	11	10	10	9	9	8	8
B2. Crescimento do valor de exportação à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020 3/	8	11	10	10	10	9	8	8
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020	8	12	12	11	11	11	9	9
B4. Fluxos líquidos não geradores de dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020 4/	8	11	11	12	11	11	9	10
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio padrão	8	11	12	11	11	10	9	9
B6. Depreciação nominal pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2019 5/	8	15	14	13	12	12	11	10
<i>Por memória:</i>								
Elemento concessional presumido no financiamento residual (ou seja, financiamento necessário acima da base) 6/	35	35	35	35	35	35	35	35

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico.

- 1/ As variáveis incluem o crescimento do PIB real, crescimento do deflator do PIB (em USD), conta corrente excluindo juros em percentagem do PIB e fluxos não geradores de dívida.
- 2/ Presume-se que a taxa de juro sobre novos empréstimos seja 2 p.p. superior à do cenário de base, mas que os prazos de carência e de vencimento sejam os mesmos.
- 3/ Presume-se que os valores das exportações se mantenham permanentemente no nível inferior, mas que a conta corrente, como % do PIB, retorne ao seu nível de base após o choque (presume-se implicitamente um ajustamento compensatório no nível das importações).
- 4/ Inclui as transferências oficiais e privadas e IDE.
- 5/ A depreciação é definida como o declínio percentual da taxa de câmbio USD/moeda nacional, de modo a nunca ultrapassar 100%.
- 6/ Aplica-se a todos os cenários de stress exceto o A2 (financiamento menos favorável) no qual as condições de todos os novos empréstimos são aquelas especificadas na nota 2.

Tabela 3. São Tomé e Príncipe: Quadro de Sustentabilidade da Dívida do Setor Público, Cenário de Base, 2015-2038
(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efetivo			Média ^{5/}	Desvio padrão ^{5/}	Estimativa							Projeções		
	2015	2016	2017			2018	2019	2020	2021	2022	2023	2018-23 Média	2028	2038	2024-38 Média
Dívida do setor público 1/	62,8	67,6	56,7			51,7	49,7	47,9	45,3	43,4	41,5		33,3	25,4	
<i>da qual: expressa em moeda estrangeira</i>	62,8	52,5	45,7			42,1	41,4	40,5	38,8	37,4	36,1		29,9	24,1	
Variação da dívida do setor público	11,5	4,8	-10,9			-5,0	-2,0	-1,8	-2,5	-2,0	-1,8		-1,2	-0,3	
Fluxos geradores de dívida identificados	10,5	0,5	-8,1			-5,4	-1,3	-1,4	-2,4	-1,5	-1,3		-0,2	0,8	
Déficit primário	8,7	4,7	3,0	8,7	6,3	0,2	3,8	3,1	1,3	1,1	1,1	1,8	1,7	1,6	1,6
Receitas e donativos	25,5	26,8	23,0			26,6	24,9	25,3	24,9	24,6	24,4		22,9	25,0	
<i>dos quais: donativos</i>	11,5	13,2	10,1			12,8	12,2	12,2	11,1	10,2	9,3		5,9	5,0	
Despesa primária (excluindo juros)	34,2	31,5	26,1			26,8	28,7	28,4	26,2	25,7	25,5		24,5	26,6	
Dinâmica automática da dívida	1,8	-4,2	-11,1			-5,6	-5,1	-4,5	-3,7	-2,6	-2,5		-1,9	-0,8	
Contribuição do diferencial entre taxa de juro/crescimento	-2,1	-3,0	-3,7			-3,1	-3,1	-3,0	-2,7	-2,5	-2,4		-1,8	-1,2	
<i>da qual: contribuição da taxa de juro real média</i>	-0,2	-0,5	-1,2			-0,9	-0,9	-0,6	-0,5	-0,4	-0,3		-0,2	0,0	
<i>da qual: contribuição do crescimento do PIB real</i>	-1,9	-2,5	-2,5			-2,2	-2,2	-2,4	-2,3	-2,2	-2,1		-1,6	-1,2	
Contribuição da depreciação da taxa de câmbio real	3,9	-1,2	-7,4			-2,5	-1,9	-1,5	-0,9	0,0	-0,1		
Outros fluxos geradores de dívida identificados	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	
Receitas de privatização (negativas)	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	
Reconhecimento de passivos implícitos ou contingentes	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	
Alívio da dívida (HIPC ou outro)	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	
Outro (especificar, por ex. recapitalização bancária)	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	
Residual, incluindo variações de ativos	1,0	4,2	-2,8			0,5	-0,7	-0,4	-0,1	-0,5	-0,5		-1,0	-1,1	
Outros indicadores de sustentabilidade															
VA da dívida do setor público	38,2			35,3	34,1	33,1	31,6	31,5	30,5		25,1	18,9	
<i>da qual: expressa em moeda estrangeira</i>	27,2			25,7	25,8	25,8	25,1	25,6	25,1		21,7	17,6	
<i>da qual: externa</i>	27,2			25,7	25,8	25,8	25,1	25,6	25,1		21,7	17,6	
VA de passivos contingentes (não incl. na dívida do setor público)	
Necessidade bruta de financiamento 2/	9,8	5,6	3,8			1,3	5,1	4,4	2,5	2,4	2,4		3,0	3,1	
Rácio VA da dívida do setor público/receitas e donativos (em %)	165,7			132,6	136,8	130,5	126,9	128,1	124,9		109,6	75,6	
Rácio VA da dívida do setor público/receitas (em percentagem)	294,4			256,2	268,7	251,0	229,3	218,1	202,2		147,5	94,6	
<i>do qual: externo 3/</i>	209,3			186,8	203,1	195,5	182,1	177,1	166,4		127,9	88,1	
Rácio serviço da dívida/receitas e donativos (em percentagem) 4/	4,3	3,4	3,6			4,2	5,4	5,2	5,1	5,2	5,3		5,7	5,9	
Rácio serviço da dívida/receitas (em percentagem) 4/	7,8	6,6	6,4			8,1	10,5	10,0	9,3	8,9	8,6		7,7	7,4	
Déficit primário que estabiliza o rácio dívida/PIB	-2,8	0,0	13,9			5,1	5,8	4,9	3,8	3,1	3,0		2,9	1,9	
Principais pressupostos macroeconómicos e orçamentais															
Crescimento do PIB real (em percentagem)	3,8	4,2	3,9	4,8	1,8	4,0	4,5	5,0	5,0	5,0	5,0	4,8	5,0	5,0	5,0
Taxa de juro nominal média sobre a dívida em moeda estrangeira (em %)	0,6	0,5	0,8	0,8	0,2	1,1	1,2	1,3	1,3	1,4	1,4	1,3	1,6	2,0	1,7
Taxa de juro real média sobre a dívida interna (em percentagem)
Depreciação da taxa de câmbio (em percentagem, + indica depreciação)	8,0	-2,0	-14,9	-4,4	9,2
Taxa de inflação (deflator do PIB, em percentagem)	4,2	8,1	4,7	10,8	7,5	3,9	6,2	5,0	3,7	2,9	3,0	4,1	3,0	3,0	3,0
Cresc. da despesa primária real (deflacionada pelo deflator do PIB, em %)	18,0	-4,0	-14,1	0,0	7,7	6,8	12,3	3,8	-3,4	3,2	4,3	4,5	4,3	6,1	5,3
Elemento concessional do novo endividamento externo (em percentagem)	34,9	34,9	34,9	34,9	34,9	34,9	34,9	34,9	34,9	...

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ A dívida pública é composta pela dívida do governo central. É considerada a dívida bruta.

2/ A necessidade bruta de financiamento é definida como o déficit primário mais o serviço da dívida mais o stock de dívida de curto prazo no final do período anterior.

3/ Receitas excl. donativos.

4/ O serviço da dívida é definido como a soma de juros e amortização da dívida de médio e longo prazo.

5/ As médias históricas e os desvios padrão são, em geral, calculados ao longo dos últimos 10 anos, sujeitos à disponibilidade de dados.

Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Pública, 2018-38

	Projeções							
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2028	2038
Rácio VA da dívida/PIB								
Cenário de base	35	34	33	32	32	30	25	19
A. Cenários alternativos								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	35	36	37	39	42	43	51	65
A2. Saldo primário inalterado desde 2018	35	33	30	29	28	27	19	9
A3. Crescimento do PIB permanentemente inferior 1/	35	34	33	32	32	31	27	26
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020	35	35	34	33	33	32	28	23
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020	35	39	42	40	40	39	32	23
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio padrão	35	38	40	39	38	37	32	24
B4. Depreciação real pontual de 30% em 2019	35	44	41	39	38	37	29	21
B5. Aumento de 10% do PIB em outros fluxos geradores de dívida em 2019	35	38	37	35	35	34	28	21
Rácio VA da dívida/receitas 2/								
Cenário de base	133	137	131	127	128	125	110	76
A. Cenários alternativos								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	133	145	147	155	169	178	222	258
A2. Saldo primário inalterado desde 2018	133	131	120	115	115	110	84	38
A3. Crescimento do PIB permanentemente inferior 1/	133	137	131	128	130	128	118	101
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020	133	138	134	131	133	131	120	92
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020	133	155	167	162	163	159	142	93
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio padrão	133	150	158	154	155	152	138	96
B4. Depreciação real pontual de 30% em 2019	133	174	162	155	156	151	128	83
B5. Aumento de 10% do PIB em outros fluxos geradores de dívida em 2019	133	153	146	142	143	139	123	83
Rácio serviço da dívida/receitas 2/								
Cenário de base	4	5	5	5	5	5	6	6
A. Cenários alternativos								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	4	5	5	5	5	5	6	12
A2. Saldo primário inalterado desde 2018	4	5	5	5	5	5	5	5
A3. Crescimento do PIB permanentemente inferior 1/	4	5	5	5	5	5	6	7
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020	4	5	5	5	5	5	6	7
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio padrão em 2019-2020	4	5	5	5	5	5	7	7
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio padrão	4	5	5	5	5	5	7	7
B4. Depreciação real pontual de 30% em 2019	4	6	7	7	7	8	8	9
B5. Aumento de 10% do PIB em outros fluxos geradores de dívida em 2019	4	5	5	5	5	5	7	6

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico.
1/ Presume que o crescimento do PIB real seja o do cenário de base menos um desvio padrão, dividido pela raiz quadrada da duração do período de projeção.
2/ A definição das receitas inclui os donativos.

**Declaração do Sr. Daouda Sembene e do Sr. Kelvio Carvalho da Silveira sobre a
República Democrática de São Tomé e Príncipe
Reunião do Conselho de Administração
23 de julho de 2018**

Em nome das autoridades são-tomenses, gostaria de expressar o nosso reconhecimento à Administração e ao corpo técnico pelo empenhamento construtivo e o diálogo sobre políticas durante a consulta do Artigo IV e a quinta avaliação ao abrigo da facilidade de crédito alargado (ECF). As autoridades também saúdam a valiosa assistência técnica do FMI prestadas no decorrer dos anos. O relatório oferece uma avaliação franca da situação macroeconómica, incluindo o progresso alcançado até à data, bem como os desafios e as políticas prioritárias para 2018 e anos seguintes.

Registou-se um notório progresso na consolidação orçamental e na resolução de estrangulamentos estruturais. Contudo, desafios significativos relacionados à situação de fragilidade do país estão a dificultar o alcance dos resultados de desenvolvimento previstos por parte das autoridades. Estes incluem capacidade institucional limitada, vulnerabilidade à mudança climática e a elevada dependência de assistência externa. Porém, as autoridades continuam empenhadas em superar estas vulnerabilidades, em especial com a prossecução dos seus esforços de reforma no contexto do programa apoiado pela ECF e o reforço de capacidades com o apoio do FMI e doutros parceiros.

Desempenho no âmbito do Programa ECF

Recentemente a aplicação do acordo ECF prosseguiu num contexto desafiador. Como resultado, dois dos cinco critérios de desempenho (CD) foram cumpridos, enquanto outros, relacionados ao défice primário interno (DPI) e crédito bancário líquido ao governo central, não o foram devido ao fraco desempenho da receita, conjugado com o apoio externo ao orçamento que não se concretizou e despesas críticas incorridas para resolver um problema de saúde pública. Ademais, o CD das reservas internacionais líquidas não foi cumprido devido ao financiamento externo aquém do previsto. Na frente estrutural, todos indicadores de referência do final de dezembro de 2017 e a maioria dos do final de junho de 2018 foram cumpridos.

O corpo técnico concluiu que a introdução dum regulamento cambial do banco central em março de 2017 resultou inadvertidamente na infração do CD contínuo contra a introdução ou a intensificação de restrições cambiais. Esta iniciativa foi considerada crucial para a implementação bem-sucedida da estratégia de gestão da conta de capital das autoridades. Daqui em diante, as autoridades pretendem tomar providências oportunamente para reverter as medidas que contribuem para as restrições cambiais e uma prática de taxas de câmbio múltiplas, tendo em conta a necessidade de manter a estabilidade externa.

Evolução económica recente e perspetivas

A austeridade orçamental e a baixa entrada de divisas contribuíram para conter a atividade económica em 2017, com a descida do crescimento do PIB real para 3,9% face a 4,2% em 2016. Os setores do cacau, do turismo e da construção continuam a ser os principais motores da economia. A inflação continuou a subir, atingindo 7,7% no final de 2017. O défice da conta corrente piorou devido à elevação das importações de bens de investimento e de produtos petrolíferos.

No que respeita à perspetiva, o corpo técnico espera uma ligeira recuperação do crescimento do PIB real de cerca de 4% em 2018 para cerca de 5% no médio prazo, à medida que os principais projetos de infraestrutura se concretizem. A inflação deverá declinar este ano e ficar abaixo de 5% no médio prazo. As autoridades concordam com o corpo técnico que a perspetiva macroeconómica para 2018 e anos seguintes continua positiva, mas entendem que os projetos de infraestruturas gerarão uma perspetiva de curto prazo mais dinâmica. O corpo técnico destaca uma série de riscos para a perspetiva que poderão advir das próximas eleições, de atrasos no desembolso de doadores e da execução circunscrita devido a limitações de capacidade. Apesar destas incertezas, as autoridades reiteraram o seu compromisso de executar com firmeza a agenda de reformas prevista no âmbito do programa, tal como fica patente com a aplicação de medidas prévias politicamente difíceis em ano de eleições.

Políticas prioritárias para 2018 e anos seguintes

Abordar a quebra de receitas e os passivos contingentes e reduzir o peso da dívida no médio prazo

Apesar do desempenho das receitas ter sido inferior ao previsto, os esforços de consolidação orçamental ajudaram a reduzir o DPI em 2017. Para cumprir as metas orçamentais de 2018 e compensar a quebra de receitas, as autoridades tomaram providências para cobrar impostos atrasados devidos por grandes contribuintes. A este respeito, foram iniciados processos fiscais e judiciais contra a fabricante de cerveja Rosema para saldar os impostos atrasados que se referem sobretudo a impostos sobre consumo e ao IRS cobrado em nome do governo. Como resultado destes esforços, a avaliação preliminar do corpo técnico sugere que o desempenho orçamental de São Tomé e Príncipe no final de junho de 2018 ao abrigo do acordo ECF era satisfatório.

As reformas orçamentais serão realizadas em apoio aos esforços de mobilização de receita. Em particular, será mantido o trabalho preparatório para a introdução do IVA em 2019, com vista a garantir uma transição suave. Será dada particular ênfase à aprovação da lei do IVA pela Assembleia Nacional, com a harmonização da restante legislação fiscal com essa lei, garantindo espaço e equipamentos suficientes e a contratação e a formação de pessoal. Em linha com a recomendação de AT do FMI, será instalado um sistema informático de controlo de grandes contribuintes para ajudar a aumentar a mobilização de receita interna. Além disso, a instauração do mecanismo de ajuste automático de preços levou a um aumento dos preços na bomba em junho

de 2018 de acordo com os recentes aumentos dos preços internacionais do petróleo.

No lado da despesa, está-se a dar atenção à manutenção da disciplina orçamental em linha com os objetivos do programa, que inclui racionalizar as transferências e os custos de pessoal, limitar o consumo de água e energia pelos entes públicos (incluindo a EMAE), conter as despesas de investimento financiadas com recursos internos e congelar o crescimento real dos salários. Caso sejam disponibilizados recursos adicionais, as autoridades também estão empenhadas em continuar a priorizar a liquidação dos atrasados a fornecedores.

Os riscos orçamentais criados pela sociedade de serviços públicos, EMAE, ainda é fonte de preocupação para o governo. O processo de reforma em curso deverá ajudar a revitalizar a eficiência operacional desta empresa, apesar de se prever que continuará a ser deficitária no médio prazo. Ao mesmo tempo, as autoridades também expressaram preocupação com os atrasos na prestação de assistência técnica e financeira pelos parceiros de desenvolvimento que contribuiu para abrandar alguns aspetos da aplicação de reformas. De futuro, as autoridades concordam com o corpo técnico que medidas de curto prazo adicionais para conter custos em empresas públicas são essenciais para melhorar a sua eficiência operacional e, em última análise, destrinçar a complexa teia de atrasados internos mútuos.

A Análise da Sustentabilidade da Dívida (ASD) de 2018 mostra que os rácios de dívida melhoraram, mas o corpo técnico destaca a importância de prosseguir com as negociações com credores externos para resolver os respetivos atrasados. Neste contexto, as autoridades conseguiram chegar a um acordo com o Brasil, que ainda depende de aprovação por parte do Congresso brasileiro, conforme salientado no relatório do corpo técnico. As autoridades reiteraram o seu compromisso com uma gestão prudente da dívida, patente na sua intenção de limitar os empréstimos concessionais. Também tomaram providências para aplicar as recomendações da Avaliação do Desempenho na Gestão da Dívida (DeMPA). A este respeito, foi preparada uma estratégia de gestão da dívida de médio prazo, está a ser criada uma base de dados da dívida pormenorizada com o apoio do Banco Mundial e estão a ser realizadas atividades de formação para quadros superiores sobre gestão da dívida. Este trabalho também será complementado pela divulgação dum calendário anual de emissão de Bilhetes do Tesouro, alinhado com as previsões de fluxos de tesouraria e os planos de contração de empréstimos. Para o futuro, continuarão a envidar esforços para chegar a acordo com credores externos sobre atrasados e reforçar a sua capacidade de gestão da dívida.

Reforçar a margem de proteção das reservas internacionais

As autoridades estão a considerar a avaliação do corpo técnico de que a posição externa do país é ligeiramente mais fraca do que evidenciam os fundamentos e o cenário político desejável e de que são necessárias margens de reservas mais fortes contra choques. Para aumentar estas margens, o banco central começou a tomar providências para reforçar as ferramentas de política monetária com a revisão do quadro regulamentar para permitir a emissão de Bilhetes do Tesouro e apoiar o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários. No médio prazo, serão acordados esforços

contínuos para levar adiante medidas estruturais destinadas a reduzir a dependência do petróleo com a exploração de fontes de energia renovável, o aumento das exportações e a melhoria da execução dos projetos financiados com recursos externos. As autoridades também estarão prontas para envidar esforços conjuntos com os parceiros do país para melhorar a previsibilidade da assistência externa.

Salvaguardar a estabilidade financeira

O banco central continua a avançar no reforço da supervisão bancária. Em linha com a recomendação do corpo técnico para resolver o elevado nível de crédito malparado, foi instituída uma exigência de recuperação e remissão pelos bancos. Foram aplicadas diretrizes de garantia e a fiscalização do quadro de gestão do risco de crédito foi melhorada. Ademais, as infraestruturas e o regulamento do setor financeiro estão a ser revitalizados com o apoio de parceiros de desenvolvimento, o que implica, nomeadamente, a modernização do registo de crédito, das infraestruturas e das leis sobre o sistema de pagamentos e o quadro jurídico das microfinanças. No futuro, as autoridades continuarão a executar a sua agenda de reformas do setor financeiro enquanto envidam esforços para acelerar a aplicação das recomendações da última avaliação de salvaguardas.

O corpo técnico relatou corretamente que os preparativos para a Avaliação da Qualidade dos Ativos (AQA) do sistema bancário estão a avançar – apesar de ser a um ritmo lento. As autoridades observaram que os fatores subjacentes aos atrasos no concurso público escapam ao seu controlo. No futuro, o banco central continuará a contactar os bancos locais de modo a facilitar o processo. O relatório AQA completo deverá ser publicado em meados de 2019 e as suas conclusões serão utilizadas pelo banco central para atualizar o seu sistema de classificação de empréstimos e fortalecer os regulamentos prudenciais.

Acelerar projetos promotores de crescimento e as reformas estruturais

As autoridades reconhecem que os esforços contínuos de reformas estruturais são cruciais para promover o crescimento sustentável de longo prazo, melhorar a competitividade, reforçar a resiliência a choques e resolver as barreiras à geração de empregos e aos investimentos. Elaboraram o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para 2017-2021 que destaca as prioridades de desenvolvimento do país e se centra no crescimento inclusivo, na diminuição da pobreza e na resiliência às mudanças climáticas. Mais recentemente, foi adotada uma estratégia de desenvolvimento de turismo centrada na diversificação das exportações. Em linha com a recomendação do corpo técnico, serão envidados esforços para trabalhar de forma estreita com os parceiros de desenvolvimento e assim acelerar os principais projetos de infraestruturas, como a expansão do aeroporto, a reabilitação da rede energética e a requalificação costeira. Ao mesmo tempo, as autoridades também pretendem aplicar certas medidas de reforma para abordar as ineficiências no sistema judicial, que deverão ajudar a reduzir os atrasos e as custas judiciais.

O desenvolvimento de capacidade com ajuda de parceiros tem sido fundamental para auxiliar o país a avançar na sua agenda de reformas. Instamos o FMI para que leve em consideração a forte preferência das autoridades pela afetação de peritos residentes e lusófonos como parte das iniciativas de criação de capacidade promovidas e realizadas pelo FMI em benefício do seu país.

Conclusão

Num cenário desafiante, as autoridades são-tomenses reiteram o seu forte compromisso para com a aplicação do seu programa apoiado pela ECF. O empenho contínuo e a prestação atempada de assistência técnica e financeira por parte dos parceiros de desenvolvimento serão cruciais para a salvaguarda da estabilidade macroeconómica e se avançar no crescimento inclusivo e na redução da pobreza. Em particular, o apoio contínuo e o papel catalisador do FMI serão essenciais para cumprir estes objetivos. Portanto, muito apreciáramos o apoio dos Administradores à conclusão da quinta Avaliação ECF, bem como aos pedidos das autoridades para a aprovação de dispensas pela não observância das metas do programa e do CD contínuo relacionado às restrições cambiais.